

# À Margem da História da República

TOMO I

*Vicente Licínio Cardoso*

---



A DO PENSAMENTO POLÍTICO REPUBLICANO

*Editora Universidade de Brasília*

c 7A

# À Margem da História da República

TOMO I

Devem-se a Marco Maciel, então Presidente da Câmara dos Deputados, sem cuja entusiástica acolhida a idéia não teria vingado, os primeiros passos no sentido da organização de uma Biblioteca do Pensamento Político Republicano. Esse Projeto, há muito acalentado por nós, venceu a sua primeira importante etapa no Centro de Documentação e Informação daquela Casa do Congresso Nacional, que, até meados de 1980, tinha em Mário Teles de Oliveira seu Diretor.

Para conceber a Biblioteca, organizamos um grupo integrado por Alberto Venâncio Filho, Anna Maria Moog Rodrigues, Bolívar Lamounier e Simon Schwartzman, além dos signatários da presente. Optamos por definir e caracterizar, previamente, os principais modelos de nosso pensamento político republicano, a fim de dispormos de uma base que nos permitisse selecionar as obras mais representativas. No curso de nosso trabalho verificamos que constituía uma grande lacuna a inexistência de levantamento bibliográfico, razão pela qual promovemos uma pesquisa que nos facultasse elaborá-lo. Para ordenar o material coletado, segundo as normas vigentes, convidamos o especialista Evaldy Maria Freire Mendes. A revisão final da bibliografia esteve a cargo de Edson Nery da Fonseca, que é sem favor a maior autoridade brasileira na matéria. Concluímos também que algumas correntes do pensamento político do período estariam melhor representadas por antologias, algumas das quais organizamos diretamente. Entretanto, no caso da antologia dedicada ao pensamento socialista, convidamos o Everisto de Moraes Filho para prepará-la, tarefa de que se desincumbiu realizando obra primorosa e sem precedentes.

Ao dar por concluído o nosso trabalho, entendemos que a instituição adequada a acolhê-lo seria a Universidade de Brasília, pelo fato de que, sob a competente direção do reitor José Carlos de Almeida Azevedo, vinha procurando romper com o dogmatismo e o engajamento na área da ciência política, com o propósito de fazer emergir a diversidade de opiniões, que é inerente e essencial à política mesma. Além disto, o reitor encontrara em Carlos Henrique Cardim a pessoa capaz de estruturar a Editora da Universidade e torná-la empreendimento vitorioso. Ambos revelaram desde logo o maior empenho em contribuir para que a iniciativa chegasse a bom termo.

Assim, os volumes iniciais da Biblioteca do Pensamento Político Republicano, que a Universidade de Brasília ora entrega ao público, são fruto do esforço e da dedicação de um grupo de pessoas da maior capacidade intelectual, que tivemos a ventura de reunir, e das quais deixamos de público conhecimento.

Brasília, janeiro de 1981  
Vicente Barreto  
Antônio Paim

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Presidente:* Nelson Marchezan  
*1.º Vice-Presidente:* Haroldo Sanford  
*2.º Vice-Presidente:* Freitas Nobre  
*1.º Secretário:* Furtado Leite  
*2.º Secretário:* Carlos Wilson  
*3.º Secretário:* José Camargo  
*4.º Secretário:* Paes de Andrade

## SUPLENTE DE SECRETÁRIOS

*1.º Suplente:* Simão Sessim  
*2.º Suplente:* Joel Ferreira  
*3.º Suplente:* Lúcia Viveiros  
*4.º Suplente:* Jackson Barreto

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

*Secretário-Geral:* Paulo Affonso Martins de Oliveira

## DIRETORIA-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Diretor-Geral:* Alteredo de Jesus Barros



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho  
Amadeu Cury  
Aristides Azevedo Pacheco Leão  
Isaac Kerstenetzky  
José Carlos de Almeida Azevedo  
José Carlos Vieira de Figueiredo  
José Ephim Mindlin  
José Vieira de Vasconcellos

*Reitor:* José Carlos de Almeida Azevedo  
*Vice-Reitor:* Luiz Otávio Moraes de Sousa Carmo

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco  
Arnaldo Machado Camargo Filho  
Cândido Mendes de Almeida  
Carlos Castello Branco  
Geraldo Severo de Souza Ávila  
Heitor Aquino Ferreira  
Hélio Jaguaribe  
Josaphat Marinho  
José Francisco Paes Landim  
José Honório Rodrigues  
Miguel Reale  
Octaciano Nogueira  
Tércio Sampaio Ferraz Júnior  
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento  
Vicente de Paulo Barretto

*Presidente:* Carlos Henrique Cardim

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *G. Humberto Barbosa*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: *Aristeu Gonçalves de Melo*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Maria Liz da Silva Braga*

# À Margem da História da República

TOMO I

*Vicente Licínio Cardoso (Org.)*

INTRODUÇÃO DE ALBERTO VENÂNCIO FILHO

---

BIBLIOTECA DO PENSAMENTO POLÍTICO REPUBLICANO

VOLUME 8



Câmara dos Deputados  
*Editora Universidade de Brasília*

Este livro ou parte dele  
não pode ser reproduzido por qualquer meio  
sem autorização escrita do Editor.

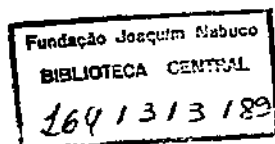
Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário - Asa Norte  
70910 Brasília - Distrito Federal

Copyright © 1981 by Editora Universidade de Brasília

Revisão Gráfica:

Ligia do Amaral Almeida Madruga



Cardoso, Vicente Licínio, 1889-1951.  
C268a A margem da história da república. Inu. de Alberto  
Venâncio Filho. Brasília, Editora Universidade de Brasília,  
c1981.  
2v. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 8).  
1. Política - Brasil - História - Coletânea 2. Brasil -  
História - República - Coletânea I. Título. II. Série.

CDU - 32(81)(09)(08)  
981.07(08)

## Índice do Tomo I

Nota liminar	IX
Introdução de Alberto Venâncio Filho	1
Nota do editor	13
Prefácio	15
Os deveres das novas gerações brasileiras por A. Carneiro Leão	19
Evolução do pensamento republicano no Brasil por Celso Vieira	31
As instituições políticas e o meio social no Brasil por Gilberto Amado	45
O clero e a República por Jonathas Serrano	61
O ideal brasileiro desenvolvido na República por José Antonio Nogueira	69
Finanças nacionais por Nuno Pinheiro	83
O idealismo da Constituição por Oliveira Vianna	103

## NOTA LIMINAR

A primeira edição deste livro apareceu em 1924. Corresponde ao balanço do período republicano efetivado por um grupo muito representativo de intelectuais da época. Esta segunda edição acha-se enriquecida pela introdução do prof. Alberto Venâncio Filho.

Por comodidade editorial, o livro foi dividido em dois volumes. Neste primeiro volume figuram os ensaios de A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro e Oliveira Vianna. No volume subsequente, os ensaios de Pontes de Miranda, Ronaldo de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e do organizador da coletânea, Vicente Licínio Cardoso.

## Introdução

A reedição do volume "À Margem da História da República", na série indicativa de uma bibliografia básica do pensamento político brasileiro, é tarefa que se impunha, tanto pela importância do volume, como pela singularidade excepcional do depoimento.

No elenco de obras que retratam o que se tem pensado e cogitado a respeito da vida política do Brasil, poucas serão tão representativas quanto o volume que Vicente Licínio Cardoso organizou, com o subtítulo expressivo de "Idéias, Crenças e Afirmções" e que foi editado em 15 de novembro de 1924, pelo Anuário do Brasil.

Na folha de rosto se mencionava que se tratava de um inquérito por escritores nascidos com a República, compreendendo um elenco de doze personalidades, o mais velho nascido em 1878, e o mais novo em 1895, com as idades extremas de quarenta e seis anos e vinte e nove anos.

Dos doze colaboradores, onze eram bacharéis em direito, mas é digno de destaque que o organizador do volume e de fato seu principal responsável era engenheiro civil, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e que se candidatara à cadeira de História da Arte, da Escola de Belas Artes.

Esses são os nomes dos colaboradores, na ordem alfabética e de apresentação do volume: A. Carneiro Leão; Celso Vieira; Gilberto Amado; Jonas Serrano; José Antonio Nogueira; Nuno Pinheiro; Oliveira Viana; Pontes de Miranda; Ronald de Carvalho; Tasso da Silveira; Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso.

Em 1927, morreria o primeiro deles, Nuno Pinheiro; Vicente Licínio Cardoso desapareceu tragicamente em 1931 e Ronald de Carvalho faleceria em condições também trágicas, em desastre de automóvel, em 1935. Desde então faleceram quase todos, sobrevivendo, apenas, atualmente, a figura de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). De 1924 até a data de suas mortes respectivas, realizaram todos eles trajetória importante nos setores e nas especialidades a que se dedicaram. A respeito, por exemplo, de Nuno Pinheiro, dos menos conhecidos hoje, mencionaria Otávio Gouveia de Bulhões, em recente depoimento prestado ao "O Estado de S. Paulo", o

papel importante que desempenhou na administração do Ministério da Fazenda e os valiosos subsídios que ele recebeu "da excelente biblioteca de Nuno Pinheiro, também funcionário do Tesouro, conhecido jornalista e, por seus méritos, escolhido mais tarde diretor do Banco do Brasil".

Mas se essas trajetórias foram expressivas, e se o destaque que muitos deles alcançaram se revelou altamente significativo, o fato que ressalta como mais digno de nota, é a reunião, num único volume, em determinado momento, de um conjunto tão expressivo de "homens representativos".

O verdadeiro alcance dessa publicação só ganha, assim, relevo, na medida em que nos situarmos naquele momento histórico, em que, por força de várias circunstâncias, o país entrava num grande esforço de introspecção.

Vários eventos se concentraram no ano de 1922: de um lado, a comemoração do centenário da independência do Brasil, dando margem a um grande movimento de estudos e de análises dos problemas brasileiros; de outro, o movimento revolucionário de cinco de julho, que seria seguido de novo levante, dois anos depois – o mesmo da publicação do volume – revelava as fissuras sérias que abalavam o regime político da República Velha. Pôde assim Amoroso Lima, no belo depoimento prestado para esta edição, dizer que "o espírito do centenário era o de uma revisão dos problemas brasileiros".

Nesse mesmo depoimento, filiou o ilustre humanista a essa conjuntura, o Movimento da Semana de Arte Moderna em São Paulo, também no mesmo ano. Parece-nos que de fato tanto a Semana de Arte Moderna como esses vários movimentos, inclusive o volume, revelam um espírito de renovação. A importância do evento paulista no quadro da cultura brasileira, todavia, só se revelou muito mais tarde, quando realmente os resultados da atuação dos membros da Semana se ampliaram e se estenderam.

Assinalou também Alceu Amoroso Lima que o momento era preparatório à comemoração dos trinta e cinco anos de existência da República Brasileira, outra data que iria provocar um debruçar sobre as deficiências que o sistema republicano trouxera para a vida brasileira.

Num arroubo de decepção, diria um republicano histórico, pouco tempo após a proclamação da República, que "esta não era a República dos meus sonhos", refletindo um momento de desencanto do idealismo jovem em face das lutas internas e dos conflitos que agiam sobre a República.

Após a fase inicial dos regimes militares, com a consolidação política de Prudente de Moraes, a reconstrução financeira de Campos Sales e os planos de realizações de Rodrigues Alves e Afonso Pena, a República ainda tinha algo a oferecer como ideário político e como problema de realizações.

A grande fissura ocorreria, realmente, por ocasião da sucessão de Afonso Pena, agravada por sua morte prematura, e, em especial, na presidência Hermes da Fonseca, quando se refletem de corpo inteiro as falhas e mazelas do regime.

A presidência Venceslau Braz ainda tenta recompor esse sistema, e a eleição de Rodrigues Alves, se de um lado implica no reconhecimento de que não havia novos grandes nomes para ocupar o supremo cargo de Presidente da República, revela o propósito de restabelecer os princípios maiores que informaram o regime presidencial. Pôde assim dizer Afonso Arinos de Melo Franco que "em 16 de janeiro de 1919 morria com Rodrigues Alves a República de 15 de novembro de 1889".

Outro dado, todavia, seria importante para situar no seu devido momento histórico o volume, qual seja os efeitos que teve no Brasil a I Guerra Mundial. As repercussões trágicas do conflito de 1914-1918 fazem por vezes esquecer o que representou para aquele mundo, que ainda vivia o ambiente "*belle époque*" do século XIX, a conflagração que abalou de forma significativa os fundamentos sociais e políticos do mundo. Também no Brasil, foram relevantes os efeitos do conflito, e faz colocar em primeiro plano problemas que até então estavam esquecidos.

Exposto sucintamente, de forma genérica, o ambiente da época de publicação do volume, cabe agora assinalar os seus aspectos mais representativos, em conjunto, para afinal destacar o que há de mais específico e significativo na colaboração de cada um dos autores.

É digno de realce a indicação da primeira folha de que a impressão foi custeada por cotas pagas pelos próprios autores, responsabilizando-se os editores pela distribuição de cem volumes entre as autoridades federais e estaduais do país, bibliotecas, imprensa e associações, resolvendo os autores vender todos os exemplares, evitando-se as ofertas costumeiras, de modo que o produto da venda revertesse em benefício de uma segunda edição, devidamente ampliada em teses e autores. Evidentemente, essa segunda edição nunca chegou a ser publicada.

Ressalte-se, ademais, que o livro traz bem presente a idéia de geração, já definida na folha de rosto como uma geração nascida com a República, e reiterada na pequena nota introdutória, quando se fala "da geração de nossos avós, que realizou a campanha gloriosa da Independência"; "a geração de nossos pais realizou depois a Abolição e introduziu a República, libertou, destruiu e semeou", para concluir que "aos homens das gerações nascidas na República caberá provavelmente uma nova obra de construção difícil, mas fecunda. Tudo indica que deverão ser fixadas, no tempo e no espaço, o Pensamento e a Consciência da Nacionalidade Brasileira".

O prefácio, que, evidentemente, deve ser de autoria de Vicente Licínio Cardoso, define desde logo o livro como "eminentemente honesto. Coletânea de escritos de autores diversos, ele não tem caráter nem de Antologia, nem de Poliantéia. É um



Inquérito sem perguntas e sem respostas. Um depoimento. Uma afirmação coletiva de idéias, crenças e almejos", "almejos" aí substituindo "afirmações" da folha de rosto.

"Mas ele representa também um compromisso sem compromissos, um juramento cívico tornado público, sem juramento; um juramento, em suma, levado a efeito (e novamente volta a expressão) por homens da geração nascida com a República."

Acrescenta, em seguida, não ter havido acaso na escolha do que escreveram no volume, embora pela exiguidade do tempo alguns não pudessem estar presentes. Mas declara ser a reunião de autores com livros publicados que se reuniram para compor um inquérito, a maioria vinda dos Estados e por esta razão "representando uma seleção natural, espontânea, mas forçada". De fato, ali estão representadas duas figuras de Pernambuco, uma de Sergipe, uma de Alagoas, uma de Minas Gerais, uma do Paraná, uma do Rio de Janeiro e cinco do então Distrito Federal. Acrescenta, ademais, que o livro é original, pois cada um dos autores responde apenas pelo que fez, não havendo chefes, diretores ou empresários.

E novamente volta ao refrão: "Reunidos representam, porém, uma geração de homens; a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois; não viram o imperador, não conheceram os escravos; não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços. São, pois, republicanos e democratas, na verdadeira acepção do termo: fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias".

E retorna novamente o mesmo tema "as responsabilidades acumuladas sobre os ombros dos homens da geração nascida com a República são simplesmente formidáveis... Escrevem, porque não puderam ainda fazer outra coisa senão pensar; mas sentem com a própria obra que vai surgindo (no isolamento em que é composta) o irremediável dessa situação que vão criando; Prometeus acorrentados pela opinião pública que os esmaga com o maior dos castigos de homens livres: o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência ainda, perdendo em atritos passivos, veementes, as poucas energias soerguidas sobre o "peso morto" aterrador dos milhões de analfabetos que os solapam".

E para concluir, declara que o livro será no futuro um prefácio ou um epílogo, mas "marcará, porém, uma época, definirá uma geração ou fixará uma data da nossa história".

As citações um pouco extensas aqui feitas dessa pequena Introdução têm apenas o objetivo de destacar o fato que singulariza também o volume, a idéia de que havia de fato uma geração nascida com a República, que passara a infância e a juventude nos momentos ascensionais do regime republicano, e que chegando à maturidade via

o regime enfraquecer-se, debilitar-se, e em vias de esboroamento, sentiu-se, portanto, num sentimento misto de responsabilidade filial e fraternal, com a obrigação de fazer alguma coisa.

Para aquele grupo de jovens intelectuais em plena maturidade, alguns deles, inclusive, já com posições de destaque, a contribuição que poderiam dar era esta: a reflexão crítica, a tentativa de uma análise objetiva, o esforço de fornecer elementos para compreender os dilemas do regime republicano; encontrar os rumos que pudessem restabelecer o regime em melhores caminhos.

Compreender, entretanto, em sua completa extensão, como se colocara a geração, exigirá uma análise, ainda que sucinta, de alguns dados sobre os colaboradores do volume, começando pelo seu organizador, Vicente Licínio Cardoso. Num conjunto onde predominavam, em quase totalidade, os bacharéis em direito, ele se apresentava como engenheiro civil, candidato a professor de História da Arte da Escola de Belas Artes, mas com vivo pendor pelos movimentos sociais. Lourenço Filho, em estudo a seu respeito, salientaria com agudeza o aspecto de que a década de 20 caracterizou-se por viva presença dos engenheiros no domínio dos estudos sociais. "A era dos 20 assinalou a presença de engenheiros, não chamados ainda a resolver problemas estritamente tecnológicos como agora, mas atraídos pelo desejo de estudar e explicar os problemas sociais, em todo o seu conjunto.

É a época de um brilhante grupo de engenheiros educadores: Heitor Lira, Venancio Filho, Everardo Backheuser, Azevedo Amaral, Fernando Laboriau, Tobias Moscoso, Dulcídio Pereira, Mario de Brito, Barbosa de Oliveira, Menezes de Oliveira..."

A esse grupo de educadores a que se refere a citação, faria parte entre os colaboradores do volume, A. Carneiro Leão e Jonatas Serrano, colaborador na administração de Fernando de Azevedo na Diretoria de Instrução do Distrito Federal, em 1926-30, embora divergências filosóficas e religiosas o afastassem do movimento que afinal eclodiu no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

O interesse de Vicente Licínio Cardoso pelos estudos sociais foi, entretanto, muito grande e, certa feita, aceitaria ele a função de prefeito do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, para ter a experiência prática de atividade político-administrativa. Morrendo muito cedo, deixou uma obra incompleta, mas ainda se pode perceber um pensamento vigoroso e um espírito privilegiado, seja examinando os problemas do Vale do São Francisco, seja nos vários estudos sociais reunidos depois em livro, que teve o título significativo de "À Margem da História do Brasil", como também em "Pensamentos Brasileiros", nos quais o esforço por entender a sociedade brasileira em todos os seus aspectos é uma constante.

E aventuráramos a hipótese de que tenha sido a perplexidade em face dos grandes problemas que o país enfrentava, que levou Vicente Licínio Cardoso à idéia

feliz de reunir em volume o que intelectuais como ele, de formação e origens diversas, mas immanados pelo mesmo desejo de compreender a sociedade brasileira e traçar-lhe melhores rumos, desejariam dizer sobre a vida nacional.

No predomínio dos bacharéis em direito, vê-se, significativamente, três diplomados pela Faculdade de Direito do Recife: Antonio Carneiro Leão, Gilberto Amado e Pontes de Miranda. Mas, na diversidade de pontos de vista, na ótica singular que inspira cada um de seus trabalhos, na variedade de influências culturais recebidas, pode-se dizer que o coeficiente de informações e de conhecimentos recebidos no "pardeiro glorioso" lhes foram de pouca valia. Gilberto Amado, inclusive, no volume "Minha Formação em Recife", traçou o perfil de sua formação intelectual, onde se verifica que o quinhão haurido nas salas de aula foi, de fato, mofino.

José Antonio Nogueira é egresso da Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi companheiro de Monteiro Lobato, Godofredo Rangel e Ricardo Gonçalves, voltados na época do curso de direito muito mais para as tentativas literárias, para as aventuras do Minarete, do que para os compêndios jurídicos. Os outros, Jonatas Serrano, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Alceu Amoroso Lima foram alunos das duas faculdades livres existentes no Distrito Federal. Este último já traçou, aliás, em "Memórias Improvisadas", o elenco das influências recebidas, também extremamente reduzidas, salvo o papel desempenhado por Silvío Romero.

Mas, de fato, no conjunto tão expressivo de bacharéis em direito, somente Pontes de Miranda e José Antonio Nogueira podem ser caracterizados como tendo desempenhado carreiras estritamente jurídicas. José Antonio Nogueira ingressaria na magistratura, e chegaria ao cargo de presidente do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, ocupando também a função de juiz do Tribunal Superior Eleitoral. Gilberto Amado, embora professor de direito e mais tarde Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, ingressaria na carreira diplomática e ocuparia por vários anos o posto de representante do Brasil na Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas, mas seria muito mais um intelectual e homem de letras do que um jurista propriamente dito.

Antonio Carneiro Leão voltou-se para estudos de sociologia e educação; Celso Vieira encarniou-se para a burocracia, mantendo-se numa prestigiosa atividade intelectual; Jonatas Serrano abraçou o magistério, destacando-se como historiador, e Oliveira Viana dedicaria sua vida aos estudos de sociologia.

Uma forte corrente estética está representada no volume, não apenas na análise de Tristão de Athayde, cuidando especificamente de política e letras, mas ainda nos estudos de Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, os três compondo o grupo de bacharéis que se dedicaram à literatura, à crítica literária e à poesia.

Nessa diversidade de pontos de vista, nessa extrema abertura para as idéias de

todas as indoles, em resumo, no caráter não dogmático e não sectário do volume, parece estar uma das suas maiores virtudes. Dizia, aliás, o prefácio que (os autores) "leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros, mas contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos". E demonstrando a influência que Alberto Torres estava desempenhando, acrescenta: "leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitulou seu discípulo; descobriram-se de *per si*, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram, em suma, sobre a obra daquele nosso pensador político que não havia sido nem mesmo lida com atenção pela geração que os precedera. São brasileiros, pensam pois como brasileiros: americanos, latinos e tropicais".

Dos estudos incluídos no volume, alguns são de cunho apenas narrativo. Assim, a contribuição de Celso Vieira — "Evolução do Pensamento Republicano no Brasil" — analisa as manifestações nativistas a partir da colônia, com ênfase sobretudo nas manifestações de Pernambuco, omitindo, surpreendentemente, os movimentos em Minas, para concluir que "o pecado mortal destas gerações é que o seu espírito sem idéias, atraído pelo velho idealismo dos antepassados, não tinha sabido animar gloriosamente aquele texto (Constituição de 1891)".

O estudo de Jonatas Serrano, "O Clero e a República", procura, justamente, destacar o papel renovador da Igreja, a posição avançada que os clérigos tiveram em vários movimentos políticos, baseando-se, fortemente, nos estudos de Júlio Maria.

Nuno Pinheiro discute de forma técnica e muito adequada o problema das "Finanças Nacionais", numa época em que engatinhavam entre nós os estudos de economia e finanças, mostrando as dificuldades do câmbio, da dívida externa e interna, do papel moeda, dos empréstimos estaduais, do comércio exterior e da política orçamentária.

Já nos estudos de Carneiro Leão, Gilberto Amado, José Antonio Nogueira, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso parecem estar as contribuições mais destacadas do volume, em termos de um pensamento político e cultural novo. Carneiro Leão, ao tratar dos "Deveres das Novas Gerações Brasileiras", examina sobretudo o papel da educação como forma de estudar e conhecer a alma nacional, e se remete em particular aos estudos de Liberato Barroso e Tavares Bastos — o primeiro praticamente esquecido — para destacar a importância da instrução no país. É digno de nota que o estudo também cite com bastante frequência os pareceres sobre a reforma do ensino primário, emitidos por Rui Barbosa em 1882, dando a esse trabalho o devido destaque, e a indicação é especialmente importante, porque no resto do volume o sentimento anti-Rui Barbosa, típico aliás do período, já se destaca com bastante firmeza.

Jose Antonio Nogueira estuda "O Ideal Brasileiro Desenvolvido na República", tratando sobretudo da organização de uma consciência coletiva de nacionalismo, dos males do pessimismo, do caminho da justiça distributiva e de um sonho de gigante revelando leituras extensas, mas ainda no estilo beletista que viera de época anterior, linhas de estudo aliás que desenvolveria mais tarde em volume "Aspectos de um Ideal Jurídico".

Ronald de Carvalho trata das "Bases da Nacionalidade Brasileira; uma Síntese Histórica" e acentua os principais aspectos da formação nacional, em estilo agradável e leve, que é a marca dos seus trabalhos. Mas a parte final do trabalho resente-se de um psychologismo exagerado, prosseguindo por filiar a alma brasileira a três grandes melancolias, para em seguida tratar de uma forma mais literária que objetiva no tema da adaptação, concluindo com os seguintes dizeres: "O Brasil é uma dádiva da terra, mas, como aquele arco pesado e belo, formidável e gracioso do velho Odisseu, exige dos seus pretendentes em disposição enérgica uma vontade sem desfalecimentos".

Tasso da Silveira se ocupa de "A Consciência Brasileira", destacando sobretudo o problema racial, para em seguida deter-se nos problemas da compreensão dos estudos filosóficos, com a análise das obras de Tobias Barreto e Farias Brito. E termina traçando uma curva do desenvolvimento da consciência brasileira, realizada em função "de profundos fenômenos étnicos, para referir-se à sonhadora ideologia dos nossos homens do Império e dos fundadores da República; de verdadeiro despertar da consciência nacional em Farias Brito e (inscrevemos agora o nome de um autor genial precursor) Alberto Torres e, finalmente, o tema que sempre volta, na geração mais nova, na geração dos que nasceram com a República a afirmação de "um espírito que claramente vê, que profundamente sofre, porque a realidade é amarga, mas sobretudo infinitamente espera porque confia na vitória da inteligência".

Sem procurar desmerecer os demais trabalhos, cada qual em sua especialidade, são as contribuições de Gilberto Amado, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso, que marcam de uma forma mais nítida a importância fundamental do volume, como depoimento expressivo de um momento significativo do dilema do pensamento liberal, em face do regime republicano.

O estudo de Gilberto Amado já apresenta um título significativo: "As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil". Trata-se do discurso de estréia como deputado na Câmara dos Deputados, pronunciado em 11 de dezembro de 1916, e mais tarde incluído com algumas alterações em "Grão de Areia" (1919). E a frase inicial, tantas vezes citada, é a súplica mais exata do nosso fenômeno social: "Atentai, senhores, aí está esboçada toda a história do Brasil no século XIX: senhores escravos". Estuda a influência do regime escravocrata na vida política e a análise segura do sistema imperial que representava a reflexão de um homem que se voltara desde cedo para o exame da realidade brasileira. Transferindo-se para o Rio em 1910, Gilberto Amado

ascendia à Câmara em 1914 e ali permaneceria até 1926, quando é eleito senador federal, tendo a carreira política cortada com a revolução de 1930. Retorna então o magistério, por curto período, para ingressar na diplomacia. As roupagens de um representante das oligarquias tradicionais não sufocaram em Gilberto Amado o espírito de análise, com que ele, realmente, critica o artificialismo político do regime da República Velha, em face dos condicionamentos sociais e com mão de mestre dissecando a realidade política e social do país. Mas algumas outras citações se tornam obrigatórias para malhar alguns aspectos, quando, referindo-se às figuras de proa da monarquia, dizia que "ilustrados nos publicistas europeus, versando temas que não tinham relação com o meio, os mais brilhantes estadistas não foram por certo os mais úteis. O seu trabalho político consistia em bordar sobre os assuntos do dia — empréstimos externos, reforma da legislação criminal ou civil, direito orçamentário, questões partidárias e eleitorais — grandes e belos discursos que poderiam figurar pelos assuntos nos Anais parlamentares de França e Inglaterra. Nos chamados menos cultos, isto é, num Paraná, num Itaboraí, num Coreipe mais tarde se sentia a experiência que comunica o trato dos negócios, o cuidado da observação, a matéria dos fatos, dando aos seus discursos a contextura resistente das realidades. É claro que a todos eles faltava uma educação científica necessária à compreensão de um país que, mais do que nenhum outro, precisava de uma política construtiva".

Tratando da nossa formação cultural, comentaria: "se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que ele tem a bem dizer sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando objeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não poderiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, mestiços ou brancos, julgar-se-iam desonrados nele".

"O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime não pôde conjurar, antes acorçou, porque não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos."

Gilberto Amado conclui para mostrar que o Brasil, naquele momento, estava em situação semelhante à Monarquia antes da sua queda, e que, "por isso, leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la antes de tudo brasileira".

O estudo de Oliveira Viana, "O idealismo da Constituição" constitui propriamente a primeira parte do volume publicado sob igual título em 1927, reeditado depois em 1938, com a análise das Constituições de 1934 e 1937. Oliveira Viana, mencionando linhas de pensamento que desenvolveria em outras obras, compara o regime republicano ao regime imperial, para mostrar como os líderes republicanos

foram incapazes de organizar um regime político adequado às instituições brasileiras, e que tentaram criar um tipo de regime que se baseava em opinião pública inexistente, expondo em síntese: "que realmente todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem em síntese esta coisa geral: somos um povo em que a 'opinião pública', na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe".

O trabalho de Pontes de Miranda tem o título de "Preliminares para a Revisão Constitucional", e parte do princípio de que, entre as três políticas — a do empirismo, a do apriorismo e a da ciência — estivemos sempre presos à segunda, sem jamais nos prepararmos para adaptar uma verdadeira política científica. Vê-se no jovem intelectual de então, homem profundamente impregnado de idéias científicas, e que contemplava na ciência possibilidade de resolução de todos os problemas sociais. As idéias eugênicas são também uma forte contribuição de seu estudo, que conclui de fato na época em que ainda vivíamos na campanha de revisão da Constituição de 1891, com a apresentação de algumas emendas à Constituição Federal.

O estudo de Tristão de Athayde, "Política e Letras", relaciona o movimento cultural no Brasil com as nossas instituições políticas, para em seguida tentar um exame do movimento cultural da época. A análise comparativa que faz entre Pinheiro Machado e Rui Barbosa, as duas forças contraditórias, o cesarismo e o caudilhismo, ambos como "o ponto de ligação entre a anarquia natural da gente brava e a autoridade necessária a desenvolver o senso de coletividade" e o idealismo romântico de Rui Barbosa, acima de tudo moldado pelo liberalismo político do parlamentarismo do século XIX, é página antológica. A conclusão é de que o Brasil recebera até então uma herança de antagonismos, em que seria necessário, para possuir uma literatura original, uma literatura imperiosa e fecunda, uma maior integração social e moral.

Vicente Licínio Cardoso apresenta dois trabalhos: um sobre Benjamin Constant, o fundador da República, no qual procura acentuar a importância fundamental do professor de matemática da Escola Militar na proclamação da República, estudo biográfico em que se revelam mais uma vez as fortes influências positivistas que lhe marcaram o espírito.

O estudo "À Margem da República" mostra como o regime imperial fora incapaz de atender às necessidades do país, e que até então a República se conservara presa a esses mesmos condicionamentos. Conclui afirmando que "a República não nos trouxe nenhum idealismo congênito; consequência política da evolução social sobre o ideal abolicionista, o novo regime fixou apenas na Carta Constitucional pequenas ideologias, sem deixar sequer esboçado um verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional".

À guisa de conclusão, aparece um texto, certamente também de autoria de

Vicente Licínio Cardoso, que se iniciando pela frase de que "em nenhum momento talvez da nossa história foi tão necessário pensar o Brasil como atualmente", revela a decepção que o regime republicano trouxera e afirma, em relação ao volume, que "é um ensaio do que hoje tentamos. Projetado às pressas o volume, com prazo fixado para marcar com um ato de inteligência a passagem do 35.º aniversário do novo regime no Brasil, não pôde obedecer ao plano traçado".

E conclui, dizendo que "fomos buscar no passado remoto ou recente, e mesmo entre as sombras da tristeza do ambiente, as idéias e palavras necessárias a um ato de inteligência e de fé".

Nenhuma introdução poderia substituir a leitura completa do volume. Nas suas qualidades e defeitos, os vários estudos refletem o momento histórico, cheio de dúvidas e perplexidades, na encruzilhada que o país atravessava, e nas transformações em curso, e as várias alternativas abertas.

O sentimento que se depreende da leitura do volume é o de que nos seus melhores trabalhos, as análises são bastante exatas e agudas no descrever os problemas e as realidades, mas se encontram deficientes no marcar os rumos e fixar diretrizes. Evidentemente não houvera ainda o amadurecimento necessário, nem existiam estudos de bases fundamentais para tirar desses diagnósticos os elementos para uma terapêutica perfeita.

Mas nas deficiências e méritos, "À Margem da História da República (Idéias, Crenças e Afirmações)" é exemplo significativo de um movimento de um grupo de intelectuais, com as formações mais diversas, que se sentiram irmanados em determinado momento pela necessidade de se debruçar perante seu país, examinar-lhe os problemas e tentar indicar-lhe linhas de ação.

A análise das gerações políticas, no Brasil, seja no plano dos teóricos, seja no plano dos práticos, ainda não foi feita. Mas, inegavelmente, o manifesto dos participantes do volume "À Margem da História da República" é um dos momentos mais expressivos de uma "geração política" no Brasil, de um segmento de nossa "intelligentzia", ao mesmo tempo em que desvenda, de uma forma patente, as ambigüidades de nosso pensamento liberal. É a inexistência, antes ou depois, de estudos de idêntica orientação, indica, ao mesmo tempo que a alta relevância do volume, mais um exemplo a extrema pobreza do nosso pensamento político.

Rio de Janeiro, abril de 1979.

Alberto Venancio Filho.

## Nota do Editor

Há um século a geração de nossos avós realizou a campanha gloriosa da Independência sob a tutela eminente do patriarca José Bonifácio. Em seguida, a obra portentosa da consolidação da unidade (Pedro II e Caxias) dentro do Império.

A geração de nossos pais realizou depois a abolição e instituiu a República: libertou, destruiu e semeou.

Aos homens das gerações nascidas na República caberá, provavelmente, uma nova obra de construção, difícil, mas fecunda. Tudo indica que deverão ser fixados, no tempo e no espaço, o pensamento e a consciência da nacionalidade brasileira.

Os distúrbios graves destes momentos tristes de agora, perturbadores da ordem e retardadores do progresso almejado, haverão de determinar por certo a eclosão benéfica de energias novas e sadias. Foi proximamente assim, em ambiente semelhante, que no passado foram postas em ação as figuras severas e imponentes de Evaristo da Veiga, de Bernardo de Vasconcellos e do egrégio Diogo Feijó.

Acreditemos no Brasil. Façamos com que sejam despertadas as energias adormecidas de nossa raça. Honremos a memória dos luso ousados que fizeram passear por estas mesmas terras, fecundando-as, as suas coragens notáveis. Honremos a descendência dos bandeirantes intemeratos, cheios de fé como os jesuítas magníficos, e cheios de arrojo como os descobridores portugueses que os precederam.

Comemoremos com crença o passado para que possamos ser acreditados em nossos sonhos de projeção para o futuro. Realizemos o presente, honestamente, sinceramente, como nos compete. Digamos, em suma, aos que vão vindo que não desonraremos as tradições de nossos maiores. Mostremos que vivemos.

Agitemos a argila brasileira com o sopro criador de nossas idéias e de nossas crenças.

Mas oremos juntos para que se não percam na vastidão da terra, escassamente coesa, os ecos de nossas próprias vozes.

## Prefácio

"É grande aquele que o é naturalmente: aquele que nunca nos faz recordar outros homens." (Emerson.) Assim também os livros...

Este de agora é de todo original, por isso que não lembra de fato nenhum outro livro. É, pois, eminentemente honesto. Coletânea de escritos de autores diversos, ele não tem caráter nem de antologia nem de poliantéia. É um inquérito sem perguntas e sem respostas. Um depoimento. Uma afirmação coletiva de idéias, de crenças e de almejos.

Mas ele representa também um compromisso sem compromissos, um juramento cívico tornado público sem juramentos, um julgamento, em suma, levado a efeito por homens da geração nascida com a República.

Não houve nenhum acaso na escolha dos que o escreveram<sup>1</sup>. Não houve esquivanças ao convite inicial, nem tampouco insistência de pedido de colaboração. Encontraram-se nas livrarias como autores, em mãos do público, coligaram-se e compuseram o inquérito de agora. A maioria veio dos Estados, representando, por isso mesmo, uma seleção natural, espontânea, mas forçada. Não os anima nenhum interesse subalterno, nenhum prazer de fazer aro de presença, nenhuma obrigação de assinar um manifesto. São independentes, e representam, pelo que já realizaram, promissórias seguras de novas realizações para o futuro.

A originalidade do livro é que cada um deles responde apenas pelo que fez. Não há chefes, diretores ou empresários. Todos são senhores de suas responsabilidades, de suas crenças e de suas opiniões.

Reunidos, representam porém uma geração de homens: a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são pois

---

1. Pela exigüidade do tempo, não puderam estar presentes alguns outros.

republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias.

Todos são autores, já foi dito.

Escrever sobre assuntos sérios no Brasil significa abnegação, coragem e estoicismo. Praticamente significa pagar para ser escassamente lido. Não se julgam, todavia, nem visionários nem ingênuos. Quase todos escreveram mais de um livro: confirmaram portanto a situação angustiosa de autores com número reduzido de leitores... E vão por certo repeti-la em outras obras...

Isoladamente cada um já está, pois, suficientemente definido.

Agrupados, apresentam todos uma característica comum: não estão presos a nenhuma escola européia, ou filiados a nenhum sistema importado. Leram Spencer, Comte, Le Play, Karl Marx e outros, mas, contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriram-no de *per si*, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida, verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram em suma sobre a obra daquele nosso pensador político que não havia sido nem mesmo lida com atenção pela geração que os precedera. São brasileiros: pensam pois como brasileiros, americanos, latinos e tropicais.

Demais estão todos proximamente de acordo sobre os pontos básicos de nossa história. Admiram com fervor a obra de José Bonifácio. Mas admiram por saberem explicar a razão de ser de sua glória. Conhecem Anchieta, a obra dos bandeirantes, Evaristo da Veiga, Feijó, Paraná, Nabuco, Mauá, Caxias, os dois Rio Branco, Benjamin Constant e Prudente de Moraes; e serão capazes de formular sobre todos eles julgamentos proximamente iguais. Respeitam, além disso, a figura histórica de Pedro II, vendo nela a razão justificada do atraso com que foi instituído o regime republicano no Brasil. Elogiam porque explicam.

Compreendem, de outro lado, a gravidade de nosso momento histórico presente e procuram reagir. Mas reagir pelo progresso dentro da ordem, por isso que todos eles sabem que em Sociologia o caminho seguro para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas.

A serenidade das atitudes tomadas evidencia em suma a consciência da força que julgam possuir reunidos, o respeito com que estudaram o Brasil passado e o amor com que pensam agora projetar para o Brasil o futuro.

As responsabilidades acumuladas sobre os ombros dos homens da geração nascida com a República são simplesmente formidáveis...

Escrevem, porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar, mas sentem com a própria obra que vai surgindo (no isolamento em que é composta) o irremediável das situações que vão criando: Prometeus acorrentados pela opinião pública que os esmaga com o maior dos castigos de homens livres: o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência ainda, perdendo em atritos passivos veementes, as poucas energias soerguidas sobre o "peso morto" aterrador dos milhões de analfabetos que as solapam.

O livro de agora será de futuro um prefácio ou um epílogo: prefácio inicial de uma obra maior exigida pelo ambiente de nossa pátria, ou um epílogo sombrio onde serão inscritos e conservados os nomes dos visionários tombados por não haverem encontrado o estímulo, protetor e oportuno; dos aplausos e adesões que lhes tiveram faltado.

Epílogo temeroso ou prelúdio criador, ele marcará porém uma época, definirá uma geração ou fixará uma data de nossa história.

Mas, de qualquer forma, as responsabilidades daqueles que o compuseram e realizaram.

Este simples inquérito é, pois, antes de tudo, uma pergunta imensa.

## Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras

*A. Carneiro Leão*

Nação alguma é construída por forças estranhas. É da capacidade ou incapacidade do seu povo que vai sair a sua fraqueza, ou a sua força, a sua importância, ou o seu desprestígio. Ninguém suporia que um país qualquer pudesse ser grande por influência de outro, crescer com a atividade, a inteligência e o trabalho alheios. Ninguém pensaria repousar a grandeza do Brasil na amizade dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, ou da Alemanha; na complacência de credores estrangeiros, ou na cultura de adiantados meios científicos, ou literários de outros povos. Certamente existe, e cada vez maior, uma interpretação dos povos civilizados entre si, mas esse mútuo auxílio, visto sempre do ponto de vista do interesse individual de cada um, cria a necessidade, dia-a-dia mais premente para todos, de uma vida de atividade, de corrida à realização e ao progresso. Aquele que não corresponder à expectativa dos demais, não satisfizer os compromissos assumidos, for um elemento de desordem, ao invés de um coordenador de forças, de um cooperador no desenvolvimento da sociedade internacional, há de acarretar, sozinho, com as consequências do seu mau proceder. E não é somente a sua precária situação, no conceito internacional, o resultado de uma existência desregrada.

Um povo retardatário, doente, mal organizado, de péssimas finanças, vida econômica perturbada, cultura diminuta, lentidão de trabalho, atraso social, parasitismo político, não só desorganiza as suas relações no exterior, mas cria uma vida nacional deficiente, anárquica, pobre, senão mais ou menos servil e periclitante.

Todos os povos devem buscar nas suas próprias forças as energias capazes de fazê-los progredir. Para tanto é indispensável que se estudem e se conheçam com precisão.

Acredito que, nesta época de civilização de base científica, onde tudo se procura fazer pela cultura, a educação é a maior necessidade do Brasil. No nosso país precisamos de cultura, por toda a parte, e para tudo: cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica. Quem diz educação, diz



formação, diz organização, diz adaptação. Formar a nacionalidade e o país, organizá-los e adaptá-los à hora atual do mundo são os fins da cultura que proclamamos.

É mister convençam-se todos, no Brasil, de que as questões de educação não são simplesmente pedagógicas, porém, nacionais, na mais alta expressão do termo. Interessam ao futuro do país, ao desenvolvimento de suas forças vivas. E a educação tem de ser estudada aqui em todos os seus aspectos: primário, secundário profissional e superior, porque são todos correspondentes aos diversos estágios mentais das classes que se aprestam para o perfeito funcionamento social. Não se pode deixar de compreender, um povo vale o que vale a sua mentalidade. E essa é mais ou menos brilhante, mais ou menos prática, conforme a cultura difundida. Uma mentalidade exclusivamente de intenções nacionalistas pode fazer um povo de ideais estreitos, jacobino e agressivo, mas exclusivamente universal, despreocupado da sua terra e da sua gente, pode construir um espírito alheio às necessidades e aos problemas nacionais. É preciso ver o Brasil, com critério nacional, mas dentro da harmonia internacional. Vê-lo, porém, com a clareza do amigo de sua pátria, sem outras preocupações além do bem-estar do seu povo, da sua dignidade e da sua grandeza.

A cultura universal, sobretudo nos fenômenos sociais, se generaliza de tal modo, na imprensa, em conferências, em congressos contínuos, nos quais todos os povos concorrem com a sua experiência e o reclamo das suas necessidades, que se tem hoje, quase tangível, diante dos olhos e da inteligência, a marcha da civilização e a visão do caminho mais curto e mais claro ao evoluir de cada país, segundo o seu tipo social e cultural. A cultura moderna dos fenômenos sociais, econômicos e políticos está sendo feita nas revistas, jornais, livros de crítica, e relatórios da vida dos povos, em movimento ininterrupto. Não se trata mais de espíritos elaborados friamente, no insularismo dos gabinetes, em tratados clássicos, em teorias e princípios imutáveis, em ideais e postulados preconcebidos, mas afeitos à observação da vida quotidiana, em marcha acelerada para a frente. Não pode haver um espírito mais prático, no sentido de conhecer da realidade atual, das necessidades e das realizações presentes, do que o desses estudiosos e observadores tão injustamente acimados de teóricos. O nosso mal é a mentalidade feita pelas nossas escolas. É necessário justamente sair desses livros de teorias e postulados, dessa escravização da memória verbal, dessas fantasias da imaginação, para a realidade do mundo, onde se bebe, diretamente, o ar livre da vida vivida e sentida modernamente, por toda a parte. Não há de ser essa educação de realidades que nos darão mais os espíritos criadores de panacéias, pretensamente práticos e infalíveis. Justamente o que há a fazer é muito simples: educar, trabalhar, produzir, economizar.

No fim de pouco mais de trezentos anos de atividade, com uma colonização irregular, obrigados a empreendermos, sozinhos, desde o desbravamento da terra virgem até ao acúmulo de economias e de culturas, evidenciamos, no primeiro século da nossa independência, sermos um povo de virtudes viris. Enquanto os americanos

do norte foram, desde o começo, comanditados pelos capitalistas europeus, nós estivemos obrigados a criar um capital próprio, local, para o desenvolvimento da nossa riqueza. Trabalhamos bastante, e o acervo das nossas realizações e o nosso patrimônio são consideráveis. O nosso trabalho honra, certamente, o Brasil. Possuímos trinta mil quilômetros de caminhos de ferro, mil e quinhentos de carris urbanos, sessenta mil de linhas telefônicas e cinquenta mil telegráficas. O valor dos nossos estabelecimentos rurais ultrapassa dez e meio milhões de contos e o nosso comércio de 30 mil contos de réis, em 1822, é atualmente de mais de 4 milhões.

Contudo, se o labor anônimo de indivíduos empreendedores e da massa inculta representa um esforço digno de nota e de desvanecimento, a nossa falta de cuidado pelo melhor aproveitamento de nossas energias e a nossa desatenção pelo povo analfabeto devem preocupar-nos, profundamente.

Nós, até 1888 e 1889, éramos uma Nação com uma determinada organização social, uma diferenciação de classes, definida. Tínhamos, de um lado, os senhores, proprietários da terra, detentores das posições, e, do outro, o mundo dos escravos, sem direito algum e com o dever de trabalhar para o desenvolvimento da fortuna dos seus donos. A classe intermediária — libertos e apaniguados — ocupava os ofícios e as profissões manuais, atingindo, muito raramente, de ordinário pela cultura, pelo diploma de bacharel ou de doutor, as posições liberais e políticas.

Uma tal organização econômica e social, apesar das suas injustiças, mantinha um certo equilíbrio na vida do país, dando um aspecto de estabilidade, de gravidade e de lisura políticas. Os senhores, com a independência dada pela fortuna material e a consciência da sua superioridade de classe, faziam uma política e uma administração públicas, que eram o reflexo das suas qualidades de altivez e honestidade. Daí a sensação de correção, desprendimento, elevação de vistas, que se tinha, geralmente, durante a Monarquia, do ambiente político brasileiro. A abolição, libertando, porém, uma população ainda considerável de escravos, e a República, um ano depois, nivelando-a, igualando-a, juntamente com o resto do povo, aos ex-senhores, deram, a todos, as possibilidades de atingirem as mais elevadas situações políticas e sociais. Assim, de uma parte, a pobreza em que caíram as antigas famílias senhoriais e os seus escrúpulos em se ombrearem, na vida pública, nas assembleias, nos parlamentos, com filhos dos seus ex-escravos produziu o retraimento de um número considerável desses ilustres varões e dos seus descendentes da direção nacional; da outra, os excessos produzidos em todas as revoluções, aliados ao próprio espírito de um regime de inteira liberdade e absoluta igualdade de raças e de classes, deram aos arrivistas o acesso fácil às posições. Não sendo mais a cultura, a tradição, a cor, a hombridade e a fortuna, os predados para a ocupação dos postos públicos, aos quais todos poderiam rapidamente ascender, começou a luta desenfreada para conquistá-los: Era natural que todos os processos fossem usados. As qualidades recomendadas passaram logo a ser a obediência ao chefe, a subserviência aos governos, os pistoleiros e todos os atributos pessoais, negativos e prejudiciais aos interesses do país.

Entraram logo em fusão elementos de todos os matizes. O expurgo tinha de ser demorado e doloroso. Daí que se começasse a efetuar, pelas imposições nacionais, pela melhora dos costumes, pela cultura, uma seleção conveniente decorreria muito tempo. O caldeamento, aliás, ainda não está feito.

O Brasil precisa de um espírito novo, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo. E, felizmente, não obstante todos os vícios reinantes, começa a soprar um vento de renovação. Na geração atual parece haver elementos que se preocupam das coisas nacionais, com seriedade e afincado. Há de ser dessa direção do nosso espírito que virá a nossa grandeza. Observando a nossa própria vida, perscrutando o evoluir da nacionalidade, compreendendo as nossas necessidades, olhando de face e com lealdade os nossos defeitos, trabalhando, de olhar fixo no futuro da pátria e não nos interesses e posições pessoais, faremos uma nação forte, nobre e estimada.

É de cultura que necessita o Brasil. Cultura física, mental, profissional, cívica, social e política.

Quando vemos o tamanho da população brasileira — quase três vezes maior do que a da Argentina — e observamos que, numa eleição renhida como a do nosso último pleito presidencial, não concorreram às urnas mais de 600 mil eleitores, enquanto, na República vizinha, foram contados mais de 900 mil votos, na sua derradeira eleição, percebemos o avanço da cultura política dos nossos amigos do Prata. Ali há vários partidos, de programas definidos, com deputados e senadores no parlamento, todos eles disputando renhida e lealmente, pelo voto secreto, as conquistas das posições políticas. Aqui tem sido o indiferentismo, manifesto em todos os aspectos da vida nacional, um dos maiores males brasileiros. Não há o controle da opinião pública. São os clientes políticos, quase os únicos concorrentes às eleições nacionais. Faltam os partidos, falta o voto secreto, falta o desprendimento da massa eleitoral na escolha dos dirigentes. Não é, pois, estranho que sejam os grupos, ainda hoje, os donos do Brasil.

De maneira que do balanço geral ressalta ser o nosso problema básico a educação nacional. Passou, por toda a parte, a época em que era apenas uma elite burguesa, filha dos ricos, dos políticos e dos privilegiados, a dirigente incondicional dos povos. Dia a dia a massa toma parte maior na direção dos governos, por meio das suas associações de classe e das sociedades sindicalistas. A educação generalizada começou, a bem do povo inteiro e da própria elite, a ser a preocupação das pátrias.

O Brasil, sem alienar a sua individualidade, mas, ao contrário, despertando-a e desenvolvendo-a, deve observar o que se passa lá fora, para aproveitar as lições fornecidas pelos povos mais velhos, mais experientes e mais cultivados.

Precisamos saber escolher o que mais nos convém. Entre a organização americana da diversidade de métodos educativos, da independência de organização e

a preocupação da Alemanha, intensificando, preparando, pela unidade da educação a unidade de cultura e a unidade nacional, devemos compreender o que nos servirá melhor. Num país, como o nosso, da extensão territorial, da multiplicidade de raças imigrantes, da dificuldade de comunicações, da diversidade de fortunas e de possibilidades dos diversos Estados, entre si, a educação que intensificar a unidade de cultura e a unidade de espírito será a mais apropriada à preparação da homogeneidade nacional e da grandeza do nosso futuro.

São estes os deveres das modernas gerações brasileiras: estudar e conhecer a alma nacional, as possibilidades nacionais, as necessidades nacionais, discernindo, na multidão das organizações educativas dos povos mais cultos, os modelos que melhor digam conosco, para a elaboração do Brasil.

A hora que chega é decisiva para o nosso país. Dela dependerá a nossa afirmação ou a nossa fraqueza, como nacionalidade.

Seremos um povo homogêneo, uno, independente economicamente, ou permaneceremos uma nacionalidade heterogênea, conservando vários núcleos de outras raças inassimiláveis no nosso sangue, com o domínio dos capitais estrangeiros, no reinado nacional do funcionalismo e do parasitismo de Estado.

Este livro procura estudar os problemas fundamentais para a organização da grandeza da pátria. Não busca, propriamente, apresentar soluções. Muitas delas, entretanto, estão implícitas no enunciado dos próprios problemas indicados.

A questão primordial é convencermos-nos de que o nosso problema máximo é a educação integral, desde a formação do indivíduo físico — sadio, inteligente, capaz — até à organização cívica, política, e social, passando pela preparação profissional e técnica, literária e científica.

Há mais de meio século, com pequeno intervalo de uma a outra, duas grandes inteligências brasileiras — Liberato Barroso e Tavares Bastos, na tribuna política, na imprensa e no livro solicitavam, discutiam e projetavam uma organização da educação nacional. Verdadeiros precursores do movimento educacional, cuja preocupação, nestas últimas décadas, absorveu o mundo culto, bastaria citar algumas frases de alguns deles para termos a certeza de que no pensamento brasileiro, para nossa honra, a gravidade desse problema foi vista ao mesmo tempo que em outras nações americanas. Apenas, enquanto essas tinham a ventura de juntar o pensamento de alguns homens à ação dos administradores e ao interesse geral, nós isolávamos, dentro dos seus sonhos, os generosos visionários da nossa grandeza, pela cultura e pela inteligência.

Ouçamos o que, há cerca de sessenta anos, dizia ao Brasil inteiro a palavra de Liberato Barroso: "Se em todos os países e em todos os governos a educação popular

é uma necessidade vital, é muito mais ainda naqueles em que, como no nosso, o povo se governa pelos seus delegados, e cujo sistema de governo se baseia sobre a opinião nacional. Procuremos elevar o nível da educação e da instrução na sociedade brasileira, e todas as reformas assentarão sobre uma base sólida e permanente"<sup>2</sup>.

Notemos, agora, o acento de convicção de Tavares Bastos. "Tudo nos falta, de tudo carecemos neste ramo principal dos interesses sociais — a instrução do povo. Ao invés das tendências do século, que possuímos nós? Escolas de a b c, estas mesmas raríssimas, sem edifícios próprios, sem mobílias e utensílios e, pior que tudo, sem mestres idôneos.

"Emancipar e instruir é a forma do mesmo pensamento político. Que haveis de oferecer a esses entes degradados que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. Que reservareis para sustentar as forças produtoras esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que centuplicando a energia do braço humano é, sem dúvida, a mais poderosa das máquinas de trabalho."<sup>3</sup>

E algum tempo depois deles, há quarenta anos precisamente, Rui Barbosa, fazendo o inventário do que então havia de interessante, executado ou projetado no mundo culto, apresentava um programa de educação popular que era, na ocasião, e com algumas alterações seria, hoje, um verdadeiro monumento de construção nacional.

Para mostrar o calor com que o grande brasileiro se referia à importância do problema, citemos algumas frases do início do seu parecer. "Mas a verdade — desagrada a quem desagradar —, é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, se decreta, é numa proporção desesperadamente longe do nível científico desta cidade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrução popular, na Corte como nas províncias, não passa de um *desideratum*; é que há sobeja matéria para nos enchermos de vergonha, e empregarmos heróicos esforços por uma reabilitação, em bem da qual, se não quisermos deixar em dúvida a nossa capacidade mental ou os nossos brios, cumpre não recuar ante sacrifício nenhum; não só porque, de todos os sacrifícios possíveis, não haveria um que não significasse uma despesa proximamente reprodutiva, como porque trata-se aqui do nome nacional num sentido mais rigoroso, mais sério, mais absoluto do que o que se defende nas guerras à custa de dezenas de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho e centenas de milhões arrancados, sem compensação, aos mais esterilizadores de todos os impostos."<sup>4</sup>

2. Liberato Barroso — *Instrução Pública* (introdução), pág. 41.

3. Tavares Bastos — *A Província*, pág. 229.

4. Rui Barbosa — *Reforma do Ensino Primário*, pág. 1.

E mais adiante continua com eloquência: "A extinção do *deficit* não pode resultar senão de um abalo profundamente renovador nas fontes espontâneas da produção. Ora, a produção, como já demonstramos, é um efeito da inteligência: está por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular. Todas as leis protetoras são ineficazes, para gerar a grandeza econômica do país; todos os melhoramentos materiais são incapazes de determinar a riqueza se não partirem da educação popular, a mais criadora de todas as forças econômicas, a mais fecunda de todas as medidas financeiras"<sup>5</sup>.

José Veríssimo, em momento de grande oportunidade para a organização da educação brasileira, porque era no alvorecer da República em 1890, escreveu o seu excelente livro sobre *A Educação Nacional* abrindo com estas palavras:

"O nosso sistema geral de instrução pública, não merece de modo algum o nome de educação nacional. É, em todos os ramos — primário, secundário e superior — apenas um acervo de matérias, amontoadas, ao menos nos dois primeiros, sem nexo ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria". Nada se fez, no entanto, de prático, até agora. Esses generosos precursores, fora da administração, permaneceram desatendidos e esquecidos. Foi este um grande mal para o Brasil.

Na Argentina, a figura admirável de Sarmiento, depois de se convencer e de pregar a salvação da nacionalidade pela educação, assumiu o governo para realizar o seu programa e iniciar, com decisão, a era da verdadeira prosperidade da sua pátria.

Qual o resultado de tudo isso?

— Que, na Argentina em 1919, o Conselho Nacional de Educação, graças à interferência da União pôde dizer: "Em Buenos Aires não há mais uma só criança em idade escolar para quem não haja lugar assegurado numa escola pública". Entretanto, tudo quanto o nosso entusiasmo dirá é que na nossa capital, como em São Paulo, o analfabetismo foi reduzido à cifra, ainda positivamente pouco recomendável à nossa cultura, de sessenta por cento da população infantil em idade escolar.

Mas nós fizemos ainda pior do que esquecer: desprezamos, abandonamos inteiramente o problema.

A Monarquia nada realizou. Como explicar, porém, que a República criando um Ministério de Instrução, entregando-o a um dos mais ilustres e convictos apóstolos desse regime — Benjamin Constant — não só o fechasse em seguida, mas não cogitasse, nunca mais, da educação popular, meio único capaz de efetuar a democracia?

5. Rui Barbosa — obra citada, pág. 42.

Coisas inexplicáveis da nossa extravagante orientação política. Passamos o primeiro centenário da nossa independência e clamamos, como nas proximidades do cinquentenário Liberato Barroso e Tavares Bastos.

Quem nos assegurará, que, de agora a cinquenta anos, ou mesmo no segundo centenário da nossa independência, a situação da educação popular brasileira não seja ainda parecida com a de hoje?

Mas, se tal acontecer, esperemos, para lisonjear a nossa vaidade e recompensar o nosso esforço, que as nossas memórias e as nossas campanhas sejam lembradas e louvadas por outros teimosos sonhadores, como o são os grandes nomes de Liberato Barroso e Tavares Bastos, Rui Barbosa e José Veríssimo pelo nosso afeto enternecido. Provavelmente às gerações dessas épocas dirão eles: "nas proximidades do primeiro centenário da nossa independência havia um Monteiro de Souza, um Victor Viana, um Pinto Serva, um José Augusto, um A. Carneiro Leão, um Paulo Pestana, que escreviam artigos, conferências e livros, bramindo com energia e ruído em defesa da educação do povo brasileiro".

E irão, como nós, agora, revolver na poeira dos arquivos, os livros, os folhetos e os jornais, nos quais escrevemos as nossas objurgatórias e os nossos conselhos.

Ê citarão, certamente, com aplausos e carinhos, palavras, trechos inteiros dos nossos trabalhos, para se valerem da história e da tradição em defesa da sua campanha, tenaz, e nessa época, provavelmente, quase vitoriosa. Nós indubitavelmente já não vivemos, mas lá, onde estivermos, se "a memória desta vida se consente" melhor identificados com as coisas eternas, e podendo julgar melhor o valor do tempo, compreenderemos que séculos não contam na eternidade e, mesmo na vida dos povos, as muitas décadas de anos que o Brasil levou para se convencer da necessidade de organizar a educação popular, nada valem em relação à existência dos mundos e ao destino do homem sobre a terra<sup>6</sup>.

### A Instrução no Brasil<sup>7</sup>

#### O seu passado e a sua situação presente

A instrução no Brasil refletiu, naturalmente, todas as vicissitudes sofridas pela nacionalidade. Colônia até 1822, até quase então teve o nosso país uma instrução que era o desdobramento da instrução ministrada na Metrópole.

A cultura em Portugal, até meados do século XVIII, era dada pelos jesuitas. Só no terceiro quartel desse século, precisamente em 1773, o Marquês de Pombal, depois de expulsar essa ordem religiosa de sua pátria, criou a instrução primária do Estado,

6. *Os Deveres das Novas Gerações*, 1923.

7. Este artigo é a tradução portuguesa de um trabalho do autor, publicado no "The Journal of the National Education Association", de Washington.

desenvolvendo a secundária e a superior. O fato teve a repercussão natural no Brasil, passando a instrução das mãos dos jesuitas para os seminários que, dirigidos por padres e religiosos de várias ordens, com o fito principal de fazer sacerdotes, ministrava também o ensino secundário e superior a todos os que desejavam aprender.

Desenvolvidos e enriquecidos, esses seminários foram, até a segunda metade do século XIX, ativos centros de cultura no Brasil. E o mais curioso é que, quase sempre, de lá que saía o espírito de rebeldia e de independência. As idéias dos enciclopedistas, como as doutrinas da Revolução Francesa se não eram oficialmente bebidas nos seminários, eram os melhores espíritos neles formados os seus maiores propagandistas. As revoluções pela liberdade, sobretudo a de 1817, em Pernambuco, ainda na Colônia, e a de 1824, no mesmo Estado, já no 1.º Império, contaram à frente do movimento, ilustres figuras de sacerdotes.

No período colonial é fácil, no entanto, perceber o que devia ser a nossa instrução pública. Por longo tempo, a exceção das cidades litorâneas, e raríssimas no interior, a vida no resto do Brasil estava localizada nas fazendas e nos engenhos, nos quais, ao lado da família dos senhores, havia apenas escravos e apaniguados. Dessa gente, de ordinário, apenas os filhos do senhor estudavam em casa as primeiras letras e cursavam mais tarde o Colégio dos Jesuitas, ou o Seminário, indo, muitas vezes, até o começo do século XIX, estudar na Metrópole, freqüentando a Universidade de Coimbra.

Dois grandes fatores retardavam, pois, aqui, o desenvolvimento da instrução popular: um, a formação da nossa nacionalidade, por longo tempo com as suas duas populações de senhores e de escravos, delimitadas e inconfundíveis; outro, o ensino dado pelos jesuitas, cujo espírito impregnado do sentir da sua época, desconhecia a existência do povo e organizava, apesar de sua simpatia pelos indígenas, uma instrução para as elites, de tendências claramente aristocráticas<sup>8</sup>. Daí a razão por que, sempre, no nosso país, os cuidados dos governos foram incomparavelmente maiores para a instrução secundária e superior do que para a primária ou profissional.

É verdade que, em 1637, tendo os holandeses conquistado uma boa parte do Brasil, o Conde Maurício de Nassau nela estabeleceu escolas primárias para a freqüentação de batavos, brasileiros e portugueses. No resto do país o ensino ficou nas mãos dos jesuitas, até que a reforma de Pombal em 1772, na Metrópole, se estendeu ao Brasil, trazendo a interferência oficial do governo na organização do ensino. Houve, assim, uma certa unificação na instrução pública fornecida pelo Estado, sendo a primária paga pelo governo colonial que, para tal fim, cobrava um imposto denominado de "subsídio literário".

8. Patenteando o caráter do ensino ministrado pelo jesuíta não tenho em vista senão assinalar um fato histórico, e de nenhum modo desconhecer o papel preponderante exercido por esta ordem na organização da nossa civilização e da nossa cultura, no alvorecer da nacionalidade.

Foi D. João VI quem chegando ao Brasil com a corte portuguesa em 1808, fugindo aos soldados de Napoleão, logo começou a se preocupar diretamente com a nossa instrução pública. Em 1808, ele criou as primeiras escolas para o sexo feminino, encarregando o Conde de Barca de um plano de ensino capaz de manter a unidade na formação do ensino nacional.

Proclamada a independência em 7 de setembro de 1822, a Constituição de 1824 decretou a gratuidade da instrução primária e o governo tratou de fundar escolas. A instrução secundária continuou a ser feita nos seminários e Colégios dos Jesuítas e a superior foi organizada em 1827, com a criação das Escolas de Direito de Recife e de São Paulo, e, em 1832, de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.

Em 1837, fundava-se o Colégio Pedro II, ao qual se seguiram Liceus provinciais modelados por ele, para o ensino secundário, começando a declinar a importância dos seminários até então florescentes.

Quanto à instrução primária, desde 1834, o "Ato Adicional" tirara das atribuições do governo central para a entregar aos Estados e Municípios, cujas respectivas Assembléias deveriam legislar a respeito. A República manteve a mesma orientação. De modo que sofrendo não raro as vicissitudes de Estados e Municípios pequenos, pobres e atrasados, o ensino primário - que é a educação popular por excelência - tem marchado lentamente no Brasil. Ainda hoje não há aqui uma instituição administrativa, não direi que possa controlar, mas que tenha uma vista de conjunto, uma influência, ao menos moral, sobre a instrução primária brasileira.

A disparidade das somas despendidas pelos Estados na instrução popular, sem nenhuma relação com a importância e as populações respectivas, demonstra a falta de orientação geral.

Basta consultar a tabela do último recenseamento escolar (abrangendo até o ano de 1920), para se patentear a exatidão desse fato. Ai fica, de Estado a Estado a população global e a população escolar, as rendas públicas e as despesas com a instrução, de modo a obter-se a percentagem exata dos orçamentos estaduais despendidos com o ensino.

ESTADOS <sup>1</sup>	População do Estado	População Escolar	Renda do Estado	Despesa com o ensino primário	Percentagem da despesa
Amazonas	497.817	34.986	1.595.000\$000	1.001.400\$000	10%
Pará	969.048	116.285	9.593.966\$882	1.005.773\$288	10%
Maranhão	794.112	95.293	5.302.480\$835	448.570\$905	8%
Piauí	505.000	60.600	1.932.871\$000	195.000\$000	10%
Ceará	1.396.181	167.541	5.898.178\$294	1.052.590\$500	17%
Rio Grande do Norte	520.147	62.517	4.033.000\$000	432.118\$000	10%
Paraíba	725.680	87.075	6.722.569\$000	680.000\$000	10%
Pernambuco	1.966.404	235.968	25.907.318\$000	775.792\$000	3%
Alagoas	1.307.514	156.891	6.497.465\$060	509.116\$500	8%
Sergipe	490.648	58.977	5.489.748\$185	519.480\$000	9%
Bahia	3.211.554	385.386	29.361.500\$000	1.450.000\$000	5%
Espírito Santo	476.464	57.175	5.406.500\$000	532.468\$135	10%
Distrito Federal	1.157.873	138.944	67.042.842\$500	11.081.120\$000	17%
Rio de Janeiro	1.549.202	185.904	21.471.119\$557	2.403.094\$225	11%
São Paulo	4.950.316	594.037	137.484.000\$000	23.218.000\$000	16%
Paraná	727.630	87.315	11.917.184\$250	1.326.589\$299	11%
Santa Catarina	608.493	73.010	7.158.000\$000	1.503.000\$000	20%
Rio Grande do Sul	1.961.973	225.435	34.300.000\$000	4.097.614\$000	12%
Minas Gerais	5.319.727	638.367	56.189.056\$850	6.384.587\$000	15%
Mato Grosso	225.065	27.007	4.718.230\$705	601.624\$000	12%
Goiás	526.370	63.164	2.113.681\$000	152.260\$000	7%
	29.887.098	3.571.877	446.637.241\$195	59.570.159\$762	11%

1. Estatísticas extraída do relatório recentemente organizado pelos srs. Orestes Guimarães e Mello e Souza, por designação da "Conferência Internacional do Ensino Primário".

A percentagem de crianças em idade escolar, sem escola (calculada numa base muito baixa, de 12% sobre a população geral) varia muito de Estado a Estado; sendo, porém, pelas últimas estatísticas, a sua média geral de 48%<sup>9</sup>.

Há, atualmente, no Brasil 16.897 escolas primárias entre estaduais (10.449); municipais (2.351); e particulares (3.421). Entretanto, a impossibilidade de se conseguir com exatidão, neste momento, o número de escolas de alguns municípios e de estabelecimentos particulares em certas zonas do interior, além de não terem sido levadas em conta as classes primárias de inúmeros colégios privados, nacionais e estrangeiros nem dos cursos nos regimentos militares e institutos de aprendizes artífices e outros, faz com que o número de escolas e a percentagem dos escolares devam ser mais elevados. Admitidas como precisas as informações oficiais pode-se, ainda assim, assinalar, nesses últimos 15 anos, um aumento considerável de escolas primárias no Brasil. Em 1907 (a última estatística anterior a atual) dava uma totalidade

9. A percentagem aí indicada refere-se apenas à relativa às crianças em idade escolar. Não se trata pois da percentagem de analfabetos levando em linha de conta adultos nacionais e imigrantes, o que faria ascender de muito mais aquele coeficiente.

de 12.448 escolas, das quais eram estaduais 6.918; municipais 2.635; particulares subvencionadas 213 e particulares sem subvenção 2.682. Em 13 anos foram criadas 4.449 escolas primárias.

O ensino secundário e superior é mantido principalmente pela União, o que não impede que muitos Estados o desenvolvam com afinco. O fato mais notável no ensino superior nesses últimos anos foi a criação, em 1920, da Universidade do Rio de Janeiro, constituída pela reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, formada esta última pela fusão das duas escolas de Direito que aqui existiam, funcionando como escolas equiparadas às oficiais.

No Brasil, como é sabido, a instrução secundária e instrução superior estão sob a dependência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores fiscalizadas e inspecionadas por um Conselho Superior do Ensino, composto de um presidente, nomeado pelo chefe do Poder Executivo, dos diretores dos institutos oficiais e de mais um professor de cada um desses institutos, reunindo-se na capital do país duas vezes por ano, para deliberarem a respeito dos fatos ocorridos durante os semestres, nos nossos estabelecimentos secundários e superiores.

O ensino técnico e profissional, industrial e agrícola começa a desenvolver-se. Há escolas superiores de agricultura — como a Luiz de Queiroz em Piracicaba, São Paulo e Liceus de Artes e Ofícios — como o da capital paulista — dignos de atenção. Escolas primárias de agricultura e escolas industriais existem várias pelo território da República. Mas falta ainda ao Brasil, especialmente no que toca à instrução secundária e superior e, em muitos pontos, à primária, uma correlação perfeita com as necessidades e imposições atuais. Quem observar, entretanto, a nossa mentalidade perceberá que a vida nacional começa a reagir sobre o ensino e tenderá a desbancar, inteiramente, dentro em pouco, esse espírito cultural, fornecido pelos colégios e institutos oficiais, muito impregnado de preocupações livrescas e abstratas. É essa reação, cá de fora, onde a vida se elabora ao ar livre das realidades sociais presentes, que há de substituir as preocupações literárias e puramente intelectuais, por uma educação de uma correspondência mais real com a vida contemporânea, e os destinos de toda a América.

O Brasil precisa, pois, de um espírito novo, capaz de sacudir a vida nacional, acordando-a para a realidade do mundo contemporâneo. E, felizmente, não obstante todos os vícios reinantes, começa a soprar um vento de renovações. Há de ser dessa direção do nosso espírito que virá a nossa grandeza.

Observando a nossa própria vida, perscrutando o evoluir da nacionalidade, compreendendo as nossas necessidades, olhando de face e com lealdade os nossos defeitos, trabalhando, de olhar fixo no futuro da pátria e não nos interesses e posições pessoais, faremos uma nação forte, nobre e estimada.

É de cultura que necessita o Brasil. Cultura física, mental, técnica, profissional, cívica, social e política.

Trabalhemos!

## Evolução do Pensamento Republicano no Brasil

*Tentativas regionais de 1710, 1720, 1789, 1824. República de Piratininga. Revoltas liberais de 1842 e Rebelião Praieira de 1848. Liberalismo e republicanismo. Manifesto de 1870. Constituição de 1891.*

Celso Vieira

Entre 1645 e 1654, desde o Manifesto da Liberdade, que os nossos remeteram a Portugal, até à capitulação dos invasores holandeses na Campina do Taborda, a alma pernambucana fez-se alma brasileira, ou antes, fê-la destacar-se do seu heroísmo, coroada pela sua glória, reconquistando aos flamengos o próprio lar, pedra a pedra, e o domínio luso, homem por homem, não obstante o desamparo, o desinteresse, a deslealdade oportunista da Metrópole.

Se o apostolado jesuíta, cristianizando o aborígene, foi a maravilha do nosso primeiro século, e o gênio aventureiro dos mamelucos de São Paulo, contrabutando o jesuitismo, ao romper as linhas do Tratado de Tordesilhas, engrandeceu nas bandeiras do segundo século a nossa imagem territorial, só depois de 1665 a energia dos brancos, dos índios e dos negros pernambucanos, três raças fundidas no mesmo ódio, num só amor, para a vida ou para a morte, deu origem ao sentimento de nacionalidade. Heróis enviados por outras capitanias vieram criar, lidando e morrendo, a nova pátria, moldada em ferro, nascida em fogo e sangue. Eis a lição corrente dos historiadores: Varnhagen, pai da nossa história, induz com exatidão e prudência: "... o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitanias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que desta guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil"<sup>10</sup>. Rafael Galanti acentua que ele criou a idéia da pátria comum<sup>11</sup>. Rocha Pombo adverte que se fez tudo isso com o esforço quase exclusivo dos brasileiros<sup>12</sup>.

10. *Hist. Ger. do Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., tomo II, pág. 679.

11. *História do Brasil*, tomo II, pág. 398.

12. *História do Brasil*, vol. IV, pág. 646.

Tanto da linhagem remota como do esforço batallador, tanto do germe como da guerra, elemento em que se formam as castas dominadoras, surgiu a nobreza olindense, gente valorosa, altaneira, inflexível. No espírito desses nobres alvorecera a idéia de uma sociedade mais opulenta, mais culta, mais artística, mais liberal, mais brilhante, o desejo de outra existência coletiva e soberana, desde o governo do conde Maurício de Nassau, que lhes trouxera como um relâmpago, malgrado os erros da sua cupidez e o mercantilismo dos seus patricios, a visão das belas artes e das ciências naturais, do progresso estético e político, das fortes e livres instituições neerlandesas contrastando o poder sombrio, aparatoso e inquisitorial da monarquia ibérica<sup>13</sup>. Foi esse príncipe artista que iniciou os pernambucanos, seduzindo, vencendo e orientando, no exercício da liberdade municipal, base de todo o *self-government*, aila de todo o espírito cívico. Eram as capitânias divididas em distritos autônomos, este governados pelas câmaras de escabinos, intendentes que os munícipes elegiam como também indicavam nomes ao Conselho Administrativo da Colônia para escolha dos prefeitos (escolteiros), das autoridades judiciárias e policiais. No palácio das Torres, em 1640, Nassau reuniu a primeira assembleia legislativa da América do Sul, 55 representantes dos povos conquistados, mandatários das câmaras de escabinos. O regimento decretado pelo governador da colônia dispunha: "... as propostas que foram aprovadas serão assinadas pelos membros da assembleia, vigorarão como leis e serão inviolavelmente guardadas nesta República".

Em 1710, o patriciado olindense representava, posto que empobrecido, a orgulhosa descendência do heroísmo pernambucano e a tradição da cultura flamenga, contestando os foros de vila ao Recife, que o plebeísmo dos colonos portugueses invadira e mercantilizara. Detalho de cidades irreconciliáveis na sua vizinhança, Olinda e Recife, como o das antigas cidades italianas, guerra de nobres e mercadores, pés rapados e mascates<sup>14</sup>, conforme as aleluias recíprocas, o movimento de 1710, resultante de fatores econômicos<sup>15</sup> e psicológicos, obedece ao espírito dos velhos ódios de casta e das velhas rixas locais. Nativista e aristocrata, embora, já exprime um ideal brasileiro - a honra sobrepujando ao lucro, a diferenciação do esol patricio e da ralé traficante, enobrecendo os homens, cingindo-lhes uma espada para o governo da terra em que dormem os valentes de outra geração, antepassados e libertadores. Perante a nobreza reunida no Senado da Câmara, em 10 de novembro de 1710, o capitão-mor Bernardo Vieira de Mello propõe que se declarem os nobres em república *ad instar* dos venezianos. Outro capitão-mor sustenta que se governem a si mesmos. E alcança oito votos a proposta republicana, intrépidos votos de heróis decididos a tudo. "Para que queremos reis?"

13. "... a organização da Holanda sob uma forma republicana, posto que não puramente democrática, significou o início da reivindicação da liberdade política, imposta ao despotismo dos reis, primeiro na Inglaterra e depois na França." Oliveira Lima, *História da Civilização*, págs. 377-78.

14. "Os recifenses tratavam de pés rapados aos nobres de Olinda porque andavam quase sempre descalços; vingavam-se os olindenses, apodando de mascates os seus contrários do Recife." Galanti, *Op. cit.*, tomo III, pág. 158.

15. Especialmente a crise da indústria açucareira, sobrevindo a expulsão dos holandeses.

Considera um deles, interrogado por um amigo sobre a giria dos conspiradores. Os pernambucanos são capazes de governar a si mesmos<sup>16</sup>. Não obstante, prevalece a opinião dos moderados, apregoando fidelidade à Coroa em plena rebelião às ordens do governador, nos combates de S. Antônio e S. Lourenço, na marcha triunfante sobre o Recife, onde os nativistas esbordoam os mascates do Senado com as próprias bengalas e cabeleiras. Submetidos mais tarde, os rebeldes são embarcados para Lisboa, vergando ao peso das cadéias, mas nunca estremeecendo ao furor das ameaças, onze desses heróis, entre os quais Bernardo Vieira de Mello e seu filho André, que misteriosamente acabam nas trevas do Limociro.

Pernambuco inicia, destarte, a evolução do pensamento republicano e o martirólogo da república<sup>16A</sup>. Se a idéia de Bernardo Vieira de Mello, fundada na preponderância da nobreza, é só a república feita sobre os moldes venezianos, um decenvirato de conselheiros tenebrosos, uma assembleia destes e de outros seis, purpúreos, um doge, celebrando as núpcias de Olinda e do mar no Bucefalo, se é isso, apenas, o sonho arisocrata do guerreiro, cuja espada foi o terror dos Palmares, bem podemos compreender que, longe de ser veneziana, por lhe faltarem iguais condições históricas, econômicas e etnográficas, a experiência de Pernambuco teria sido antes holandesa, de acordo com os antecedentes da vida municipal e da forma administrativa, já ensaiadas pelo conde Maurício de Nassau. Precursora de toda a reação contra o despotismo das grandes monarquias européias, a Holanda gloriosa, mesmo reduzida ao tipo venal da Companhia das Índias Ocidentais no século XVII, não deixaria de clarear vagamente com o seu gênio, pouco depois, as origens balbuciantes da nova consciência política na terra pernambucana.

Um decênio após a revolta dos nobres descalços de Olinda, subleva-se o povo mineiro de Vila Rica e de Ribeirão do Carmo, ao anoitecer de 28 de junho de 1720, contra as demasias do fisco e do foro, os vexames da edilidade, as violências dos ministros, os abusos dos prepostos municipais, os privilégios outorgados aos contratantes dos dizimos, o parasitismo insaciável das Companhias de Dragões reais. Tergiversando em começo, para desferir o golpe com segurança, o conde de Assumar, governador da capitania, subjuga, enfim, a conspiração, aprisiona os cabeças, manda incendiar os lares rebeldes na montanha. O chefe desse levante foi Pascoal da Silva Guimarães, mestre de campo; o mártir foi um homem simples e pobre, mas de alíviz inquebrantável, Felipe dos Santos, arrastado às patas de quatro animais bravios e esartejado aos olhos do povo fremente de horror. Em carta de 2 de agosto de 1720, dirigida ao governador geral, declara o conde de Assumar, veridicamente on não, que o designio do maior dos cabeças era a formação de uma república. Nada mais. Do corpo despedaçado de Felipe dos Santos eleva-se outra alma, que protesta em nome das turbas oprimidas, ressuscita esplendidamente para a democracia brasileira.

16. Codeceira, *A Idéia Republicana no Brasil*, pág. 31.

16A. Não confundir o espírito republicano e o espírito de rebelião dos tempos coloniais. Deste, cabe a prioridade ao maranhense Beckman.

Até às vésperas da Inconfidência, o pensamento republicano ainda não tivera no Brasil uma definição como princípio, embora o despotismo colonial já lhe houvesse atribuído força revolucionária em dois episódios e consagrado mesmo dois mártires<sup>17</sup>. Só então o Brasil descobre, além de Portugal ranceiro e beato, imerso na decadência monárquica do absolutismo, a Europa que produz e pensa, a Europa criadora de saber, de arte, de riqueza, de liberdade. Ultrapassando as raias universitárias de Coimbra, os dossos estuantes, moços de inteligência arguta e vibrátil, sentem desde logo o contraste do iberismo e da nova civilização democrática. No seu regresso à terra natal, dissipada a ilusão da metrópole, desfeita a quimera bragantina, eles trazem notícias maravilhosas de outros países, onde a energia humana, liberta da sombra e do terror, que difundiam os velhos ídolos, agora oscilantes ou já derrubados, acelera e multiplica as suas realizações. A juventude propaga o nome e a glória de Franklin, anuncia ao Brasil, encadeado pela força decrepita do reino português, a independência norte-americana, solidamente erigida no estatuto de Filadélfia, que um século depois, modificado, será o nosso paradigma constitucional.

O primeiro desses estudantes é José Joaquim da Maia, carioca, filho de um alvanel, ex-aluno do seminário da Lapa. Entre a confusão e o tumulto de Paris, onde o filosofismo antevê o cataclismo, ele sonha o advento republicano para o Brasil. A sua leitura predileta é a história do abade Raynal sobre os Estados Unidos, logo transmitida com ardor aos contemporâneos e colegas; a atmosfera das suas ideias é a do novo ciclo revolucionário. Vejamos a perspectiva europeia na obra de Carlyle.

"Olhai o mundo transatlântico: não é esse o mundo verdadeira dos novos dias? Como dissemos, nascera a democracia: afivelando tempestades ao cinto, luta pela vida e pela vitória. Simpaticamente, a França aplaude os direitos do homem; os salões voçam: que espetáculo! E agora contemplai o nosso Deane, o nosso Franklin, os plenipotenciários americanos, solicitando pessoalmente; os filhos dos puritanos saxões, com o seu velho temperamento saxônico, a sua velha cultura hebráica, o piedoso Silas, o piedoso Benjamin, cuniprindo a sua missão entre os filhos volúveis do paganismo, da monarquia, do sentimentalismo e da mulher insensata. Grande espetáculo, em verdade!"<sup>18</sup>

No cenário assim descortinado, por igual nevoento e relampeante, José Joaquim da Maia escreve ao plenipotenciário Jefferson, em 2 de outubro de 1786, uma carta límpida como verdade, rápida como estilo, sobre o possível concurso dos Estados Unidos na independência do Brasil. Oportunamente, avistam-se os dois entre as antiguidades romanas de Nîmes, e o pobre estudante carioca, descrevendo ao futuro

17. Como fez o conde de Assumar, a propósito do navio de Vila Rica, em 1720, o desembargador Cristóvão Soares Reymão, na sua carta a el-rei, afirma os intuítos republicanos da nobreza olindense: "Quando em novembro de 1710 se sublevaram alguns dos moradores de Pernambuco e intentaram fazer a república, etc."

18. Carlyle - *The French Revolution*.

presidente dos Estados Unidos, ao criador do Partido Democrata, poderoso aliado e amigo da Revolução Francesa, as nossas condições, os nossos elementos, acaba pedindo socorro dos norte-americanos para a emancipação brasileira, ideal com que viera a França: "Eu nasci no Brasil. Vos não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria", havia ele escrito a Jefferson. E agora, verbalmente, assegura-lhe que os serviços, as armas, os fornecimentos desejados pelos nossos heróis libertadores serão pagos com o dízimo das minas de ouro e diamantes, a carne e a lã dos rebanhos, navios de guerra e navios mercantes, a preferência dada em tarifas excepcionais aos produtos norte-americanos. Jefferson nada obtém do Congresso para o Brasil; havíamos de forjar, sozinhos, a espada com que nos batemos pela independência e pela unidade. Tanto melhor. O patriotismo dos estudantes brasileiros, porém, continua a vibrar no mesmo fogo secreto, na mesma aspiração candente. Depois de José Joaquim da Maia, tendo como ele planeado através da Europa a nossa independência, e aprendido o saber dos homens livres na escola inglesa, encontramos José Alvares Maciel, o fascinador de Tiradentes, que lhe ouvia, chorando, as práticas fervorosas e doutrinárias, o agitador da mentalidade acadêmica e poética de Gonzaga, Cláudio e Alvarenga.

Como se formulou e se desenvolveu o pensamento republicano da Inconfidência não lograremos enunciar-los precisamente, a despeito de todas as indagações históricas. Destruidas foram as provas; os conjurados adotaram no inquérito o sistema da negação, excluindo um só, entusiasta e corajoso até à loucura, o alferes do regimento de dragões, que a tirania envolveu para o suplício na alva dos padecentes, mas a vitória do seu ideal; cem anos depois, santificou num halo de protomártir. Sabe-se que havia na bandeira da nova república - bandeira vagamente concebida, nunca desfraldada - um pouco de misticismo e um pouco de classicismo - o triângulo, por sugestão de Tiradentes, significando as três pessoas da Santíssima Trindade, e o lema virgiliano, por sugestão de Alvarenga - *libertas quæ sera tamen!* Sabe-se, ainda, examinadas as peças do interrogatório feito aos conjurados, que a república teria leis favoráveis ao povo, diversos parlamentos sujeitos a um central, serviço militar obrigatório em tempo de guerra, circulação de papel-moeda lastreada a ouro, universidade em Vila Rica, fábricas de pólvora e de tecidos, não usando os governadores senão estofos nacionais. Patriarcal na sua liberabilidade, o Estado premiaria as mulheres fecundas<sup>19</sup>.

A geração bucólica e sonhadora da Inconfidência teve um símbolo, o vestido nupcial de Marília, que Dirceu, inclinado sobre o tear, lentamente bordava a ponto de ouro, e que a noiva das suas estrofes pastoris nunca cingiu, entre flores de laranjeira. Essa criatura intangível, quase abstrata, suspensa no halo de neve das montanhas, foi para os conjurados mineiros a liberdade. Possuiu-a na febre das revoluções, desposou-a com o grito de um herói, que ao céu trovejante da lenda arrebatasse uma valquiria, a geração tumultuosa e campeadora da Independência.

19. Joaquim Norberto - *História da Conjuração Mineira*, pags. 68 e 69.



Salvando a unidade brasileira, os homens da Independência preferiram a solução monárquica, uma democracia coroada, às aventuras do caudilhismo e aos perigos do esclafamento, inevitáveis, se a América portuguesa, como a espanhola, tivesse proclamado a forma republicana<sup>20</sup>. Filhos da revolução, americanos, eles dissimulavam nesse oportunismo brasileiro o imperativo do próprio meio social, a finalidade política do continente. Quando o emulo de José Bonifácio, acusado por este de republicanismo, pergunta ao Imperador: "Terei eu acaso a virtude plástica de formar repúblicas? Possuirei o princípio regenerativo de todos os acontecimentos, que na prática se requer para se elas coordenarem?" — não ignora Ledo, o estudante Gonçalves Ledo, que em torno dessa imagem, multiplicada nas duas Américas livres, como em volta de um aior impossível, inconfessável suspiram quase todos os irmãos ultraliberais do Grande Oriente.

Mas antes do Grande Oriente e da cavalcada do Ipiranga, sob D. João VI, flácido, astuto, moroso, desertor de um reino, fundador de outro, erguendo a sua coroa num plano de comédia, sentido no riso desta e no peso daquela as atribuições do seu fadário, explodirá em Pernambuco a tentativa republicana de 1817. Enfim, o sonho mineiro vai fazer-se, renhidamente, ação pernambucana. Basta considerar os antecedentes para compreender o alcance desse movimento. No Seminário de Olinda, fundado em 1800 pelo bispo e mestre Azevedo Coutinho, autor do Ensaio Econômico "para instrução da mocidade em todos os principais ramos da literatura, própria não só de um eclesiástico, mas também de um cidadão que se propõe a servir ao Estado", conforme o seu programa, elidira-se a metamorfose intelectual da capitania. No Arcópagio de Itambé, onde o sábio naturalista Arruda Câmara, pontificando entre homens cultos, leais e bravos, concebe uma república sob a proteção das águia napoleônicas, a propaganda começa. Sociedade política secreta, o Arcópagio tinha por fim, segundo Lopes Machado, "tornar conhecido o estado geral, da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das idéias democráticas". Era uma espécie de magistério, que instrua e despertava entusiasmo pela república, mas em harmonia com a natureza e dignidade do homem e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era, finalmente, a revolução doutrinal, que traria a independência e o governo republicano. "Desse crepitante núcleo irradiava a propaganda para as lojas maçônicas, as celas eclesásticas, os centros políticos, Academias do Paraíso e de Suassuma, oficina de Igarassu, Universidade Democrática, filiais secretas do Arcópagio de Itambé, a nossa vibrante Eleusis revolucionária, iniciadora dos patriotas no que eles chamavam "os segredos da liberdade", os "grandes e delicados mistérios da democracia."

Viesse ou não da Europa o seu impulso, a revolução de 17 — uma revolução de sacerdotes e soldados — é desfechada pelo nativismo. Os revolucionários não devaneiam, à semelhança dos zangais da Arcádia mineira: investem como leões, como o Leão Coroado, que responde à voz de prisão do seu chefe, no quartel de artilharia,

trespassando-o a fio de espada. Acutila-se um brigadeiro; fuzila-se um coronel; arracam-se os heróis à cadeia; ocupam-se as fortalezas. Dura apenas 75 dias a revolução, mas todos esses dias lampejam no gume das espadas, crepitam na boca dos mosquetes, ressoam no grito dos clarins. Manoel de Carvalho Paes de Andrade, futuro presidente da Confederação do Equador, brada ao governo provisório: "República e só república, e morra para sempre a tirania real!" O padre Miguelinho, secretário, fala ao povo com a doçura do seu caráter e do seu estilo: "Pernambucanos, estai tranquilos, apareci na capital, o povo está contente e já não há distinção entre brasileiros e europeus, todos se conhecem irmãos descendentes da mesma origem, habitantes do mesmo país, professores da mesma região". O padre João Ribeiro Pessoa, chefe do governo e antigo professor de desenho no seminário olindense, o mais interessante homem do Brasil, segundo Tollenare, pela cultura enciclopédica e pela nobreza moral, talento que florescia a mesma luz do espírito de Condorcet, e como o suave filósofo tinha a mesma crença no indefinido progresso do gênero humano, expõe os objetivos do novo poder: governo pela representação das classes, inamovibilidade e independência da magistratura, emancipação ordeira e progressiva do elemento servil, tolerância religiosa, liberdade de opinião, plena capacidade política dos estrangeiros naturalizados. Descrevendo a nova bandeira, onde fulge a cruz, reminiscência do nome de Santa Cruz, superposta ao sol rodeado de estrelas, um comentarista esclarece: "As três estrelas representam os estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte... Logo que as outras províncias do reino do Brasil tiverem aderido à Confederação, outras estrelas serão colocadas em volta do íris".

É por esses princípios, conquistas do pensamento europeu e americano, aspirações do sentimento brasileiro, que se levantam em 1817, os nortistas. Vencido, o padre João Ribeiro, envenenando-se duas vezes, prefere ao contato do algar a espontaneidade da morte socrática. Dentre os rebeldes principais, alguns são conduzidos à Bahia e arcabuzados no Campo de Pólvora<sup>21</sup>; outros, em Pernambuco, são enforcados no Campo da Honra<sup>22</sup>. Após o suplício da forca, a tirania decepa aos mártires a cabeça e as mãos, sendo os troncos arrastados na lama das ruas, sanguinolentos e presos à cauda de cavalos relinchantes, até ao cemitério da matriz de Santo Antônio. Quer no Recife, quer na Bahia, a coragem das vítimas splende em frases imortais. O padre Roma incita os próprios atiradores: "Camaradas, eu vos perdô a minha morte; lembrai-vos na pontaria que é esta a fonte da vida; atirai!" e apontava o coração. José Luiz de Mendonça increpa os juizes contáives e cólera: "...cegos e vis instrumentos da tirania, eu vos emprazo para os infernos!", como havia gritado aos janizaros de Rodrigo Lobo, que o procuravam, saindo-lhes ao encontro, arremessando para trás o capote e o chapéu: "Camaradas, eu sou o proscrito José Luiz Mendonça; atirai, se quereis, e matai-me". Domingos José Martins brada aos fuzileiros da sua escolta: "Vinde executar as ordens do vosso sultão! Eu morro pela

21. Domingos José Martins, o padre Roma, o padre Miguelinho, José Luiz de Mendonça.

22. Domingos Teotônio Jorge, José de Barros Lima, padre Tenório, Antônio Henrique Rabelo, Amaro Gomes Coutinho, Ignácio Leopoldo, padre Antônio Pereira, José Peregrino e o tenente-coronel Francisco José da Silveira.

liberdade". Antônio Henrique Rabelo, cearense de fibra estoica, imperturbável, comovendo os próprios juizes, abraça o verdugo, que lhe implorava perdão, quase a chorar, e brada na sua culminância de herói, o cadafalso: "Viva a Pátria!". Domingos Teotônio Jorge recomenda aos patricios o filho: "Meus patricios, a morte não me aterra... Eu deixo um filho em tenra idade, ele é vosso, não o abandoneis, ensina-lhe o caminho da virtude e da honra". Classicamente, no estilo das fortes almas romanas, findavam assim os heróis de 17. E os sobreviventes eram dignos dos mortos. Na cadeia da Bahia, eles mudam o ergástulo em escola, onde Felipe Mena e o padre Muniz lecionam francês aos companheiros; Manoel Clemente e Vilela Tavares inglês; Antônio Carlos, além desse idioma, princípios de direito cívico; Pedro da Silva Pedrosa aritmética e álgebra; Frei Caneca geometria e cálculo; Basílio Torreão geografia universal. Porque mesmo diante da morte, sob o iracundo olhar das comissões militares, ainda os fascinava a cultura secundária ou superior. E como os chefes tinham sabido morrer, sem uma crispção, eles sofriam no cárcere a fome, sem um gemido, recitando as fábulas de La Fontaine: Mestres e alunos, embora famintos, eram sobejamente orgulhosos para esmolar um bocadinho de pão ao conde dos Arcos.

Mas o absolutismo já estava condenado na própria sede das monarquias ibéricas. A revolução portuguesa de 1820, adotando a constituição espanhola de 1812, enquanto não fossem lançadas as bases do novo sistema representativo, completa a metamorfose política da vida peninsular. Como esse movimento correspondia a um estado liberal da consciência brasileira, concretizado em fatos sociais, é o que nos patenteiam as adesões imediatas e estrepitosas da Bahia, do Rio, do Pará, de Pernambuco. Abertas, finalmente, as portas do cárcere baiano, os autonomistas de 17 voltam à terra natal, pregam nos sertões o liberalismo vitorioso, aclamam a Junta Revolucionária de Goiana, expulsam da província os batalhões portugueses e o despota Luiz do Rego. Todo o Brasil, já elevado à categoria de reino por D. João VI, não pode conceber um pacto luso-brasileiro sem garantias equivalentes, condições uniformes, direitos idênticos, enquanto Fernandes Thomaz e os seus companheiros, dominando as Cortes de Lisboa, querem absurdamente a renovação de Portugal com a nossa recolonização. Hostilizam-se os deputados americanos e portugueses; votam-se medidas antibrasileiras; desafiam-se os dois povos, através do mar, nas ruas, nas assembleias, nos jornais. E uma nova pátria, independente, surge neste hemisfério, sob a coroa imperial, que o destino logrou conservar entre formas republicanas durante sessenta e seis anos, por um dos seus frequentes ilogismos, neste caso necessário à unidade, ao equilíbrio, ao decoro, à paz interna do Brasil.

Determinantes da independência, avultam no seu curso o liberalismo e o nativismo: depois de personificar um e outro, exaltando-se como brasileiro<sup>23</sup> e como liberal, D. Pedro I nega, pela finalidade ibérica do próprio sangue, pela fatalidade impulsiva dos próprios erros, a sua pátria adotiva e a origem democrática do seu

23. Na assembleia dos procuradores, em 2 de junho de 1822 "leu-lhes o príncipe uma fala grave e patriótica pedindo-lhes advogassem a causa do Brasil; do grande Brasil de quem era filho". Galanti, *obr. cit.*, tomo IV, pág. 147.

trono. O erro inicial foi a dissolução da Constituinte, revelando perigosas tendências absolutistas. O último erro foi o portuguêsismo escandaloso da sua camarilha<sup>24</sup>. Mas o destino, com a expiação, lhe reservava glória maior, ferindo-o, por um lado, fadando-o, por outro, a combater pela causa da liberdade civil e religiosa em Portugal<sup>25</sup>.

O espírito revolucionário de 17, voltando a Pernambuco em 21, quando as províncias brasileiras aderiam ao constitucionalismo português e improvisavam juntas governamentais, não abandonara o ideal republicano<sup>26</sup>. A esse tempo, no dizer de Cochrane, o espírito democrático dos pernambucanos não era coisa com que se brincasse. Rendendo-se a força histórica do momento, como no sul faziam outros, chefiados por Ledo e Januário, os ultraliberais de Pernambuco desconfiaram sempre do belo príncipe-regente, erguido a imperador, nunca sentiram o menor entusiasmo pelas instituições monárquicas. Desde a resistência oposta ao morgado do Cabo, presidente nomeado pelo soberano, e a escolha do antigo conspirador, Manoel de Carvalho Paes de Andrade, para o governo da província, fora deliberado o movimento. Era o mesmo princípio da independência republicana de 1817, militando agora contra o desvirtuamento da independência constitucional e monárquica de 1822.

Arruda Câmara escrevera em 1810 ao padre João Ribeiro: "Sou dos agricultores que não colheram os frutos do seu trabalho, mas a semente está plantada". Frase denunciadora de um revolucionário botânico! A germinação das suas idéias americanas<sup>27</sup>, por duas vezes, dará entre os nortistas uma aforescência orvalhada de sangue. Havião sucedido os periódicos as lojas maçônicas, nessa tumultuosa proliferação de gazetas, de sátiras, de panfletos que assinala a época da independência no Brasil. Semceavam agora os jornalistas — frei Caneca, Natividade Saldanha, João Soares Lisboa. Os frutos acidulados eram o *Tifs Pernambucano*, o *Desengano Brasileiro*. Às três estrelas da bandeira de 17 — Pernambuco, Paraíba, e Rio Grande do Norte — conjugara-se outra, fulgurante de beleza heróica, no sacrifício dos seus heróis, o Ceará, onde Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras são os condutores da coluna emancipadora. Seis estrelas, porém, já rebrilham sob a fâmula da nova bandeira, que em seu escudo vermelho inscreve a legenda negra —

24. "Geralmente era ele reputado como votado principalmente aos interesses e paixões hostis dos portugueses: esta idéia havia penetrado nas mais baixas classes da população livre, consistindo pela maior parte da gente de cor; e como já referimos, foi a causa original que lhe fez perder a estima e afeição dos brasileiros..." Armitage, *História do Brasil*, 2.ª edição brasileira, pág. 210.

25. "Se ele tivesse governado com mais sabedoria, teria sido isto uma felicidade para a terra que adotara, mas talvez uma desgraça para a humanidade." Armitage, *Ibid.*, pág. 222.

26. Os mais recentes investigadores denominam o período de 1817-24 "ocitênio da Confederação do Equador", vendo a sua característica dominante no "espírito de liberdade e autonomia, mesclado de um nacionalismo consciente". Ulysses Brandão, *A Confederação do Equador*, pág. 293.

27. "Remete logo a minha circular" — acrescenta ele na mesma carta — "aos amigos da América Inglesa e espanhola; sejam unidos com esses vossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um..."

Religião, Independência, União, Liberdade – e o proclamador espera que todos os brasileiros sigam o exemplo dos nortistas. Para esses revolucionários, o separatismo não é o fim, apenas o meio. Diferenciando-se, as províncias do norte confiam no misterioso impulso do nacionalismo, força interior de gravitação, pela qual venham agregar-se as demais províncias ao mesmo sistema. “Cada Estado” – insiste o proclamador – “terá seu respectivo centro, e cada um destes centros, formando um anel de grande cadeia, nos tornará invencíveis”.

Reverendo o *Tifis Pernambucano*, de 1.º e 15 de julho de 1824, aí deparámos as bases para a formação de um pacto social, redigidas por uma sociedade de homens de letras, orientadas pelo gênio liberal de frei Caneca. No projeto de governo, elaborado por Manoel de Carvalho, apreendemos o funcionamento do novo mecanismo político. Essencialmente, o primeiro desses trabalhos contém uma declaração dos direitos do homem, quase modelar, não obstante os desvios de técnica, situando a personalidade e a propriedade num círculo de garantias invioláveis. Articulado com a rapidez em que sentimos a vigência da guerra, a urgência fumegante dos reencontros, o segundo esboço, da lavra de Manoel de Carvalho, não indica a mesma visão clara e segura no seu campo, nem sequer a faculdade assimiladora do constitucionalismo norte-americano. Sendo um artifício tão ligeiro quanto provisório esse modelo, bem podemos imaginar que, votada pela Soberana Assembléia de Olinda, a Constituição do Equador apresentaria outras linhas mais amplas na sua estrutura, outro vigor e saber nos seus dispositivos. Provavelmente, os legisladores teriam imitado a Colúmbia, onde Natividade Saldanha requereu o apoio de Bolívar à causa da Confederação Equatorial.

Se o pensamento é confuso, a ação republicana de 24, ligando-se à de 17, finda como esta no drama das execuções, na auréola sangrenta com que passam os mártires: frei Caneca, Lazaro Fontes, Macario de Moraes, Agostinho Bezerra, Monte Oliveira, Nicolau Martins e Heide Rodgers em Pernambuco; Ractilif, Metrowich e Silva Loureiro no Rio; João de Andrade Anta, o padre Mororó, Ibiapina, Luis Botão e Carapinima no Ceará, onde se erguem ainda as sombras mortuárias dos quatros condenados de Icó. Outros acabam no degredo ou no exílio. Outros morrem como Tristão de Araripe no fogo da batalha. Uma legião de precursores vitimados e gloriosos, sob um resplendor inapagável, acompanha na história do Brasil essa imagem de luta e de sonho – a República.

Depois, com a Regência trina ou singular, provisória ou permanente, o imperativo da alma nacional deve traduzir-se por uma palavra – ordem. Cada tese envolve a sua antítese, e o pensamento construtor dos homens representativos, arquitetos bracejando no caos, atlantes impedindo catástrofes, vinham opor-se tumultuariamente, de norte a sul, forças demagógicas ou negativas. Anarquia, de um lado, nas províncias em deflagrações revolucionárias, na Corte em levantes e arruaças. Reação, de outro, policial e intelectual, sob a autoridade máscula do padre Feijó e a luminosa inteligência de Evaristo. Por todo o país lavrava a sedição, a

desordem, a criminalidade. Feijó reprimia na capital o motim do teatro S. Pedro, a revolta da ilha das Cobras e do forte de Villegaignon, o militarismo da Sociedade Conservadora, a marcha dos soldados restauradores de Bulow, a audácia dos facinorosos. Além, nas províncias do norte, o seu braço pelejador combatia outros males, outras insurreições. Eram na Bahia a deposição do comandante das armas, a fereza nativista, a indisciplina dos quartéis, o sobressalto das localidades, os ódios sanguinolentos de raça, o extermínio dos pretos nagôs, matadores de gente branca. Eram na vizinha Alagoas, iniciada a cabanagem, os assaltos a populações estáveis e laboriosas pela *societas sceleris* de Panelas de Miranda. Tragicamente, em Pernambuco, eram morticínios como a setembrina de 1831 e a abrilada de 1832, as guerrilhas dos cabanos em Palmares, Garanhuns, Panelas, Bonito, Jacuípe, tantos outros povoados. E no Ceará, propagando-se a todo o Cariri, uma conflagração desencadeada por três vilas – Crato, Icó e Jardim –, liberais as duas primeiras, restauradora a última, em que se acastelava o mandonismo de Pinto Madeira. E além, no Maranhão, a fúria dos populares contra a justiça desamparada, o saque de Manga e de Icatu pelos bandos selvagens de João Damasceno. E ainda o pronunciamento da tropa de Ouro Preto, as desordens de arraial nativista em Mato Grosso, a guerra civil no Pará. Tudo em labaredas, sublevado pelo mesmo espírito faccioso, bairrista, demolidor. O incêndio comunica-se ao pampa, e subitamente nos fins de 1834, a Regência defronta a República de Piratinin.

Grande mudança de horizonte e cenário, ação e tempo... A república veneziana de Olinda fora um desejo mal enunciado por um grupo de aristocratas; a Inconfidência uma simples miragem de poetas; o governo de 17, com os seus padres, viveu apenas setenta e cinco dias; a Confederação do Equador pouco mais de dois meses, entre o manifesto de Carvalho aos Brasileiros e o ofício de Lima e Silva ao imperante, dando-lhe conta da vitória imperial. Nove anos, dez meses e dez dias, porém, vai durar belicosamente a nova república nos confins do sul. Piratinin, que era em começo, apenas uma sorte de aventura caudillesca, torna-se pouco depois uma realidade formidável, um Estado em face do Estado, com os seus órgãos administrativos e militares, vigorosa atuação guerreira e política. A revolta dos farrapos, abrangendo quase todo o Rio Grande do Sul, espalha-se como revolução, a dos farroupilhas, gerando mesmo a república fugaz de Santa Catarina. Desfilam exércitos; navegam esquadilhas; ondeia sobre campos e cidades a bandeira de Piratinin. Figuras talhadas no molde da cavalaria andante, que o novo culto da liberdade faz ressurgir para os dois mundos, cíclicas e lendárias, eletrizam as massas inertes, arrancando-lhes uma centelha de heroísmo. São caudilhos como Bento Gonçalves e Bento Manoel; paladinos como Garibaldi e Canabarro. A continuidade da luta porque não há senão o fogo dos combates, das escaramuças, das ciladas na terra e no mar para essa república em armas, limita a experiência dos republicanos a estratégia, irrompe o natural desenvolvimento dos princípios democráticos sob um governo eletivo e temporário. É o caudilhismo platino, aliás, com a propaganda dos emissários de Rosas, a influência dos guerrilheiros orientais, como Rivera, uma das causas determinativas de Piratinin. Mas não olvidemos, também, na causalidade,

nas idéias, nos aspectos, a vibrante e original contribuição italiana, personificada em Giuseppe Garibaldi e Luigi Rossetti, que propagava os conceitos de Mazzini, seu amigo e mestre. Operando como força inovadora no âmbito social, o pensamento republicano de Piratinin tem duas expressões características – a proclamação de 29 de agosto de 1838 aos povos do continente<sup>28</sup>; o projeto da lei básica de 8 de fevereiro de 1843. O primeiro desses documentos é um brado de consciência e de emancipação para outra vida, sob outra forma; o segundo é um esboço heterogêneo e imperfeito do sistema constitucional representativo, em que assinalamos, com a triplice divisão dos poderes, o sufrágio universal na escolha dos deputados e algumas fórmulas gerais da liberdade civil, a eleição indireta dos senadores, a do presidente pela assembleia geral, a responsabilidade dos ministros, a função consultiva e temporária do Conselho de Estado, a perpetuidade, mas não a inamovibilidade dos juizes, a união da Igreja e do Estado. Patenteando, sobretudo, a alma federativa do Rio Grande do Sul, a ideiação da República de Piratinin não despedaça os elos da cadeia nacional, como parece, nem é tão separatista, como se apregoa. Impelida, talvez, pelo subconsciente das origens étnicas, essa alma gravita, mesmo no seu desafio ao governo do Brasil, para uma remota comediação brasileira: "... os rio-grandenses, reunidos as suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos todavia a federarem-se quando isso se acorde, às províncias irmãs, que venham a adotar o mesmo sistema"<sup>29</sup>. E o nome de Piratinin constitui principalmente, uma demonstração de força republicana, embora as idéias não tenham ainda fórmulas adequadas ao seu destino. Se há vencidos no epílogo, em que se cruzam as espadas de Caxias e de Bento Gonçalves, já não há mártires: uma anistia plena envolve os farroupilhas, isentos do serviço militar e da guarda nacional; os chefes dos rebeldes conservam as honras devidas aos seus postos; até os escravos, combatentes sob o estandarte da República, durante nove anos, passam ao domínio do Estado.

Historicamente, não podemos filiar as revoltas liberais de Minas e São Paulo, em 1842, na evolução da ideia republicana. Uma e outra, como a Rebelião Praieira de 1848, são fatos partidários. Mas reagem as duas primeiras contra o absolutismo do trono, a sistemática prepotência dos conservadores, a autoridade regressista e onipotente, que, erigida em leis institucionais, chega ao extremo de uma polícia judicante<sup>30</sup>. Nas três, à parte o nativismo sanguinário e turbulento dos praiheiros, deflagra o espírito de autonomia das províncias irrequietas, insubmissas, rebeldes às determinações do governo central. E uma consequência, ou melhor, uma explosão intelectual desses movimentos é o *Libelo do Povo*, de Timandro, o panfleto que vem até a profecia de uma assembleia constituinte. Quando raiará o dia da regeneração? – interroga Timandro. E uma por uma, iterativamente, soam as frases da sua resposta

28. "É impossível disfarçar a alta importância desse documento... há por ali uma consciência afrontada que se insurge, uma alma comovida de povo que clama, que se afirma, e aspira a ser nação." Rocha Pombo, vol. VIII, págs. 634 e 635.

29. Proclamação de 29 de agosto de 1838.

30. Lei 261, de 3 de dezembro de 1841, regulada pelo decreto 120, de 1842.

como dobres de funeral, anunciando a queda do império: "Quando estiver completa a revolução que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do poder arbitrário; revolução, que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem baionetas, nem corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsão e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução, finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania".

É na flama desse liberalismo exaltado que se elabora o novo pensamento, o novo partido republicano, autor do manifesto de 70. Já em 1831, projetando reformas delimitadas pelo Ato Adicional, de 1834, os liberais articulavam as seguintes bases: monarquia federativa, extinção do poder moderador, eleição bienal da câmara dos deputados, senado eletivo e temporário, supressão do conselho de Estado, assembleias provinciais com duas câmaras, intendantess municipais. Em 1866 os liberais históricos desenvolviam esse programa, reclamando mais a abolição do elemento servil nas instituições de ensino livre, o sufrágio universal, a eletividade dos presidentes de províncias, liberdade de associação e culto, responsabilidade e independência da magistratura, cujos membros seriam escolhidos pelos tribunais.

Girando como afirmação, exclusivamente, sobre a ideia federativa, o manifesto republicano de 70, análise extensa e difusa dos males atribuídos ao poder intruso – o poder moderador ou pessoal do imperante – deixa-nos entrever na sua prolixidade as mesmas reivindicações de liberdades jurídicas, necessárias ao surto do individualismo contemporâneo. A questão religiosa, atualizando a influência das lojas maçônicas, a questão servil, desfazendo os alicerces econômicos da monarquia, a questão militar, desunindo a coroa e o exército, a questão nativista, despontando na perspectiva francesa do terceiro reinado, aceleram o curso à ideia republicana. Da força material, triunfantemente surgem os fatos – a Constituinte modelada sobre as tendências americanas do nosso processo histórico. Ambas correspondem ao estado de saturação democrática da consciência brasileira, quando a unidade nacional prescinde, federando-se, do império centralizador. De sorte que o pensamento republicano evolui no Brasil para o estatuto de 24 de fevereiro, como o princípio vital para a harmonia das formas superiores. Se há defeitos na relação criada entre o homem e a lei, são nossos: ignorância das massas, degenerescência política do escol. O pecado mortal desta geração é que o seu espírito sem ideais, atraído pelo velho idealismo dos antepassados, não tenha sabido animar gloriosamente aquele texto.

## As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil

*Gilberto Amado*

Atentai, Senhores, aí está esboçada toda a história do Brasil no século XIX: Senhores e escravos.

A "ordem" a que a população aspirava e a que se referia Rio Branco<sup>81</sup>, sem o compreender, era o pacto tácito resolvido entre a monarquia e a escravidão, entre o trabalho nacional e as instituições, entre a riqueza pública e o trono, pacto resultante da natureza das coisas, sendo, portanto, uma lei segundo a definição de Montesquieu, lei orgânica que os próprios fatos decretavam e que ia desde então regular o país, submetê-lo à disciplina da sua eficiência e da sua sanção. Foi esse conluio natural, esse acordo recíproco que sustentou a monarquia, tornou impossíveis as guerras civis, e deu ao Império do Brasil esse aspecto imponente de grande paz que resultava do equilíbrio das forças ponderáveis.

Graças à tranquilidade e à ordem, o país desenvolveu-se quanto pôde. Grandes medidas legislativas, a maioria das quais destinadas à organização civil da nação, se iniciaram. O progresso era lento porque o capital estrangeiro ainda timidamente atravessava o oceano, e porque além do trabalho escravo e do tráfico, não havia realmente outro trabalho e porque era da própria índole dos elementos dominantes a estabilidade e a rotina.

A situação conservadora prolongou-se até 1862, depois de um domínio continuado de 14 anos. Mas a verdade é que um acontecimento já lhe tinha predestinado a queda – a repressão do tráfico. Como é interessante a repercussão dos fenômenos entre si!

Até 1853, pois, a lei Euzébio de Queiroz só depois dessa data teve execução – na

---

81. "Esquisse de l'Histoire du Brésil".

pujança do tráfico – a plenitude conservadora<sup>32</sup>! Um golpe, porém, ia ser vibrado contra ela.

Mão estranha planeava-o. Como se sabe, a Inglaterra já intervieria na formação do ministério Monte Alegre por ocasião do "Bill Alberdeen", que estatuiu a captura do negreiro mesmo em águas territoriais brasileiras.

Grande agitação resultou desse ato, de que lucrou o negreiro, que pôde desenvolver o seu comércio, dando em resultado o crescimento espantoso do tráfico. Assim é que no ano do *bill* (1845) o número de escravos recebidos foi apenas de 19.453, subindo então a altura não atingida daí por diante:

1845	.....	19.453
1846	.....	50.324
1847	.....	56.172
1848	.....	60.000
1849	.....	54.000
1850	.....	23.000

Foram os anos de maior desenvolvimento. Encobertos na indignação hipócrita da nação, isto é, dos senhores, os próprios interessados, o tráfico tornou-se uma causa quase santa. Envolto nos acontecimentos que se seguiram caiu o ministério Monte Alegre. Com a ascensão do partido conservador, a Inglaterra acreditou, diz Joaquim Nabuco, terem subido ao poder os próprios protetores do tráfico. Daí ter-se feito mais intensa a sua pressão. O momento era difícil. Enfrentou-o um homem eminente: – Euzébio de Queiroz. Mas a sua pena, ao assinar as medidas repressivas da lei de 4 de setembro, escreveu, por assim dizer, o epitáfio da denominação conservadora no país. "A oposição bem como 'Foreign Office', atribuirá a atitude do gabinete a pressão do cruzado inglês; Euzébio, porém, afirma que essa pressão apenas tornou mais difícil a execução do pensamento assentado antes em conselho de ministros". Mas, acrescenta Nabuco: "A verdade é que sem o interesse domado pela Inglaterra na questão do tráfico este teria forças para inutilizar qualquer resistência do governo".

Eis que vemos. A Inglaterra, varrendo os mares através do nosso governo, ia exercer dentro do nosso próprio país uma influência enorme. A decadência da

32. A chegada, tempos antes, de inúmeras levas de escravos, adquiridas então a bom preço, aumentando a influência pessoal dos senhores, e dando à irradiação do seu prestígio a evidência da superioridade econômica, tornara possível à aristocracia territorial, que já se vinha esboçando na colônia, estender pelo país o seu domínio. E enquanto Evaristo Ferreira da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, no encunhar-se para a Monarquia pensavam salvar a unidade nacional pelo articulá-la no sistema de que julgavam ser os fundadores, a verdade é que os escravos é que realizavam o papel de que eles eram os generosos teóricos. Enquanto floream nas controvérsias constitucionais não viam eles descer nas costas brasileiras os verdadeiros sustentadores do trono, os elementos sobre que se ia levantar o edifício monárquico.

propriedade territorial cuja prosperidade se baseava exclusivamente no comércio de escravos, únicos trabalhadores da terra, gerando uma crise econômica em que se comprometeram tantas fortunas patrimoniais, traria como consequência uma diminuição no prestígio conservador.

Acompanhemos os fatos e vejamos como isto é claro.

Vejamos antes de tudo a repercussão econômica da repressão do tráfico. Vamos assistir a um fenômeno que se repetiria depois na República. Ficando o capital destinado ao comércio de negros sem aplicação imediata, começou a verter-se em empresas aventurosas. Um alvoroço de atividade ilusória das indústrias arrebatou o país. Tivemos o primeiro ensilhamento. "De 1850 a 1860", escreve Carreira na sua *História Financeira*, "se concederam setenta e um privilégios para diversas indústrias de invenções; concedeu-se autorização de sessenta e duas empresas industriais, para a incorporação de quatorze bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se três caixas econômicas, organizaram-se vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três companhias de seguros, quatro de colonização, oito de estradas de ferro, duas de rodagem, quatro de carris urbanos com tração animada, oito de mineração, três de transporte e duas de gás. Operou-se uma verdadeira transformação; parecia que o povo acordava de um letargo; mas faltando-lhe ainda a experiência, abundaram as especulações inconsideradas, resultando daí a perda de capitais valiosos".

O país, que até então vivera preocupado com a sua organização política, pareceu iniciar a sua atividade administrativa.

Malgrado as simpatias que a Providência tem sempre revelado pelo Brasil, faltou-nos nesse momento privilegiado para o iniciar de uma grande época de construção, essa vigilância aguda dos dirigentes, essa firmeza de meios conscientes e práticos que são nos povos aptos ao progresso o caminho que os conduz à fortuna verdadeira.

Levadas por Souza Franco ao extremo da imprudência as emissões de papel-moeda inconversível geraram os fenômenos que fatalmente acompanham a desvalorização do meio circulante – crise comercial, encarecimento da vida, decréscimo das rendas públicas, desânimo das classes trabalhadoras. No naufrágio das fortunas, que o tráfico e o trabalho escravo haviam acumulado rapidamente, subverteu-se o prestígio de muitas famílias adstritas à propriedade territorial. É interessante ver na política a repercussão de tudo isto. Não seria difícil documentar com estatísticas o que se afirma.

Mas se não nos detivermos apenas no aspecto dos fatos e quisermos descer à raiz de onde eles sobem até à nossa visão, não será difícil verificar que a "Conciliação", por exemplo realizada por intermédio do marquês de Paraná sob os auspícios do imperador, representando a absorção do partido liberal exausto pela exuberância

conservadora, era já, sem o parecer, o começo de uma depressão nas forças até então preponderantes. A "parada" da época sem fisionomia, a que se referiu Salles Torres Homem quando abjurou as apóstrofes de Timandro para preparar uma adesão que seria inútil, porque a marcha dos fatos dentro em pouco se encarregaria de levá-lo aonde ele desejava ir – não exprimira o "descanso" dos velhos partidos, mas o "cansaço"<sup>33</sup> definitivo dos liberais moribundos, se os acontecimentos não lhes tivessem bafejado o renascimento, cortando pela base, ainda que silenciosamente, os próprios sustentáculos do edifício conservador.

A "Conciliação" foi assim para este um verdadeiro logro. Estabelecendo a lei dos círculos para servir ao imperador, convencido de que pelo rotativismo eleitoral os liberais permaneceriam sempre no ostracismo, o marquês de Paraná, aliás, contra o voto do mais hábil dos seus partidários, Wanderley, não viu, nem podia ver, que o país não estava mais todo na mão dos conservadores. Foi talvez iludido pela própria habilidade. Não pressentiu que um inimigo estranho retirara o poder do seu partido: a Inglaterra tornando uma realidade a extinção do tráfico. Vale a pena citar a palavra do único estadista que, sem dizer os motivos, percebeu na sua intuição agudíssima o que significava para o partido conservador o acordo.

"Em 1848" – diz Wanderley –, "em 1848, também o partido pregou muito a 'Conciliação', mas a Conciliação tornou-se em 'logração' quando subiu ao poder. É justamente o que há de suceder, a realizar-se a nova política de conciliação, que chamarei também de logração".

A "Conciliação" é obra política do Imperador, e nunca o "pensamento augusto" influiu mais no sentido de apressar a marcha das idéias liberais donde haveria de sair mais tarde a preocupação republicana. Propiciando a chegada dos liberais ao poder, o imperador empurrava o país na direção que ele queria seguir e pode dizer-se que iniciava uma política de suicídio dinástico sem compreender talvez que o trono assentava na aristocracia territorial e que o enfraquecimento desta traria como consequência o enfraquecimento do trono.

Sem aptidão para criar uma classe militar forte para substituir aquela ou porque lhe repugnasse ao caráter pacífico e burguês ou porque se temesse da sua possível infidelidade futura, tendo na memória o exemplo do 7 de abril, o certo é que Pedro II começou daí a sacrificar ao seu temperamento liberal os próprios fundamentos da sua coroa.

33. O barão do Rio Branco, no seu *Esquisse de l'Histoire du Brésil* quando se refere a esta revolução diz: "Ela teve como resultado aumentar enormemente em todas as províncias a força do partido conservador, porque as classes esclarecidas e a população em geral estavam cansadas de todas as agitações dessas guerras intestinas". O ilustre historiador não penetrou, contudo, na substância da questão. As "classes esclarecidas" estavam "cansadas" dessas agitações... As "classes esclarecidas" eram os senhores e a "população em geral", eram os agregados, os filhos dos escravos desses senhores e a plebe deles dependente.

É 1862, contudo, a época do esplendor da Monarquia. O Brasil é então um bloco harmônico. Aquela situação de equilíbrio a que Salles Torres Homem já conciliado se referia com tanta precisão, exprime a plenitude da maré cheia. Tinha começado, entretanto, a vazante conservadora, e ia pronunciar-se a forte enchente democrática. Um acontecimento inesperado deteve-a, porém. Foi a guerra do Paraguai. Não obstante, a eleição por círculos trouxe uma quase unanimidade liberal. E pode dizer-se que em 1862 começou o domínio liberal.

É o instante em que se podem estudar estas belas figuras que de um partido e de outro fugentearam na monarquia. Não será exagero afirmar que umas e outras no que dizia com as realidades concretas do país realizaram uma simples ação decorativa. Ilustrados nos publicistas europeus, versando temas que não tinham relação com o meio, os mais brilhantes estadistas não eram por certo os mais úteis. O seu trabalho político consistia em bordar sobre os assuntos do dia – empréstimos externos, reformas da legislação criminal ou civil, direito orçamentário, questões partidárias e eleitorais, grandes e belos discursos que poderiam figurar pelos assuntos nos "Anais" parlamentares da França e da Inglaterra. Nos chamados menos cultos, isto é, num Paraná, num Itaboraí, num Cotegipe mais tarde, se sentia a experiência que comunica o trato dos negócios, o cuidado da observação, a matéria dos fatos, dando aos seus discursos a textura resistente das realidades.

É claro que a todos eles faltava uma educação científica necessária à compreensão de um país que mais do que nenhum outro precisava de uma política construtiva.

Tendo todos os hábitos peculiares aos legistas educados à abstrata, sem um entretenimento forte com a vida material do país levantado nos braços da escravidão para as alturas de um sistema político nascido na Inglaterra, dos próprios fatos, do próprio senso do povo, da própria experiência das liberdades públicas conquistadas ao domínio secular dos conquistadores, da própria originalidade do espírito saxonio, era natural que esses homens se surpreendessem do mau funcionamento desse sistema sobre tribos mais ou menos selvagens, sobre negros escravos, sobre filhos de índios e de negros, sobre filhos de portugueses, sem instrução, sem idéia nenhuma também do que fosse representação popular, direitos políticos, deveres civis, etc.

Por falta de capacidade construtiva do povo politicamente inexistente, os estadistas pouco advertidos diante dos problemas eram levados por educação a procurar nos exemplos estrangeiros os moldes a aplicar, as normas a seguir sem cogitar das peculiaridades do meio, das suas condições típicas.

Os homens mais úteis do Império foram justamente aqueles que, menos instruídos nessas leituras estrangeiras ou de natureza mais aptos a travar conhecimento com a realidade, tiveram da nossa gente uma percepção mais precisa e procuraram tirar dela o maior proveito possível, sem, todavia, dela esperar muito.

Não se pode, contudo, deixar de receber uma impressão de respeito desses homens, graves, honestos, imponentes, movendo-se numa atmosfera elevada em torno de um príncipe que me aparece como um verdadeiro milagre da espécie humana.

Devo explicar. Filho de Pedro I, cujos costumes, cuja moral, nós conhecemos; senhor absoluto em um país em que o sistema constitucional era e não podia deixar de ser uma ficção; em uma sociedade sem existência moral porque era baseada na escravidão, esse homem deve ser estudado não só pelo bem que fez, mas, sobretudo, pelo mal que não fez... Imaginem se Pedro I encontraria obstáculos em 1840, em 1860 ou em 1870 para ser um príncipe corrupto, para exercer o seu temperamento exuberante, ávido de prazer.

Não tenciono estudar aqui a ação do Imperador, cuja figura e cujo papel estão a demandar o talento de um grande historiador.

Como vinha dizendo, a eleição por círculos encheu a Câmara quase toda de liberais.

O ministério do Marquês de Olinda, que sucedeu ao gabinete meteórico de Zacarias, foi a última ilusão conservadora.

Dissolveu a Câmara por não poder enfrentá-la.

A eleição de 63 era a vitória liberal. Estava extinta a missão histórica do partido conservador.

Tinha começado no referver das paixões a decomposição da Monarquia. As denominações dos partidos tornam-se palavras vazias de sentido. Já não correspondem à realidade. Os senhores não podem preponderar como antes. Os anos têm passado sobre o "tráfico". Até então a ação do imperador era o "o pensamento augusto" que fez "a Conciliação" bem recebida por todos. Daí por diante, esse pensamento ia ser "a causa única da decadência do país" e as forças políticas, em torno dele iam representar "o papel do polichinelo eleitoral dançando segundo as fantasias dos ministérios nomeados pelo Imperador", como dizia Tito Franco. Idêntica era a linguagem de Sayão Lobato, José de Alencar e de Saraiva, que dizia: — "o poder ditatorial da coroa era uma verdade só desconhecida pelos néscios ou pelos subservientes aos interesses ilegítimos da Monarquia". Silveira Lobo assegurava: "o vício não está nos homens, mas sim nas instituições". Para Francisco Octaviano o império constitucional era "a última homenagem que a hipocrisia rendia ao século". Os velhos conservadores levantavam-se do seu silêncio para afirmar coisas semelhantes. Nabuco no seu famoso sorites estabelecia: "O poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa (o Imperador) faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Ai está o sistema representativo do país". E no pedir as grandes reformas, no propor a eliminação do

poder moderador, Otoni, Silveira Lobo, Zacarias, Nabuco, Souza Franco, Octaviano, Paranaguá, agora unidos, apresentavam o dilema: "ou a Reforma ou a Revolução".

A verdade é que estava gasta a velha máquina. A fadiga da Monarquia constitucional era evidente.

Silveira da Mota, Silveira Martins, Afonso Celso, Paula Souza, todos sem discrepância, não encontravam para as infelicidades do país outra explicação que a "decadência" do sistema constitucional devida à cada vez maior preponderância pessoal do Imperador.

Mas por que de 1854 até 1862, quando se reconhecia essa influência que não podia, na verdade, deixar de exercer-se, pois não assentavam os partidos em grandes camadas da opinião consciente subdividida — por que, pergunto, àquele tempo essa influência chamada, em um misto de respeito e ironia benévola, o "pensamento augusto" a que todos se referiam sem acrimônia, era então, depois de 70, a causa de todos os males, a ação criminosa do "cesar caricato" de Ferreira Viana?

Certo, já em 1859, Silveira da Mota se aventurava a dizer:

"As práticas constitucionais enfraquecem-se todos os dias: o regime representativo tem levado botes tremendos, a depravação do sistema é profunda. No país o que há somente é a forma de governo representativo: a substância desapareceu. Tentei-se esta chaga da nossa sociedade; e ver-se-á que no Brasil o regime constitucional é uma mera formalidade." E então acrescentava: "cheguei à convicção de que o vício não está nos homens, está nas instituições".

Veja-se como esta linguagem se parece com a de hoje! Quase todos espíritos têm agora um falar parecido com este. "A culpa não é da República; a culpa é dos homens dizem uns. Querem reformar a Constituição? Mas ela não foi ainda executada..." dizem outros. Há os que asseguram, pelo contrário, que a causa de todos os nossos males está na adoção que fizemos de um regime que não encontrava apoio nas "tradições" nacionais, acreditando com certa ingenuidade que existem tradições entre nós.

Verifica-se facilmente que esse modo de raciocinar sobre os fenômenos políticos obedece a um sistema de educação. Nem Silveira da Mota, nem Ferreira Viana, nem Saraiva, nem Silveira Martins, nem José de Alencar, nem Tito Franco, nem Francisco Octaviano, nem enfim todos os estadistas que se exasperavam com a mentira do sistema constitucional entre nós, se deram ao pequeno trabalho de fazer um estudo ligeiro das condições de raça, de meio, das contingências particulares de um país sem hábitos elementares de política, sem independência econômica, com uma população primitiva perdida na amplitude geográfica do Brasil, e perguntar até que ponto, já não digo toda a população do país, mas ao menos as populações do Rio de Janeiro, da Bahia, do Recife, de São Paulo, das principais cidades em 1860, em 1870, para não



falar em 1840 e 1850, poderiam intervir com a sua vigilância efetiva, com a consciência dos seus deveres políticos na direção de um país cuja Constituição assentava no exercício dessa consciência?

Parece que nenhum deles se lembrava disto. Homens de educação abstrata, quase todos eram levados a se preocupar mais com o aspecto do que com o fundo dos problemas.

Adaptamos as instituições políticas da Inglaterra através das sugestões de Benjamin Constant; logo deveriam elas funcionar como na Inglaterra. Raça religiosa e política dos saxônios, seis séculos de experiência das liberdades públicas, senso prático da população, equilíbrio econômico, autonomia do comércio, tudo parecia lhes passar despercebido. E enquanto os discursos enxameavam de citações de estadistas franceses e ingleses, era difícil encontrar uma referência qualquer aos viajantes ilustres que aqui vieram conhecer o país e em cujas obras tanta sugestão e ensinamento útil deparariam.

Como ainda hoje, os Saint-Hilaire, os Luccock, os Spix, os d'Orbigny, os Castelnau, só de nome se conheciam. E daqueles que a prática do imperialismo das nações europeias obrigou a estudar os processos de colonização das raças mestiças, fora difícil encontrar traço nas obras e preocupações deles.

A ouvir as objurgatórias dos estadistas sobre o que eles apelidavam a "decadência" do sistema representativo entre nós, vem-nos ao espírito, com a perplexidade, uma interrogação. Seria, com efeito, possível que esses homens acreditassem na maravilha de uma provável realidade das instituições que adotaram? Por acaso nunca lhes tivera passado pela mente a idéia da população do Brasil em confronto com a daqueles países que criaram das próprias entranhas do seu gênio essas instituições?

Tome-se, por exemplo, o recenseamento de 1872, o primeiro que se fez no Brasil. Foi Paranhos, um dos raros que, com Tavares Bastos, Mauá, Capanema, tiveram a preocupação dos assuntos práticos fora ou dentro do Governo, quem o realizou. Por esse recenseamento, vê-se que a população total do Brasil era então de 9.930.479 habitantes, compreendendo 8.930.479 habitantes, compreendendo 8.419.672 homens livres e 1.510.800 escravos. Segundo a raça, eram 3.801.782 mulatos e mestiços de vários graus; 3.787.289 brancos; 1.959.452 de raça africana e 386.955 de raça índio-americana. Segundo os sexos, vemos que o número de pessoas do sexo masculino era de 5.123.869 livres e escravos; 4.806.609 do sexo feminino, livres e escravos. Nesse total cumpre contar quase 300.000 estrangeiros, portugueses na maioria.

Fazendo o desconto do número de crianças naquele total de 5.123.869 habitantes livres e escravos, apurando o grau da sua capacidade econômica e da instrução do seu espírito, verificando a sua eficiência como cidadãos, tendo em vista a extensão enorme do país em que eles se disseminavam, considerando que a Província da Bahia

possuía naquele ano (1872) a população de 1.271.792 habitantes livres e 167.824 escravos; que a da Província do Rio de Janeiro era de 490.087 livres e 297.637 escravos; a de São Paulo de 490.087 livres e 156.612 escravos; a de Minas de 1.669.276 livres e 370.459 escravos; a de Pernambuco de 742.511 livres e 89.028 escravos, para falar apenas dos núcleos sociais predominantes; verificando que até esse ano o número de escolas primárias não excedia de 4.000 em todo o Brasil, e o número de alunos não chegava a 169.000, pois, em 1869, em uma estatística destinada a propaganda do Brasil na Europa, o Governo calcula o primeiro número em 7.000 e o segundo em 30.000, pode-se imaginar, depois de pensar nessas coisas, qual podia ser o coeficiente de pessoas verdadeiramente capazes sobre as quais, em um país que a extensão territorial desarticula, haviam de exercer-se as instituições constitucionais, cuja "decadência" irremediável na linguagem dos estadistas do tempo era só devida ao "poder pessoal do Imperador".

Realmente, teria sido possível sobre essa população tornar efetiva a prática de um sistema originado dos próprios costumes do mais político dos povos, e não apenas "adaptado" como nos o adaptamos, sobre uma "gens" adventícia, sem hábitos de organização e de trabalho, pouco fixado ao solo, de todo inapta a iniciativa mais coezinha na ordem dos seus interesses privados, entregue ao muçulmanismo de uma imprevidência poética relacionada com o subrenatural das superstições pueris dos selvagens e dos negros, com um espírito afeito ao devanear das contemplanções no deserto, uma população enfim que dos seus deveres não podia ter senão uma noção vaga e cujos direitos desconhecia de todo? Seria possível levantar essa população à altura das liberdades, que a Carta de 1824 lhe outorgara<sup>34</sup>?

É claro que a "Constituição" erguida no alto, sem contato nenhum com ela, não poderia ser senão uma ficção, um símbolo, uma figura de retórica destinada ao uso dos oradores. A ação política havia de exercer-se através da ditadura dos homens mais aptos ou que reunissem, em virtude do equilíbrio de forças ocasionais, uma soma de prestígio predominante. Ao tempo da dominação conservadora, era um Paraná que representava esse papel ditatorial, como depois da fragmentação do bloco conservador, quebrada a unanimidade que articulava as opiniões e os interesses, esse papel ia naturalmente tornar-se um "dever" do Imperador por falta de quem o exercesse sem contraste sobre a anarquia dos políticos divididos.

34. Recordemos o ambiente daquele tempo: com uma instrução baseada no direito canônico e em todos os vícios da metafísica jurídica da época, esses homens que constituíam a única realidade viva do país, iam receber a Constituição, que ainda hoje, adaptada à expressão das liberdades modernas algumas das suas disposições secundárias, seria um código liberal, para o aplicar sobre uma população economicamente morta e politicamente alheia a qualquer idéia, por mais remota que fosse, de direitos políticos e deveres cívicos. Destinada a regular um núcleo social que não existia como coletividade consciente a autonomia, a Constituição ficou pairando no ar, como uma cúpula, sem conexão com a terra, onde bracejava uma população de escravos trabalhando sem alegria para o grupo de senhores ignorantes, ávidos, alguns com uma meia instrução, mais perturbadora do que esclarecedora, todos também insusceptíveis de compreender o que queria dizer a Carta política que lhes ia ser outorgada. E eram esses senhores que constituíam o Brasil. Deles, das suas famílias, é que saíam os dirigentes da sociedade.

Levando mais longe a análise estatística, veremos que ainda em 1872, época do recenseamento a que me referi, não existia, nem podia existir, aquilo que tanto enchia a boca dos políticos — “o povo brasileiro”. O “povo brasileiro” não podia ser o milhão e meio de escravos, o milhão de índios inúteis que a contagem do Governo reduziu, com evidente imprecisão, a quatrocentos mil apenas; não podiam ser os cinco milhões de agregados das fazendas e dos engenhos caipiras, matutos, caboclos, vaqueiros do sertão, capangas, capoeiras, pequenos artífices, operários rurais primitivos, pequenos lavradores de dependentes; não podiam ser os dois milhões ou o milhão e meio de negociantes, empregados públicos ou particulares, criados e servidores de todas as profissões. O povo brasileiro, existente como realidade viva, não podia deixar de ser apenas 300.000 ou 400.000 pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, os fazendeiros, os senhores de engenho de onde saíam os advogados, os médicos, os engenheiros, os altos funcionários, os diplomatas, os chefes de empresas, únicas pessoas que sabiam ler, tinham alguma noção positiva do mundo e das coisas e podiam compreender, dentro da sua educação, o que vinham a ser monarquia, república, sistema representativo, direito de voto, governo, etc.

É por demais evidente a inexistência nesse tempo, como em geral ainda hoje, dessas aglomerações coesas de população, desses núcleos vivos e conscientes de trabalhadores rurais ou urbanos, dessas massas agrícolas disciplinadas e esclarecidas, de onde pudesse sair um corpo eleitoral capaz e responsável.

Diminuída a riqueza da classe única organizada, destruída a preponderância das zonas açucareiras não equilibradas então pelo surto da prosperidade do sul, como hoje acontece, sob a impressão angustiosa dos *deficits* da guerra do Paraguai, o país se entregou então a uma inquietação natural que, dominando os espíritos, os encaminhou a uns para o pessimismo de Francisco Octaviano, de José de Alencar, de Silveira da Mota, de Silveira Martins, de Ferreira Viana, de Saraiva e a outros para o ideal, ainda nebuloso, da República.

Mas retomemos o fio do pensamento principal. São Paulo, já a esse tempo, 1872, graças à iniciativa dos seus homens, às suas legítimas ambições práticas de fortuna, compreendendo cedo o problema do trabalho, possuindo além disso uma indústria agrícola privilegiada no mercado mundial, pouco sujeita às oscilações das crises, começara, para satisfazer as exigências dela, a receber imigrantes. E assim vemos que São Paulo, que na época do recenseamento Rio Branco possuía apenas 680.742 habitantes livres e 156.612 escravos, já em 1889 tinha a sua população aumentada do 468.918 habitantes, perfazendo um total de 1.306.272, quase toda aquela cifra de aumento composta de imigrantes brancos encaminhados para a terra a despeito do aspecto da grande propriedade. Como quer que seja, S. Paulo pôde conservar a sua aristocracia territorial que, com os elementos industriais prósperos que possuía, mercê da colaboração do capital estrangeiro, dirige o Estado, promove o bem-estar do povo e cresce dentro do país como uma verdadeira nação. O mesmo acontece com o Rio Grande, onde a pequena propriedade bem distribuída pôde dar aos seus

municípios uma organização agrícola e uma riqueza própria a coexistir com a grande indústria pastoral.

Entretanto, mesmo São Paulo segundo os dados oficiais, tem uma população infantil de 70%, já em idade escolar, sem escolas onde aprender.

Hoje, na República, o estado social é o mesmo em todo o Brasil: é o mesmo que na Monarquia.

Povo propriamente não o temos. Sem contar a das cidades que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência. Compoem-na talvez mais de 15 milhões de habitantes desassimilados que no norte e no centro constituem os pescadores e seringueiros do Amazonas, os agregados das fazendas, os vaqueiros e campeadores do sertão, os pequenos negociantes nômades, os operários rurais primitivos sem fixidez, trabalhando um dia para descansar seis na semana, o matuto ignorante e crendeiho, vivendo numa choupana, quando não desabrigado de todo, e ainda os jagunços da Bahia, os cangaceiros de Pernambuco, os “fanáticos” do Contestado, os capangas das vilas e aldeias do interior, a multidão de pequenos artífices e trabalhadores das cidades e das roças, toda uma “gens” complexa, pouco produtiva, entregue à sua própria miséria e alheamento do mundo, emigrando do Ceará para o Amazonas, nos Estados do norte se arrastando ao abandono de um desconforto voluntário, sem saúde, sem hábitos de trabalho, dada às superstições das raças selvagens, inúteis quase com força econômica, e tendo, na sua maioria, do Brasil, a idéia que nos deu Euclides da Cunha no *Os Sertões*.

E vem a propósito referir como falta de repercussão das idéias práticas num país que deixa sempre para o futuro a solução das questões urgentes, o pouco efeito que no tocante aos problemas que suscitou teve esse livro destinado, mais do que qualquer outro entre nós, a criar uma política de vinculação do deserto ao litoral, de assimilação dessas gentes perdidas no sertão e separadas da civilização por três séculos, da mesma maneira porque há meio século ficaram suspensas no ar, sem que ninguém as recolhesse, as sugestões de Tavares Bastos, ainda hoje, em sua maioria é áspere de realização.

Este é, aliás, um dos sinais do nosso meio, onde pela falta de uma atmosfera de idéias ativas que os homens respirassem, e a cujo influxo se conduzissem, é comum ver-se os propósitos mais fecundos, as medidas mais benéficas, as atitudes mais úteis resultarem afinal estéréis e se perderem na amplidão do ambiente. Será por que os “homens não prestam” como se comprazem em dizer os que se contentam de fórmulas fáceis? A verdade é que não existindo no Brasil, pela identidade da formação mental, pela intensidade da cultura pessoal, um grupo de homens que pensem, segundo os mesmos princípios e que tenham por eles, o mesmo entusiasmo, nem, por outro lado, uma opinião pública exigente e consciente que peça o que lhe é devido, a ação dos homens tem que se guiar pelo improvável dos casos que regulam

em sua complexidade a vida nacional brasileira. Quando as necessidades exigem um sacrifício, vemos Joaquim Murtinho sobrancear-se à altura dos obstáculos e sob a pressão da gravidade dos deveres que tomou a peito cumprir, realizar a obra que realizou. Mas os planos de Joaquim Murtinho logo se acharam interrompidos. A nossa imaginação ainda agora se detém com prazer no sonho de prefigurar o que seria o Brasil no ponto de vista da sua situação de país produtor, se Joaquim Murtinho tivesse deparado para a execução de seus planos construtivos um espaço sem interrupção de quinze anos.

Não é ensejo de estandar este assunto.

Como ia dizendo, a República encontrou o mesmo estado social.

Em 1889, o eleitorado do Brasil se compunha de 200.000 eleitores. Hoje se comporá de 600.000. Mas os elementos que o constituem são os mesmos. São nas capitais os funcionários públicos da União e dos Estados; nas vilas e cidades do interior os funcionários do Estado e dos municípios, comerciantes, empregados particulares, pequenos artífices, agregados, amigos, compadres dos chefes locais, pequenos lavradores, enfim, homens a quem falta uma consciência cívica, de todo alheios ao conhecimento das questões do Estado, tendo da pátria uma noção vaga, imprecisa; por ela serão capazes dos maiores sacrifícios, sem saber porque: — é a terra onde nasceram e onde vivem e da qual não recebem nenhuma impressão certa senão a do orgulho de a saber grande no território, bela na paisagem, esplêndida na luz do sol, gloriosa na força das suas maravilhas naturais, tal qual como o brasileiro do primeiro reinado.

Claro que não é esse corpo eleitoral a base em que assenta a República. A República não pode deixar de ser, portanto, como era a Monarquia, senão os advogados que ano a ano saem às multidões, das Faculdades de Direito; os médicos, os engenheiros, os doutores, enfim os antigos senhores nas suas descendências arruinadas; os filhos dos escravos, dos mestiços, dos mulatos distribuídos pelas funções públicas, pelas carreiras liberais.

Se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo, não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que eles têm, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele. Quando não possuíam engenhos nem fazendas e, como assinala Joaquim Nabuco no *Abolicionismo*, não logravam por meio de um casamento rico vincular-se às famílias proprietárias que os levavam à política, aos cargos da administração pública, à direção do país, haviam de resignar-se às carreiras obscuras de advogado da roça nas cidades do interior, magistrado mal remunerado,

funcionário público enfim. O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime não pôde conjurar, antes acorçou-o, porque não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos.

A chegada do capital estrangeiro chamado ao país por esses mesmos funcionários e políticos, dando à máquina administrativa uma ilusória atividade, tornou ainda mais fácil essa proliferação de empregos, resultante da superabundância de dinheiro no Tesouro que não sabiam como aplicar, homens que não tinham obrigação de prestar contas, à opinião inexistente, dos seus atos bons ou maus.

Viram-se, então, comenta um escritor nosso, grandes somas como as destinadas à vivificação da cultura da borracha passarem todas para as mãos de moços das cidades que nenhum serviço foram chamados a prestar, e medidas úteis, como as da fundação de escolas de aprendizes artífices, reduzirem-se a meros pretextos para a colocação nos empregos de pessoas protegidas.

Podemos acusar a República, deixando de considerar nos erros peculiares ao meio, de não ter, principalmente, compreendido logo o seu papel educador.

Refiro-me ao papel educador, porque o dever máximo dos políticos em um país, como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente, para o Brasil, senão por tão curto prazo.

Entre nós a energia dos homens é fragmentária. Por quê? Porque não se pode exercer contra o vácuo uma ação continuada.

A lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga.

O pulso da administração não tem um ritmo. Pode dizer-se que se regula pelo movimento dos espasmos. A uma fase de grande atividade sucede um esmorecimento longo. Grandes surtos do progresso logo se esbatem em lentas estagnações de desânimo. E nada se faz de persistente e firme.

Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma "elite" de diretores mentais que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas", que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma "elite" conjugada ativa e energeticamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio, enquanto não se conseguir organizar

os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma – a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão da sua existência e a forma tumultuária da sua fisionomia de nação.

Por obra da nossa educação feita para além da realidade, mesmo nas assembleias políticas não é difícil assistir a uma discussão brilhantíssima quando se trata de questões de direito, de questões enfim sobre as quais já se hajam escrito na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos muitos livros onde a erudição seja fácil de encontrar. Mais difícil, porém, é deparar no meio de tantos espíritos "cultos" o traço de uma observação própria, o cunho de uma personalidade mental, o vinco de uma autonomia de ação que seja o sulco vivo por onde se afirme um caráter sincero, apaixonado pela verdade, e procurando-a pela experiência pessoal, pelo próprio esforço, aplicação e descortino.

Digo-o, sem agravo a ninguém. Por isso é que temos, em nosso país, tantos juriconsultos e não temos um naturalista; temos homens públicos e nos mingua os verdadeiros políticos.

E não os poderíamos ter, porque as aptidões, como as flores raras, precisam ser cultivadas. Não podem surgir de um dia para outro, sem preparo prévio do solo, do terreno, onde devem florir e brilhar. E o nosso sistema de educação se realiza, como disse, fora da realidade e, sobretudo, fora e acima do Brasil. Por isso, leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la, antes de tudo, brasileira.

Resumindo, o Brasil de hoje mostra um aspecto semelhante ao que mostrava sob a Monarquia alguns anos antes da sua queda:

Assim como aqueles espíritos que, desesperados do parlamentarismo caruncho, apelavam para a República, para a Federação ou simplesmente para as "Reformas", nos últimos anos do segundo reinado, enxameiam hoje cidadãos sinceros que diante da realidade triste do Brasil, realidade que se não pode contemplar olhos enxutos, procuram "sair disto" pelas reformas. Uns se contentam com a revisão simples da Constituição em certos artigos; outros reclamam uma reforma total que ressuscite o parlamentarismo para se conjugar, agora, em um conúbio arbitrário, com a federação, outros arrebatados mais longe, se precipitam até para a restauração da Monarquia.

Mas, pergunto eu, diante do estado social do Brasil, é lícito acreditar que qualquer mudança nas instituições possa influir decisivamente para a felicidade do país? É de crer que qualquer modificação nos textos da Constituição tenha efeito sobre um meio nas condições em que se acha o nosso?

Não sou, nem posso conceber que haja quem o seja, fetichista da imutabilidade dos códigos políticos. As constituições escritas hão de sofrer as alterações que o tempo lhes deva imprimir. O fetichismo é atitude de superstição não peculiar aos homens que pensam. Mas o que é evidente é que os elementos sociais da atualidade brasileira são os mesmos que existiam no fim da Monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos Estados do sul.

A Constituição republicana sobre o restante do país exerce a mesma ação nominal que exercia a Monarquia.

A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo – no sentido desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improficuas – as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem<sup>35</sup>.

35. Trechos do discurso "As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil".

## O Clero e a República

*Jonathas Serrano*

Um dos aspectos interessantes dos nossos movimentos revolucionários de caráter republicano, antes e depois da Independência, é a parte importantíssima que neles sempre tiveram representantes notáveis do nosso clero.

Sublinhou-o, de uma feita, em artigo de folha católica, o Dr. Lacerda de Almeida. Já o haviam reconhecido, fora do meio propriamente católico, insuspeitíssimas penas, qual a do Sr. Basílio de Magalhães. Em 1920, pelo *Correio da Manhã*, escrevia o Sr. Viriato Corrêa, em artigo intitulado "Batinas liberais":

"Talvez não haja outro país que tenha como o Brasil a vida tão estreitamente ligada às batinas e aos buréis". Evocava os vultos de Anchieta e Nobrega – os edificadores da sociedade brasileira; relembrava a ação dos missionários nos recônditos das florestas, de cruz alçada, civilizando os índios e desbravando os sertões, em prol da nossa expansão territorial. E reconhecia que no Brasil a ação do clero tem sido "sempre e sempre progressiva". Disse textualmente: "Não há uma só das nossas revoluções políticas que não tenha à frente um frade ou um padre a bater-se pelo ideal da liberdade".

Isto, aliás, para que o negássemos, fora mister arrancar da nossa história as páginas mais comovescentes. Só na Inconfidência, quantos sacerdotes! Na revolução de 17, houve 32 representantes do clero. A ascendência moral e intelectual acarretava logicamente a influência política. Frei Caneca é a figura central no movimento pernambucano de 24. A pacificação alcançada em novembro de 1835, após a Abrilada e guerra dos cabanos, que se prolongara por quase 4 anos, foi a obra do virtuoso bispo D. João da Purificação Marquês Perdígão.

A figura de Feijó domina o cenário da Regência. Foi um padre, observa D. Duarte Leopoldo, a primeira voz que no seio da representação nacional deu o brado de "Viva a República!".

Ainda que se tenham de julgar severamente alguns fatos, restringir encômios ou apurar fraquezas nesses grandes vultos da história-pátria, não há negar que importantíssimo tenha sido o papel do clero nos vários movimentos políticos de nossa história.

Antes da independência, na revolta do Maranhão, nas guerras nativistas de Emboabas e Mascates, na Incoafidência e na revolução de 17: na própria luta pela independência, ou ainda após os fatos de 1822 e 1823, mostra-nos D. Duarte Leopoldo o que foi a longa teoria de sacerdotes que, impávidos e heróicos, se impuseram à gratidão nacional. "Para trás dessas fileiras, fica a massa anônima dos cavouqueiros do bem, tão úteis à Pátria quanto fiéis aos seus deveres sacerdotais."

Quanto aos que tomaram parte em movimentos de caráter revolucionários, o Sr. Arcebispo de São Paulo não esquece, em seu trabalho, que "a contingência humana... em caminhos ásperos e difíceis, os desgarrou por vezes da razão e do dever"<sup>36</sup>. E noutro passo: "Em todos os acontecimentos políticos que agitaram a Colônia e o Império, nos seus primeiros surtos de liberdade, sempre temos o clero formado na primeira linha dos patriotas, cada um com as suas qualidades e com os seus defeitos, norteados todos por um ideal que os apaixonou, de quando em quando, até a lamentáveis excessos"<sup>37</sup>.

Em compensação que nobre coragem, a de muitos desses patriotas de batina! A de Frei Caneca, por exemplo, ouvindo a sentença de morte, calmo o semblante, e conservando a mesma serenidade nos três dias que ainda lhe restavam de vida, isto é, de lento martírio, na expectativa da execução. A 12 de janeiro de 25, véspera da morte, confessou-se e recebeu na hostia divina a força que veio do alto. Agostinho Vieira, um pardo sentenciado da mesma cadeia, fora escolhido para algoz. Negou-se porém, terminante e intrépido; nunca o seria, de um sacerdote, nem o demoveram de seu propósito ameaças, nem pancadas. A couce de armas na arca do peito deixam-no os soldados da guarda estendido e por morto, vencido mas não convencido a praticar o cruel ofício. Dois outros negros sentenciados, também submetidos à mesma bárbara prova, resistiram impávidos: espalderados, postos a ferros, arrastados até o patíbulo, recusaram, heróicos, enforcar o padre. Então a comissão militar decidiu pelo fuzilamento. O crioulo João da Costa Palma, da patrulha executiva, e que colecciona a vítima, tombou em caminho com uma síncope. Daqui a piedosa legenda de que se vira no ar, dentro de uma auréola, entre nuvens, o vulto de formosíssima mulher, de vestes alvinhentas, a acenar aos algozes, que não matassem o padre. Nossa Senhora do Carmo (conclui a lenda) a cuja ordem pertencia o inditoso sacerdote. Na hora do suplicio demonstrou Frei Caneca a maior coragem. Indicou ele próprio ao alcaide como devia atá-lo à coluna que seria alvo aos soldados.

No monumento inaugurado a 2 de julho de 1917, no largo das Cinco Pontas, em Recife, no próprio local do fuzilamento, - homenagem do Instituto Arqueológico e

36. D. Duarte Leopoldo - *O Clero e a Independência* - (Rio, 1923), pág. 8.

37. Op. cit. págs. 12-13.

Geográfico Pernambucano - se diz textualmente: "Neste largo foi espingardeado, junto à força, por não haver réu que se prestasse a garroteá-lo, o patriota Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, republicano de 1817 e a figura mais representativa da Confederação do Equador".

Quanto à Independência, é ainda o Sr. Arcebispo de S. Paulo quem afirma o papel que nela teve também o clero. "Se não é obra exclusivamente sua, foi ele, sem dúvida possível, o seu melhor, mais esforçado, mais desprendido e mais inteligente operário."<sup>38</sup>

Nem cause isto admiração. O papel do clero em nossa formação foi deveras excepcional. Basta refletirmos na ação das ordens religiosas, desde o início de nossa história, para que o compreendamos sem maior esforço. Em sua memória sobre a religião no Brasil, escrita para o *Livro do Centenário*, Júlio Maria o demonstra com eloquência: "É evidente que a obra da civilização brasileira não se teria iniciado, senão muito tarde sem a preservação dos missionários..." E, depois de sublinhar o heroísmo dos religiosos que expunham a vida a perigos constantes, observa que "esse mesmo heroísmo foi o primeiro agente de nossos interesses políticos e econômicos"<sup>39</sup>.

"Quando as aspirações da Independência começaram a alentar a alma de nossos antepassados, já o Brasil era católico; tão católico que a Constituição política de 1824, isto é, o pacto fundamental do Império, não faz senão reconhecer esse fato, prescrevendo no art. 5.º 'A religião católica, apostólica, romana continuará a ser a religião do Império'."

Infelizmente o Império, nascido à sombra do catolicismo, não tardou a manifestar o intuito de submeter a seu jugo a Igreja. Júlio Maria o reconhece com a franqueza característica de suas afirmações: "No período monárquico o regalismo e o padroado, o desprestígio do clero, a reação enérgica mas efêmera do Episcopado contra as usurpações do poder público, o racionalismo e o ceticismo das classes dirigentes são os traços mais salientes e dignos de exame".

Pelo contrário, após o 15 de Novembro, a Igreja brasileira começou a respirar, livre das cordas que a manietavam. "No período republicano, separada a Igreja do Estado, a Religião tem no Brasil uma nova e tão enérgica afirmação que não é lícito apontar os erros e excessos dos legisladores sem reconhecer ao mesmo tempo os proveitos e vantagens que de fato implicou para o Brasil o novo regime."

Prevendo a oposição que sua palavra destemerosa iria levantar, Júlio Maria logo declara sem reboço: "O que penso e sinto, sem temor, vou dizê-lo ao meu país nesta

38. Op. cit., pág. 202.

39. Memória, pág. 4 - Cf. nosso volume Júlio Maria, pág. 202.

*Memória*, de cuja honrosa incumbência não me quiseram dispensar... Num assunto que se prende a toda a vida política do país é difícil dizer a verdade sem ofender susceptibilidades e contrariar os interesses. Nem por isso deixarei de ser verdadeiro à minha pátria, que, sem dúvida, eu não honraria, omitindo, por condescendência a pessoas, ou temor de invectivas, a verdade histórica que deve ser a suma desta *Memória*".

Belas e nobres palavras, dignas de quem as proferia – "um grande padre brasileiro, batalhador, homem de ação, que compreendeu a função social da religião e procurou educar e instruir as massas, catolizando o povo; do sacerdote que tocou com alvoroço o clarim de reunir, pressagiando uma alvorada magnífica de realizações opulentas para as gerações vindouras"<sup>40</sup>.

Desde 1892 a palavra de Júlio Maria, quase única, mas poderosa e intrépida, afirmava do púlpito que a Monarquia no Brasil caíra vítima de seus próprios erros. Seu primeiro discurso público, e solene, após a ordenação, foi a oração fúnebre de Pedro II, na matriz de Juiz de Fora, aos 5 de janeiro de 1892. Eis o que ele próprio nos conta dessa oração: "O autor das apóstrofes, isto é, aquele que em 1885 fizera em vinte artigos o processo religioso da Monarquia brasileira, profetizando-lhe como castigo da apostasia católica a queda do trono e da dinastia, não podia deixar de fazer a oração fúnebre pedida sob o ponto de vista das suas idéias e convicções; e na oração fúnebre, que foi uma dissertação sobre os deveres dos príncipes e reis perante o Evangelho e o direito cristão, de um lado fez a apologia das virtudes naturais e privadas de Pedro II, do outro mostrou as omissões e as culpas da Monarquia brasileira"<sup>41</sup>.

Em 1896, por todos os Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul – Júlio Maria fizera uma larga pregação, cujo objetivo era mostrar a possibilidade de acordo da Democracia com a Igreja e do clero com a República.

Em 1897, iniciara aqui no Rio a sua longa série de Conferências da Assumpção, que provocou viva oposição da parte de partidários exaltados do antigo regime. Houve polêmica pela imprensa, dela participando sacerdotes e leigos. Entre outros, defenderam Júlio Maria, monsenhor Lustosa e monsenhor Claro Monteiro. Sena Freitas, pelo *Correio Nacional* de Lisboa, advogou a causa do grande orador brasileiro.

Já se vê, portanto, que as idéias expendidas na *Memória* do *Livro do Centenário* não eram mais do que a confirmação de todo esse passado intrépido e admirável. O terceiro capítulo é digno de particular atenção.

Trata da religião no Brasil durante o período republicano e estuda o problema da separação da Igreja e do Estado. Júlio Maria transcreve trechos da Pastoral Coletiva

40. Cf. o artigo do Sr. Vicente Licínio Cardoso, em *O Jornal*, de 6 de agosto de 1924.

41. Papéis avulsos do Arquivo manuscrito.

do Episcopado Brasileiro, de 19 de março de 1890. "... Acabamos de assistir a um espetáculo que assombrou o universo; a um desses acontecimentos pelos quais dá o Altíssimo quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis; um trono afundado de repente no abismo que princípios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos anos lhe cavaram."

O decreto de separação provoca as seguintes reflexões: "Se (nele) há cláusulas que podem facilmente abrir a porta a restrições odiosas desta liberdade (a eclesiástica), é preciso reconhecer que, tal qual está redigido, o decreto assegura à Igreja Católica no Brasil uma certa soma de liberdades que ela jamais logrou no tempb da Monarquia".

A respeito da proteção dispensada pelo Estado à Igreja, a Pastoral dizia em palavras enérgicas: "Entre nós a opressão exercida pelo Estado em nome de um pretensio padroado, foi uma das principais causas do abatimento da nossa Igreja; do seu atrofiamento quase completo. Era uma proteção que nos abafava". Bem diversa portanto do regime que a Igreja propusera como o desejável e, em tese, único de acordo com a origem e natureza dos dois poderes. "Em tese (são ainda palavras da Pastoral), em princípio não podem os católicos admitir o divórcio do Estado com a Igreja. Como não o há entre a razão e a fé, duas luzes emanadas do mesmo sol; entre a natureza e a graça, dois influxos do mesmo princípio de vida, não o há também, nem o pode haver, entre os dois poderes, em que transluza uma imagem ainda que diversa da mesma divina paternidade: *a quo omnis paternitas. Omnis potestas a Deo*."

Como, porém, ocultar a verdade e esquecer o que entre nós sofreu o Episcopado? A Pastoral o relembra com indignação das mais justas: "Chegou-se até a perseguição! E a Igreja do Brasil viu com horror dois de seus bispos, como se foram vis criminosos, condenados por sentença do Supremo Tribunal de Justiça, a carregar baldes e a varrer pátios na casa de Correção por quatro anos, porque ousaram manter a liberdade da consciência católica em face da prepotência do cesarismo!..."

E mais adiante, ainda na mesma Pastoral:

"Não mais veremos ministros, que deviam ocupar-se só de negócios civis, ordenando ridiculamente aos bispos o cumprimento dos cânones do Concílio de Trento no provimento das paróquias; proibindo-lhes a saída da diocese, sem licença do governo, sob pena de ser declarada a Sé vacante e proceder o governo a nomeação de um sucessor; sujeitando à aprovação do governo os compêndios de teologia por que se há de estudar nos seminários; ... proibindo as ordens regulares receberem noviços; ... declarando que os párocos não têm direito de exigir as velas da banqueta; fixando a quem compete a nomeação do porteiro da Maça nas Catedrais!"

Júlio Maria concorda com o juízo da Pastoral. "Com efeito o novo regime era incontestavelmente a liberdade resituída à Igreja brasileira depois de sua longa e triste escravidão. Era o termo dessa aparente e falsa união com que durante longos

anos foram sacrificados os interesses religiosos do país. Era a realização de uma ardente aspiração de católicos puros e fervorosos que, sem dúvida, em *tese* só aceitam a união dos Estados e da Igreja como o princípio verdadeiro; mas que quanto ao *fato*, vendo no Brasil, sob as aparências de uma falsa união, o escravizamento da Igreja, preferiram aos *privilégios e subsídios*, com que se mascarava a opressão, o regime do direito comum."

Nem tal modo de ver excluía no sacerdote que o manifestava a nítida compreensão de seus deveres de juiz imparcial. Reconhecido, como era de justiça, que a República trouxe a liberação do vergonhoso regime de dependência da Igreja — reduzida esta afinal a simples *instrumentum regni* —, logo Júlio Maria profliga os atos inspirados "pelo sectarismo triunfante". E aponta, entre outros, secularizar-se a Constituição, desconhecendo na esfera da representação parlamentar direitos sagrados da liberdade individual e religiosa; banir-se a religião do ensino e da educação; omitir-se oficialmente qualquer demonstração de culto público a Deus "compatível (aliás) com a forma de separação da Igreja e do Estado". Lamenta que a nossa Carta Magna tenha sido "organizada e promulgada sem nenhuma influência dos princípios religiosos que devem animar a política de todo povo cristão, de todo governo, monárquico ou republicano, de toda nação civilizada católica ou protestante".

Erro fora, porém, atribuir toda a culpa ao novo regime. As causas do mal já vinham do próprio império, "da educação rracionalista, da política liberalista, do materialismo literário" que em mais de meio século entorpecceu as energias católicas em nossa pátria.

E Júlio Maria não hesita em proclamar bem alto: "... O dever do clero, em prol da Pátria e da Igreja, é, quanto estiver nos seus recursos, promover a obra de pacificação política e religiosa".

Esse dever ninguém melhor do que o próprio Júlio Maria o procurou cumprir, levando a todas as capitais do país o som do seu verbo eloquente e patriótico, numa pregação única em nossa história pela sua feição e pela sua amplitude.

Não houve oposição que lograsse desanimá-lo. Ames parece até que o revigoravam. A sua elevada concepção do sacerdócio arrastava-o irresistivelmente a esse apostolado superior. Não lhe era possível ficar indiferente e mudo diante dos problemas sociais, políticos e religiosos. "... Disse e demonstrei (são palavras suas na citada *Memória* que o clero no Brasil) não pude nem deve presentemente encastelar-se nos santuários, contemplando de longe o povo e pensando que fará obra de Deus só com as nossas devoções, as nossas festas e os nossos panegíricos..." O dever do clero é "convidar francamente, sem hipocrisia política nem covardia religiosa, a democracia ao banquete social do Evangelho; ... fazer da palavra de Deus não só a estrela que conduz as almas ao céu mas também a bússola que guia as sociedades, não

só o ensino que regenera os corações mas também a doutrina que ensina as pátrias os direitos e os deveres dos cidadãos".

A este programa consagrou Júlio Maria toda a sua atividade, toda a sua eloquência, todo o seu apostolado pelas capitais e centros mais cultos do país. Tribuna, jornal, livro — manejou as armas de maior eficácia. Não foi dos que vivem chorando os males da pátria, com saudades de um passado colorido pelas tintas da imaginação. Para Júlio Maria o dever de ser otimista é resultante lógica deste princípio: "O pessimismo não é cristão".

Quaisquer que sejam as nossas convicções religiosas e políticas, não nos é lícito esquecer ou amesquinhar o papel do clero em nossa história, o seu passado republicano e a poderosa ação de Júlio Maria na patriótica empresa de encaminhar os espíritos militantes na política a harmonizarem com a Igreja as novas instituições.



## O Ideal Brasileiro Desenvolvido na República

*Organização de uma consciência coletiva. Momento de incubação espiritual. Como deve ser largo o nosso nacionalismo. Os males do pessimismo. A caminho da justiça distributiva. Um sonho de gigante.*

*José Antonio Nogueira*

*Pela primeira vez compreendi o que os filósofos chamam o seu ideal, coisa que tanto atormenta os homens. Eu tinha um ideal de mim mesmo, e muitas vezes, por sonhos, via-me sob a forma de um gigante.*

*Goethe*

Aí está magnificamente pintado o que se deve entender por ideal. Consiste ele na faculdade que têm os indivíduos e os povos de se imaginarem maiores, mais belos e poderosos do que de fato o são e de forcejarem realizar tal imagem de si mesmos. Não é outra coisa do que a "idéia-divina", de Hegel, a "idéia-força", de A. Fouillée, o "ímpeto vital", de Bergson, ou o "bovarismo", de J. Gaultier.

E note-se bem que não são somente os homens considerados individualmente que devem trazer no fundo da alma semelhante "escala de grandeza", um como estalão íntimo, ou tipo superior diverso de tudo o que os cerca. São também as nações. Estas, como os indivíduos, só são dignas de viver e de se desenvolverem, quando têm esse pressentimento, essa aspiração, essa como que "saude" de um futuro de grandeza...

A formação de uma nacionalidade é, antes de tudo, um fenômeno de ordem física ou espiritual. Não se compreende a existência de uma nação sem a existência de consciência coletiva mais ou menos vasta. Renan chega até a definir o fato nacional como emanção de uma sorte de sufrágio universal quotidiano. De sorte que, a essa luz, a grandeza de uma não se afere, não pelo número de seus habitantes, senão pelo

número e "pela qualidade" das consciências individuais onde ela se reflete. É óbvio que tão ideal votação há de ser mais qualitativa do que quantitativa. Não padece dúvida, por exemplo, que a França do século XVIII existiu muito na consciência iluminada de Rousseau ou de um Voltaire do que nas almas obscuras dos frequentadores de Versailles. Um rei vaidoso podia pretender resumir em si o Estado. Mas a nação exprime-se muito melhor e mais fielmente no grande sonho humanitário do cidadão de Genebra ou no riso demolidor do filósofo de Ferney...

Isto posto, podemos conceber uma nacionalidade que se reflita integralmente em mui poucas consciências, mas tão vastas, tão nobres, tão profundamente lúcidas, que valham por si sós cem milhões de consciências elementares.

Assim, a nosso ver, o fenômeno nacional surge para um povo e para uma raça como o sol para as regiões montanhosas. Doura primeiro os pináculos mais arrojados, para depois ir gradualmente iluminando as quebradas, os vales e os abismos. Chegará por certo um momento em que a luz, caindo do alto, dissipará as mais espessas cerrações e inundará os mais sombrios recessos.

E é fora de dúvida que os brasileiros estão atravessando um momento de incubação espiritual, de onde há de nascer e precisar-se cada vez mais a imagem ideal que devemos realizar através dos séculos. É mister, pois, que todas as inteligências e todos os corações concorram com o melhor dos seus sonhos para ganharmos um desses cumes vertiginosos, uma dessas largas perspectivas que desafogam e elevam as almas. Mas quem nos dera que se tratasse apenas de subir! A dificuldade é maior. Trata-se, não só de subir, mas de evitar as primeiras elevações, os pontos de vista demasiado próximos e estreitos, as miragens estérteis e enganadoras.

Fala-se muito em ideal nacional ou nacionalista, mas poucos sabem ao certo em que consiste tal ideal. Não se suspeita sequer que há dois ideais patrióticos em luta, a ver qual deles levará a melhor — um ideal de pigmeus e um ideal de gigantes; um que representa o Brasil como coisa feita e acabada (ou quase acabada), e outro que o olha como o primeiro despontar de uma alvorada; um que nos mostra a Pátria no estreitíssimo âmbito de um brevíssimo passado, reduzida a moldar-se ao instinto vital de duas ou três raças ou até de uma problemática sub-raça — o sertanejo, e outro que a aponta no futuro como resultante da fusão dos mais variados exemplares humanos que ainda se reuniram em uma mesma região da terra...

Nacionalismo é sinônimo de patriotismo. Mas patriotismo é coisa antiga, tão antiga como a noção de pátria. Para que então uma palavra nova se a velha designação exprime fielmente o velho pensamento?

A resposta a esta dúvida está em que a sinonímia acima indicada não é nem pode ser perfeita. Há nos sentidos dos dois vocábulos matizes diversos, o que explica o aparecimento do primeiro. Nacionalismo é patriotismo, mas patriotismo em ato de

defender-se, não materialmente, que as mais remotas civilizações também o sabiam fazer, senão no terreno das idéias e teorias. Foi preciso que surgissem ameaçadoramente as atitudes mentais conhecidas por cosmopolitismo, humanitarismo, ou universalismo anarquista, para que o sentimento de pátria perdesse a tranquilidade e segurança de outrora e desfraldasse uma bandeira de luta — o nacionalismo.

Isso não quer dizer que o humanitarismo seja coisa absolutamente nova. Já Sêneca dizia, em suas admiráveis "Consolações", que a sua Pátria era todo o mundo: *Patria mea totus hic mundus est*. E o ideal cristão não aspira a menos do que a irmanar todos os homens no mesmo sonho de paz e de amor. Tais concepções, porém, harmonizaram-se perfeitamente com o dever de estremecermos o nosso país e o nosso povo, tanto assim que S. Thomaz de Aquino, em sua famosa *Suma Teológica*, considerou o amor da pátria como um preceito divino implicitamente contido no quarto mandamento do Decálogo. A sua esfera de ação, por assim nos declararmos, ao invés de repelir e condenar esse amor, procurou compreendê-lo, alargá-lo e elevá-lo, obstando a que se transformasse num vasto egoísmo coletivo. É mais um exemplo do eterno ritmo de que fala Hegel: tese, anti-tese e síntese. Duas verdades aparentemente irreconciliáveis aproximam-se, consertam-se, acomodam-se e acabam por sacudir de si a mistura de erros e antagonismos que pareciam torná-las incompatíveis uma com a outra. Assim é que o amor da humanidade deixou de colidir com o amor da pátria.

Há, porém, certas teorias modernas que, rejeitando toda acomodação com a idéia de pátria, se valem da meia-verdade contida no ideal de fraternização universal para combater e denegrir o patriotismo, sob pretexto de o substituírem por um sonho mais vasto e mais nobre. É justamente contra semelhantes tendências que se levanta o nacionalismo.

O patriotismo é um sentimento profundo. O nacionalismo é acima de tudo uma atitude intelectual, réplica ou contradita a tais sistemas.

Em seguida ao vasto movimento patriótico que, provocado pelo ódio à opressão napoleônica, se havia, em 1813, alastrado por toda a Alemanha, surgiu uma sorte de reação, representada por um punhado de escritores que se denominavam "A Jovem Alemanha" e se propunham ridicularizar e demolir os velhos "preconceitos", entre os quais estava, a seu ver, o ideal de pátria. Desse cenáculo fez parte Henrique Heine, que foi quem pela primeira vez se serviu, em francês, do vocábulo *nationalisme*, há anos posto em grande voga por Maurício Barrès.

O antipatriotismo socialista ou anarquista e o cosmopolitismo dos desenraizados têm recrutado grande número de prosélitos entre os israelistas, interessados como são estes últimos, devido ao fato de os ligarem apenas laços étnicos e religiosos, em que se reduzam o mais possível as vantagens e privilégios decorrentes do princípio de nacionalidade. O grande ironista dos *Reisebilder*, como Lassale, como Carlos Marx e

tantos outros apologistas de doutrinas avessas ao ideal patriótico, era judeu. "Se algum dia o espírito de nacionalidade vier a triunfar" — exclamava ele — "desencadear-se-á então sobre a cabeça dos pobres judeus uma tempestade de perseguições que ultrapassará muito tudo o que padeceram no passado".

Não sabemos, nem importa ao nosso assunto, até que ponto será verdadeira tal previsão. O que é certo é que os fatos aqui referidos explicam perfeitamente o alcance do vocábulo "nacionalismo", atualmente tão empregado como mote de bandeira para caracterizar uma utilíssima campanha de regeneração.

O nacionalismo entre nós, sem falarmos no jingoísmo ou nativismo estreito, coisa altamente condenável, oferece duas orientações bem distintas. Uns reputam o Brasil por algo novo na história das sociedades humanas, ao passo que outros o julgam um prolongamento das nações latinas, devido à predominância originária do elemento português e ao fato não menos importante de que a imigração tende a concorrer cada vez mais para formação étnica e sociogênica do nosso povo, assimilando-se os teutos, eslavos, sírios e demais elementos mais ou menos estranhos à civilização mediterrânea.

À frente do primeiro grupo pelejou ardorosamente o nosso saudoso Silvio Romero. Estava ele convencido de que o brasileiro é um "produto sextiário de evolução superorgânica", isto é, um tipo já diferenciado e relativamente fixo, resultante da fusão do sangue e de almas de três raças que sabemos. Segundo essa teoria, o legítimo representante do nosso povo será o mestiço, o luso-indio-negróide, quando não antropológicamente assim, constituído, ao menos moral ou fisicamente.

Felizmente, como sempre acontece, há entre os partidários de tais idéias individualidades que valem infinitamente mais do que as suas opiniões. As opiniões afinal nunca dão bem a medida do mérito dos que as professam. São fórmulas comuns, que tanto podem entrar no cérebro de um gênio como no de um tolo, com a diferença, porém, de que um as enriquecerá com o fulgor de sua poderosa personalidade e o outro as reduzirá ao miserável estalão da sua... bem-aventurança.

O segundo grupo, o mais progressista e não menos zeloso da grandeza e da integridade da pátria, ensina que o Brasil representa, acima de tudo, um prolongamento da civilização ibérica, apenas modificada pelo trabalho sociogênico de redução indireta do africano e do aborígene, isto é, por meio de transitória mestiçagem.

Foi esse o ponto de vista de Joaquim Nabuco, o qual dizia pitorescamente, aliás repetindo uma frase de Alberdi, que a civilização latina na América do Sul "pegou de galho". Não foi outra a orientação exposta com admirável relevo pelo Sr. Rui Barbosa em sua famosa conferência de Buenos Aires.

A essa luz o ideal nacionalista torna-se muito mais amplo e a obra de regeneração não irá parar em segundo indianismo ou sertanejismo exclusivista, tão falso e tão artificial como o inefável francesismo da janotaria brasileira ou o pan-americanismo de certos políticos yankeizantes. Porque esse largo descortino, mui fora de mostrar-se intolerante, concilia perfeitamente o culto ao passado com a necessidade indeclinável de mantermos a nossa filiação de povo latino ou, se quiserem, latinizado.

Nesta hora agitada, que atravessa o mundo, de largas migrações humanas e de renovação geral de instituições e costumes, qualquer orientação estreita que dêssemos ao sentimento de patriotismo, nas realizações político-sociais, traria irreparável dano à nacionalidade em labor de integração. Se há de haver algum dia no nosso país um momento em que aos bons cidadãos corra o dever de alargar o âmbito ao amor da pátria, de maneira a confundir-lo quase com o amor da humanidade, eis-nos sem dúvida chegados a esse momento... Porque tudo leva a crer que o movimento aluvial dos advenas, egressos do velho mundo e das velhas opressões secularmente organizadas, tende a crescer prodigiosamente, rumo das nossas plagas. E começaremos então a penetrar no coração do maravilhoso encargo que nos foi cometido pela Providência (para darmos à irresistível, à imensa vaga que nos impele um nome carinhoso e mui aceito à doce piedade dos nossos pais). E começaremos a realizar uma grandiosa inversão do mito de Babel — a tornada dos povos dispersos pela terra ao seio de uma pátria humana, prazo dado universal, onde, ao ritmo cada vez mais apurado da mais rica das línguas latinas, surgirão como num encantamento as novas arquiteruras da sociedade futura...

Essa imagem que aí deixamos com inextinguível entusiasmo, empregada pela primeira vez por um apóstolo da Igreja Católica, em relação ao cristianismo, serve, na sua portentosa beleza — como já o sentiu o nosso nunca assaz elogiado Alberto Torres — de prefigurar os destinos de nossa terra. A nossa pátria, a pátria dos nossos filhos, está mais no futuro do que no passado. Não somos os seus donos exclusivos, sanão os depositários ou guardas, os mistagogos desse templo colossal, destinado às grandes festas do porvir. Assim que, o nosso patriotismo deve fazer ato de humildade, para ser digno da amplitude dos horizontes ideais em cujos remontados esplendores mergulha a rota cultural-histórica dos continuadores da civilização greco-romana.

Somos de ontem. Representamos apenas um trêmulo, um indeciso alvorecer da nacionalidade. Amanhece-nos ainda confusa a consciência dessa larga missão. Mas já podemos pressentir as glórias que estão reservadas às mais remotas gemções que hão de viver e sonhar neste mesmo solo onde nos foi dado nascer e morrer... O nosso mais alto e nobre amor deve encaminhar-se a previver esse futuro de que teremos sido os preparadores e precursores. Pois não é uma alegria rara e grande poder a gente elevar-se acima de seu tempo e, como que por sobre as colinas dos séculos, estender as mãos para os mais afastados habitantes desta terra e dizer-lhes: "Nós, os que primeiro arroteamos estas fantásticas regiões, os súmeres dessa nova Assirobabilônia, tivemos a consciência desse futuro veriginoso de que gozais e, ao percorrermos as vastas solidões do país onde nascemos, sentimos muitas vezes que nos movíamos no recinto

de um templo maravilhoso... Bem sabíamos que grande parte de nós mesmos ia submergir-se no turbilhão ouro-esmeralda do porvir e que de todo o nosso sangue, tradições e ideais apenas uma partícula infinitíssima se salvaria. Contudo lutamos nobremente contra a voragem, para termos o direito de acenar-vos d'aquém séculos e milênios, como os representantes de um passado consciente e que de alguma forma viverá eternamente em vós e nos vossos mais remotos descendentes, embora sobre nós hajam passado as mais assombrosas revoluções, as mais profundas transformações, tudo o que afasta, sepulta e cobre de poeira e esquecimento os fastos e vaidades humanas..."?

É óbvio que semelhante perspectiva não poderá estar ao alcance de todos os raios visuais. Aqueles, porém, que entranhado amor de sua terra e de seu povo sabem aliar um sentimento de larga fraternidade humana, de envolta com uma lucidíssima visão das fatalidades da história e dos ensinamentos da filosofia nada parecerá, acreditarmos, mais remontado, nem mais consolador do que esse modo de amar a pátria na humanidade. E tem ele a virtude de adaptar-se magnificamente ao caso do Brasil. País novo, nacionalidade em primórdios de organização, terra jovem, em plena alvorada, para onde acodem crescentes levas de populações alienígenas, há mister que se lhe conserve essa plasticidade constante, necessária e ininterruptas remodelações e transfigurações étnicas, políticas e sociais, sem perda nem quebra do elo misterioso que, ligando o passado ao futuro, constitui a personalidade superior das agremiações humanas dignas de virem a criar no espaço e no tempo um movimento ascensional da cultura e da civilização.

Assim essa elevada forma de patriotismo nos cêus e a toada embaladora do mavioso cântico dos cânticos de nossa língua, através das grandes realizações conscientes, até que a fraternidade humana, aproximando-se prodigiosamente da realidade, torne possível a reconstrução de uma Babel local, que, no legítimo afã de topetar com as estrelas, não encontre no caminho a maldição de Deus.

"Nada de pior para um povo" — diz A. Fouillée —, "do que a auto-sugestão de sua decadência. A força de repetir que vai cair, toma-se de vertigem e cai realmente. Assim como num campo de batalha a persuasão da derrota torna certa a derrota, assim o desânimo nacional tira aos caracteres a sua força e converte-se como numa obsessão de suicídio. Satisfeitos com repetirem expressões absurdas, como 'fim de uma raça', 'morte de um povo', muitos nada mais fazem do que proclamar sua impotência individual contra o destino que pesa sobre todo um povo e chega a oferecer o aspecto de verdadeira fatalidade física. Mas na realidade essa fatalidade não existe".

Estas palavras de outro vêm muito ao justo caso do nosso país. O desânimo entre nós assume as mais variadas formas. Aqui é jeremiada desoladora, ali ataque impiedoso a tudo o que é nosso, acolá atitude superior e elegantemente descuidosa — mas sempre dasânimo e pessimismo inerte, para não dizermos indiferença e falta de amor à pátria.

Mal que entra a surgir um esforço generoso e transbordante de entusiasmo, acodem logo semeadores de dúvidas a dissolverem a obra começada.

Ainda ia em poucos dias que o nosso grande poeta Bilac lançara o seu grito de alerta, e já se afirmava, por jornais e revistas, que a arrancada ideal só resultaria em festas e discursaria desatada. Esperava-se talvez, com uma candura digna do antigo magismo, que o verbo, apenas pronunciado, tivesse o condão de transformar subitamente um povo, suscitando maravilhas de fazer inveja aos gênios das "Mil e Uma Noites". E como não se operou o prodígio, proclamou-se a falência do poder criador da palavra, pelo menos entre nós, e revigorou-se a convicção de que somos um país de retóricos, incapazes de fazermos outra coisa que não discursos e versos.

Aqui, porém, é que anda grande erro. Os magos não estavam muito longe da verdade quando acreditavam que as palavras eram dotadas de virtudes criadoras e transformadoras. O gesto patriótico de Bilac e de todos os outros que o imitaram há de produzir e já está produzindo realidades. Não são realidades palpáveis, a modo de batalhões aguerridos a desfilar em frente dos nossos olhos assombrados. Mas são realidades bem reais e da bom quilate.

Já se começam a abrir horizontes para os mais vastos problemas que nos interessam e — o que é bastante significativo — não se corre de os agitar muita gente que até há pouco via todas as nossas coisas sob um ângulo demasiadamente utilitário.

Isso indica, sem dúvida, que se passou algo de novo na alma coletiva do país, ou, se quiserem, no espírito do escol. Mas, se houver perseverança, a massa, embora distante e indiferente, acabará por ser conquistada pelas escolas, associações, jornais, revistas e conferências.

Oxalá a nossa verbosidade exuberante enverede sem desfalecimentos para a criação de um ideal comum.

Toda obra de Gustavo Le Bon aí está para mostrar qual é o papel da repetição insistente dos mesmos ideais na formação da consciência de um povo. É preciso repetir anos e anos, com pertinácia obsessora a afirmação de uma necessidade social, para se chegar a obter a convicção generalizada, necessária à sua realização.

Sem uma propaganda duradoura, muito pouco se consegue. A Alemanha de há poucos anos com o seu maravilhoso aparelhamento para a hira, surgiu tal de verdadeira inundação de gazetas, revistas, brochuras, tomos e folios nacionalistas. Alastravam-na toda milhares de associações patrióticas. Não havia pequenina aldeia onde a chama do mais ardente patriotismo não tivesse ido incendiar as imaginações.

Entusiasmo — eis o que havemos mister. Mas entusiasmo durável, a fim de que seja eficaz. E o primeiro passo para vingar-nos ser uma nação decidida a não

desaparecer, está em não pormos em dúvida a nossa capacidade de ação e de resistência. É sabido que uma ilusão vigorosa e continuada acaba por deixar de o ser para converter-se em realidade. Não há nenhuma lei inflexível que nos haja condenado. E é fora de contestação que a vontade humana pode inserir no determinismo universal causas novas, capazes de nos tornarem favoráveis os acontecimentos e de dissociarem supostas fatalidades. Por que então havíamos de desfalecer?

Antes, temos o dever de ir por diante, de amontoarmos palavras sobre palavras, até ferirem nas estrelas, a ver se dessa babel de discursos, artigos e conferências sairá algo de proveito. E sairá, podemos estar certos. Ficará quando méhos sentimento profundo de solidariedade nacional e de confiança em nós mesmos.

O resto virá de si mesmo, a seu tempo. O dia em que, em cada município; ao invés de duas ou três sociedades dançantes, recreativas ou musicais, houver uma associação patriótica, sem intuítos partidários nem politiquieiros; quando os governos entrarem a sentir sobre si o dihar julgador de homens agrupados em torno de um ideal —, então começará para o Brasil uma nova era.

Mas para chegarmos a esse ponto, é necessário provocarmos a união de todos os brasileiros. E como provocá-la, senão por meio de uma propaganda tenaz? Não será certamente a poder de decretos e de reformas prematuras.

A ação há de partir do escol, da "elite" (como amam dizer os amigos de barbarismos elegantes), para descer gradualmente, com a instrução, até as mais baixas camadas sociais.

Dir-se-á porventura que o movimento, em semelhante hipótese, se circunscreverá a pequenino âmbito, visto como o país é quase todo analfabeto. Mas não vemos outro meio de dissipar a espessura das trevas, senão acendendo grandes lumes nos visos mais elevados.

Bom era que, em lugar de conjecturas tímidas e sugeridas do egoísmo e indolência, avaliáramos como que por via de paralaxes a grandeza dos nossos destinos, como já o fizemos sentir nos capítulos anteriores. Quem sabe se a visão de futuro recuado nos daria algum alento para o combate... E já que nos acudiu imagem astronômica, seja-nos lícito juntar uma outra.

Humboldt, no intuito de desfazer a impressão de imobilidade que nos dá a abóbada sideral, supõe, em largo surto de imaginação, que de repente, transformadas as sensações de duração, nos achamos dotados da faculdade de comprimir em rápidos instantes os maiores intervalos de tempo. E para logo nos mostra a vida agitada e turbilhonante das constelações, a deslocarem-se, a agruparem-se e a separarem-se nascendo e morrendo como floração noturna, com incessante renovação dos aspectos grandiosos e pitorescos dos espaços celestes.

Ora, aproveitando a magnífica fantasia, imaginemos que os períodos de existência das nações, relâmpagos de tão fugazes se comparados a épocas astronômicas, mas imensos para uma existência humana individual, se tornam súbito em minutos e segundos. E, tirando logicamente as conseqüências do estado atual de nossa terra, que outra coisa veremos senão o sul germanizado desprendendo-se do resto do país, ao mesmo passo que o litoral remanescente, tutelado pelos Estados Unidos, se irá por sua vez seprando dos sertões, onde se esvairá porventura o último respiro de nossa história agonizante... Será como se assistiramos a fragmentação de um mundo. O eixo da civilização ter-se-á talvez deslocado para a América, mas assentando sobre as ruínas de tudo o que houver sido a nossa pobre pátria sacrificada. Pois se a desagregação já se começa a senôr desde os nossos dias.

Mas apressemos-nos em afastar o espetáculo insuportável. Suponhamos, ao contrário, que a nossa ação e, o nosso entusiasmo intervieram perserverantemente na trama dos acontecimentos. E eis que as transformações imaginadas se mudam em nptose. A grande missão cultural-histórica que Silvio Romero previa para o Brasil, aparecer-nos-á em toda a sua grandeza. Veremos povoarem-se as vastas regiões desabitadas por correntes imigratórias inteligentemente distribuídas por todas as zonas e dosadas de acordo com a nossa capacidade de assimilação, que se irá revigorando ao influxo de crescente vontade de viver e triunfar. Suprimido aos poucos o mal anquilosador do deserto, cortado o país de estradas de ferro construídas sem menoscabo das possíveis necessidades estratégicas, difundido o ensino e organizadas as forças de terra e mar — a nação entrará a adquirir consciência do papel maravilhoso que lhe cabe realizar na história universal. Compreenderá que a decadência latina era uma fábula sociológica e que a esplêndida alma do Mediterrâneo estava fadada a renascer aquém-Atlântico. E assumirá o encargo soberano de promover a união dos povos sul-americanos em um imenso bloco de resistência a todos os Imperialismos, seja europeu, ianque ou... asiático. Porque não nos devemos esquecer que os Andes não separam duas culturas diversas e que todos os povos legatários da herança latina se devem solidariedade nessa vertiginosa missão... Do lado do Pacífico como do Atlântico é o mesmo sonho greco-romano que ainda brilha, transfigurado à luz do novo continente. Somente unidos e conscientes dos mesmos destinos superiores, os povos sul-americanos poderão opor ao espírito tudesco e às aspirações megalômanas de Jefferson, de Wal Whitmann e de Monroe, intransponíveis barreiras, continuando com galhardia, como muito bem diz G. Calderon, "a luta da cidade latina contra os bárbaros, da Renascença contra a Reforma", do princípio da lei consentida contra os endeusamentos da força...

É, porém, tempo de colhermos as velas. Como no despertar do sonho de Humboldt, caímos que o céu está imóvel. Nenhuma estrela mudou de lugar. Lá jazem as luminárias simbólicas no azul cortado pela via láctea "Ordem e Progresso". Nem sombra de mudanças...

Costuma-se dizer que o Brasil não tem ainda uma alma coletiva.

Tal proposição, que aliás tem sido afirmada por quantos voltam a atenção para este assunto, não deve ser tomada em sentido absoluto. Se entendermos por alma coletiva, não uma resultante da unidade de raça nem tampouco a fixação multissecular e quase irredutível de caracteres hereditários, mas certa comunhão de sentimentos, de idéias, de crenças e de interesses, não podemos negar que o nosso país não possua ao menos os dados imediatos para a formação dessa realidade psicológica donde resulta a existência de uma verdadeira nacionalidade.

Não atingimos, em nossa curta história, homogeneidade racial que nos dê direito a nos considerarmos desde já dotados de uma consciência comum, dignidade que Gustavo Le Bon denega à Alemanha, à Itália, aos Estados Unidos, e à mesma França não concede sem algumas restrições, pois a seu ver, só a Inglaterra oferece atualmente a forma típica da mais perfeita fusão que ainda lograram povos de origens diversas.

Basta, porém, o fato de falarmos a mesma língua, termos o mesmo culto, as mesmas instituições, costumes e convenções, para nos julgarmos possuidores de um esboço, quando menos, de alma coletiva.

Pois bem, essa alma, mal delineada, devido à heterogeneidade nos legados ancestrais, está ameaçada de nunca chegar a constituir-se, de dissolver-se completamente pela ação corrosiva dos novos elementos étnicos que nos vêm com as correntes imigratórias.

Que havemos de fazer? Fechar as portas ao estrangeiro, dificultar a vinda de povoadores alienígenas, como aconselham alguns dos nossos escritores?

Entendemos que não. Tal retraimento mais depressa nos levaria à ruína e do desaparecimento do que uma tumultuosa invasão de estrangeiros. Já mui advertidamente observou Euclides da Cunha: "Estamos condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos".

Ora, civilizar-mos e progredirmos importa em povoarmos a imensa vastidão, quase deserta, do nosso país, programa esse cuja execução não se poderia resumir na obediência a um conhecido texto do começo do Gênesis. Havemos de acompanhar a marcha velocíssima dos demais povos, sob pena de sermos varridos por essa "força motriz da História" de que fala Gumplowicz e cujas primeiras manifestações no esmagar as nossas sub-raças foram admiravelmente assinaladas pelo autor de *Os Sertões*.

"A humanidade inteira", — diz Bergson imaginosa e —, "é um imenso exército, que galopa em torno de nós, rodeando-nos por todos os lados, num arremesso formidável, capaz de levar de vencida todas as resistências".

Loucura seria e das mais rematadas o querermos conservar em redoma tudo o que se nos afigura genuinamente brasileiro. Salvemos o que pudermos, na corrida

vertiginosa, mas sem detenções prejudiciais. Dói-nos, certo, vermos cair dilacerados pelo caminho, farrapos do nosso passado, irem-se porções de nossa alma, diluírem-se tradições queridas e figuras familiares. Mas não há parar nem retrogradar. Um passo em falso, um instante de saudade ou de cansaço, e eis-nos ultrapassados e avassalados por outros mais expeditos e bem avisados. Longe de nós todo nativismo estreito, que nos poderia ser fatal. A única resistência eficaz está em aceitarmos corajosamente a luta com os elementos perturbadores da nossa unidade, no sentido de lhes impormos o ritmo de nossa vida, de nacionalizá-los, fazendo-nos participar da nossa língua, dos nossos sentimentos e tradições. Assim conseguiremos transformar-nos e transformá-los, sem perda da parte de fixidez necessária à conservação da mesma individualidade moral.

Mas a luta não é mais duvidosa. Já é um fato. E a alma em esboço da pátria, num movimento instintivo de conservação, começa a defender-se...

Tal é a significação da atual campanha nacionalista.

O problema do "ser ou não ser" nacional brasileiro já vinha de há muito formulando-se aterroradamente em obras literárias e em obras de combate. Basta lembrar os nomes de Tobias Barrero, Silvio Romero, Taunay, Euclides da Cunha, Afonso Arinos e de tantos outros, que aí estão ainda em ardente atividade, para nos capacitarmos de que tal movimento corresponde a grande necessidade social.

Aqui acodem os eternos pessimistas a perguntarem, com um sortiso de incredulidade, queloutro efeito terá uma tal campanha de literatos e jornalistas a não ser aumentar o nosso pendor, tão malsinado, para a retórica enfatuada e discursiva rasgada... E levarão talvez a sua curiosidade irônica até indagarem acerca do programa da nova cruzada.

Programa... A nosso ver, o movimento regenerador não precisa de ter minuciosos programas, mas sim um escopo, um fim bem consciente, que se reduz a "procurarmos criar entre nós uma sensibilidade patriótica".

É justamente o contrário da vã retórica de que até hoje nós temos alimentado. Devemos querer que o espírito de nacionalidade se torne, por assim dizermos, o ambiente onde evoluçarmos, o ar que respiramos, o esplendor generalizado da nossa vida coletiva. É necessário que esse sentimento passe do domínio superficial das palavras para as regiões profundas da subconsciência, se integre na nossa psicologia e nos reflexos da nossa raça. O dia em que obtivermos que o amor à pátria, entre nós, se converta em realidade veemente, numa forma da sensibilidade, então nossa força assimiladora terá crescido tanto que não teremos mais razão de temer a copiosa entrada dos novos elementos étnicos trazidos pela imigração. E ao mesmo passo vingaremos obter os governos ideais por que suspiramos. Pois os governos são emanção da própria sociedade e a paixão cívica, difundida por todas as classes,

constitui como que a pressão atmosférica indispensável à vida dos organismos naturais e ao regular funcionamento das administrações públicas.

Quando começou a ressurgir o espírito nacional na Alemanha, Henrique Heine, que, como já advertimos há pouco, era judeu e estimava pouco a pátria germânica, desfechou contra ele os mais terríveis dados de sua destrutiva ironia. Era tal, porém, o ardor, a paixão, o entusiasmo que dominava a mocidade, que o riso dissolvente de um dos maiores humoristas que ainda houve, nenhum efeito produziu. O idealismo criador chegou a termos de misturar o sentimento de pátria e nacionalidade às mais remotas indagações metafísicas. Hegel e outros filósofos, no mais intrincado de seus sistemas, não perdiam de vista a preocupação dominante de elevar a Alemanha. Debalde o endiabrado autor de "Reisebilder" os procurava ridicularizar. A consciência do ridículo não pode ter lugar quando se trata de um povo forte e resolvido a vencer.

Na França, onde ação dissolvente da ironia, o vírus revolucionário, o espírito de cosmopolitismo e o individualismo exagerado andavam em competência sobre qual minaria mais os fundamentos da nacionalidade, um místico sutilíssimo – Maurício Barres – pôde subordinar a uma violenta sensibilidade patriótica as mais extravagantes visões de um simbolismo imensamente mórbido. E, ao invés de ser tido por um não-valor, foi e é, de consentimento geral, uma das maiores forças de resistência contra a dissolução.

Não cremos, por isso, que sejam para condenar ainda os exageros sentimentais. Bem lançadas as contas, todo patriotismo pode ser classificado de sentimentalismo e, conforme o caso, de nevrose ou de loucura. Razão havia, porém, aquele genial Erasmo, quando escreveu esta frase estupenda: – À medida que a loucura se afasta dos homens, também deles se retira a vida.

Fouillée, em sua obra *A Democracia*, lançou em 1910 um admirável requerimento contra a falsa política contemporânea esteiada no triunfo da quantidade bruta ou do número, em prejuízo do aspecto orgânico ou qualitativo da sociedade. Na mesma ordem de idéias abundam Faguet e De Greef. Ninguém, porém, foi nesse particular mais alto nem mais longe do que um grande patricio nosso, o genial Alberto Torres, a quem muito quadraria subscrever aquelas belas palavras de Guyau: "O pensamento é em mim tão largo como o amor".

Tudo o que Ingenieros aponta, como surpreendente manifestação de "uma nova filosofia política", já o sociólogo brasileiro, em sua *Organização Nacional*, havia de há muito não só sonhado, senão lançado ousadamente como projeto de uma imediata revisão da nossa Constituição federal. Com essa arrojada e magnífica reforma propunha-se "realizar, com a maior perfeição possível, o ideal do sistema representativo, já no ponto de vista da delegação do mandato, já no da representação dos interesses e das idéias", mediante substituição das "agregações puramente numéri-

cas, heterogêneas e incolores a que estão hoje reduzidos os partidos políticos" por eleitorados – para assim dizermos – tecnicamente organizados.

Não pretendemos de modo algum avançar que o projeto Torres deveria ser adotado integralmente pelos nossos legisladores. A sua obra, por ser positivamente genial, revela as falhas e desequilíbrios peculiares aos espíritos originais, desassombrados bandeirantes de novos ideais. Isso, todavia, não tolhe afirmar e salientar com insistência que no plano de organização aconselhado calorosamente pelo nosso conterrâneo há o espírito criador, o sopro fecundo que varre os mais altos cumes do pensamento moderno. Se quisermos ser um povo à altura da hora agitada que atravessa o mundo não temos necessidade de ir pedir a estrangeiros lições requentadas e máximas em vigésima dinamização homeopática. Aqui temos no nosso país, para nosso legítimo orgulho e ufania, gigantes admiráveis, de quem infelizmente se corre certo esnobismo *simiesco* muito comum entre nós.

O Conselho Nacional lembrado por Alberto Torres pode-se comparar à alta Câmara selecionada de que falam Fouillée e Faguet. Representa justamente a aplicação do sistema representativo funcional que mereceu ao escritor argentino tão rasgados encômios. Mas não foi somente neste terreno que o nosso patricio se antecipou aos mais arrojados remodeladores das sociedades humanas em nossos tempos. Há em seus trabalhos maiores avanços para o futuro. Baste-nos assinalar que em seu projeto de reforma constitucional lêem-se os seguintes artigos: "Todo cidadão tem direito aos meios de trabalho, de educação e de cultura", e este outro: "Todo cidadão tem o dever de trabalhar, não podendo praticar atos da vida política e civil o que não exercer uma profissão. Não se considera exercício de profissão (medite-se isto) a simples administração de bens de qualquer natureza, como capitalista"...

Mas não estão aí nessas singelas disposições as mais altas normas da justiça distributiva? Verdadeiramente que nos deve encher de imenso entusiasmo o ver como um pensador da nossa terra, nosso patricio, com uma simplicidade de demiurgo e um patriotismo dos mais esclarecidos e remontados pretendeu impelir suavemente o nosso país para a nova organização econômica e política da humanidade, no que ela tem de fatal, e isto sem comoções nem sangueiras inúteis.

Porque há na orientação socialista uma parte perfeitamente realizável e que não deve repugnar aos povos mais cultos, contanto que se extreme das utopias anárquicas do comunismo radical. Resume-se ela em tender para uma tal ou qual socialização dos meios e instrumentos de trabalho e procurar organizá-lo – "generalizando-o". Tal programa nada tem de subversivo. Muito ao contrário, corresponde aos mais nobres reclamos da justiça distributiva, que há de ser a coroa e o esplendor de suas outras modalidades. E não há hoje coração bem nascido nem espírito claro que, ante a violência dos contrastes e desigualdades econômicas, não se elevem a sonhar com uma mais harmoniosa aproximação da solidariedade humana.

Alberto Torres não podia fugir a esse ímpeto generoso, mesmo porque dele se podia dizer com rigorosa justiça o que Brioux disse de Guyau: "Porque ele viveu há na humanidade um pouco mais de piedade e de amor". E aí está o que o levou a ter a candura genial de querer substituir a nossa Magna Carta por uma outra que, uma vez realizada em seu espírito e linhas gerais, nos poria de golpe, nesse particular, à frente dos povos mais cultos do mundo.

Oxalá esse sonho de gigante comece a alvorecer pacificamente nos mais altos e fulgidos horizontes de nossa consciência coletiva<sup>42</sup>.

42. Do livro *Sonho de Gigante*, ed. Monteiro Lobato & Cia., 1922.

## Finanças Nacionais

*Nuno Pinheiro*

### *Câmbio*

A depressão cambial dos últimos anos força naturalmente a comparação com períodos anteriores de nossa história, para apreciarmos as circunstâncias determinantes do fenômeno em uma e outra época.

A taxa cambial é um índice de muito valor para estudo da situação econômica do país. É um termômetro de seu estado orgânico, indicando a normalidade ou os graus extraordinários de sua situação mórbida.

Não deixam de ser perigosas, entretanto, as comparações em matéria de economia política, quando se trata de estabelecer a relação entre dois períodos distintos de tempo em um determinado país, sobretudo se incautamente se tem em vista um elemento unilateral de uma extraordinária complexidade, como é a taxa cambial, que obedece as variadas correntes de fatores múltiplos, alguns dos quais, às vezes, desconhecidos ou imponderáveis.

No regime anterior, saímos do câmbio a 27, em 1834, para descer a 17 em 1867, tempo da guerra com o Paraguai. Iniciando a subida logo após, atingimos de novo 27 em 1874. Fomos a 18 em 1883, mas em 1889, a República recebia o câmbio nas proximidades de 27, ao par.

O novo regime, com as agitações e dificuldades do primeiro decênio, precipitou o câmbio a 6, e elevou-o penosamente a 16, entre os anos de 1905 e 1912. Descemos a 11 em 1915 e subimos a 14 em 1919. A queda acentuada nos últimos anos, teve sua expressão na taxa mínima de 4 3/8 em 1923.

A taxa cambial mais baixa da monarquia foi a de 17, explicada pela guerra com o Paraguai, na qual enterramos homens e dinheiro, perturbando a marcha regular da existência nacional.



Na República, os extremos da baixa se caracterizam com o câmbio a 6 em 1898 e o câmbio a 4 em 1923.

1898 foi o último período do governo Prudente de Moraes que, desde 1895, vinha com o câmbio em declive de 9 até 6. Foi o ápice da crise. Fizemos, então, o primeiro *funding-loan*, preparado por Bernardino de Campos, ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, e executado por Campos Sales e Murtinho.

Nos primeiros dias de maio de 1898, aportava a esta capital o Sr. Tootal, representante dos banqueiros ingleses, para ajustar com o governo as bases do contrato do *funding*. Esse emissário cruzara na viagem com Campos Sales, que daqui partira a 19 de abril de 1898, com credenciais do governo brasileiro para discutir o contrato. Não se encontraram, mas as combinações continuaram com a assistência dos dois representantes, Tootal no Rio e Campos Sales em Londres, até que a 15 de junho de 1898 se lavrava o contrato definitivo.

A crise de 1898 foi retratada a vivas cores nos relatórios de Bernardino de Campos, que rijamente a enfrentara. A primeira página da introdução do seu relatório de 1898 é uma descrição fulgurante da crise. Em 20 períodos seguidos, de admirável concisão, Bernardino de Campos corre toda a série de elementos que culminaram em sua administração nas mais pavorosas perturbações financeiras: má organização econômica decorrente da emancipação civil; agitações políticas; circulação irregular e viciosa; crise da produção; defeitos do regime tributário assentado em moeda instável; falta de entrada de capitais estrangeiros, prevalecendo antes a tendência emigratória; remessa para o exterior da renda dos capitais e dos operários; despesas enormes; lutas e revoltas anteriores; *deficit* orçamentário; questões diplomáticas irritantes; alta excepcional do ágio do ouro; indisciplina social e incompreensão do dever cívico; especulações de câmbio e de Bolsa; paralisação dos negócios, retração do crédito e do numerário, escassez de recursos; liquidação de empresas desastrosas resultantes do período anterior de aventuras. Todos esses elementos, dizia Bernardino de Campos, associando a sua ação, compuseram o estado aflitivo do país durante os últimos anos, constituindo uma crise permanente.

Campos Sales recebeu o país nas agonias dessa crise, com o benefício do contrato do *funding*, apoiado em cujos fundamentos pôde Murtinho levantar o edifício da reconstrução econômica e financeira, levando o câmbio a 12. Rodrigues Alves, com Leopoldo Bulhões, levantou-o, em poucos anos, a 16, não obstante ter feito uma administração de grandes empreendimentos materiais.

As curvas extremas do câmbio, que se defrontam no período republicano, são as de 1898 e 1923.

Não podemos, entretanto, somente pelo decalque da taxa cambial, concluir pela semelhança ou igualdade do período anual com o da crise de 1898.

São outros os elementos em jogo. Em 1898, o país sofria uma grave crise interna, convalescendo das agitações intestinas, conseqüentes da revolução republicana. Fazia-se a pacificação dos espíritos, ao mesmo tempo que se padecia dos desequilíbrios que as lutas armadas haviam trazido ao desenvolvimento e à produção econômica do país.

Em 1923, convalescíamos igualmente de agitações políticas e militares anteriores. Tínhamos, porém, além disso, agravado o nosso passivo e sofriamos, como ainda sofremos, da pressão da grande crise externa e mundial, conseqüente da conflagração.

Por isso, o atual Sr. ministro da Fazenda não teve dúvidas, na sua exposição de 30 de novembro de 1922, em reputar como muito mais grave a situação financeira presente, e, portanto, merecedora de providências ainda mais prontas e severas. "A situação Campos Sales", - disse o Sr. ministro da Fazenda - "tinha diante de si um *funding* de nove milhões esterlinos. Nós temos esse e mais um *funding* de quatorze milhões de libras, com os mercados monetários praticamente fechados, um serviço de dívida pública que devora mais de trezentos mil contos de réis, dívida flutuante superior a setecentos mil contos de réis, e, ao lado disso, uma arrecadação de renda que, dia a dia, mais emperra e falha, a brandar por imediatas providências reformadoras".

Entre 1898 e 1923, apesar da política financeira rigorosa do primeiro decênio após o *funding*, medei-se anos de imprevidência, agravados hoje pela crise externa.

O segundo *funding* de 1914 foi impotente para nos abrir os olhos. Para que não se repita o terceiro *funding*, como tudo está, felizmente, a indicar, devemos reagir, enquanto temos três anos diante de nós. Congresso, Executivo, Povo - reúnam-se todas as energias nacionais, para livrarmo-nos da extrema curva cambial e enfrentarmos os pagamentos em 1927.

Entre a Missão Tootal, em 1898, e a Missão Montagu, em 1924, há uma grande diferença. A primeira chegou na hora da agonia e fez o seu ofício. A segunda, porém, chega em tempo de estimular as atividades públicas e particulares do país, armando-nos de confiança e de vitalidade para o futuro.

Saibamos seguir à risca os ensinamentos da experiência inglesa e tenhamos 1927 como um termo de honra e de dignidade nacional, para levantarmos a moratória que, há mais de 20 anos, pesa sobre o crédito do Brasil no exterior.

### Dívida Externa

A amortização da dívida pública foi uma das belas e tentadoras promessas da República, pela "boca de ouro" de Rui Barbosa, no seu deslumbrante Relatório da Fazenda de 1891.

O sistema da perpetuação da dívida nacional, dizia o grande ministro, é uma das tradições de influência mais sutil e perigosa contra o princípio fundamental da democracia, o governo real do povo pelo povo. Os países exemplarmente republicanos sobressaem como tipos do sentimento hostil a essa política financeira.

Na Suíça, as proporções da dívida pública são minúsculas, quer a consideremos em si mesma, quer na sua relação para com o número de seus habitantes e o valor da sua riqueza. Nos Estados Unidos, terminava o primeiro ministro da Fazenda da República, a amortização tem-se praticado com portentosa energia e celeridade vertiginosa.

Rui Barbosa desenvolvia a sua tese, em um capítulo sobre a amortização e a conversão da dívida, pondo diante de nós os exemplos magníficos das duas democracias modelos - a Suíça e os Estados Unidos.

Coube ao visconde de Ouro Preto, figura majestosa e imponente de varão de Plutarco, levantar a luva em nome do regime decaído e defender as finanças do Império contra a crítica impiedosa de Rui Barbosa. O estadista imperial, na segunda edição, em 1902, da *Década Republicana*, analisou o primeiro decênio do novo regime e pôde responder com rigor, opondo a regularidade financeira da Monarquia aos desmantelos desses primeiros dez anos, a "via crucis" da Nova República, terminada com o *funding* de 1898. Ouro Preto escalpelara o contrato da moratória, com que Prudente de Moraes obtivera a suspensão da amortização dos empréstimos externos.

A ironia superior do visconde de Ouro Preto encontrava nos primeiros passos do novo regime erros bem fartos para alimento de sua causticidade, e, se ressuscitasse, por um milagre ainda nos encontraria, hoje, às voltas com o problema da dívida externa.

Pelo relatório de Rui Barbosa, a importância dos compromissos do Brasil no exterior, em 1889, subia, aproximadamente, a Lb. 30.321.200. Temos feito crescer incessantemente essa cifra na República. Em 1900 montava a nossa dívida externa a Lb. 41.008.576. Em 1910, tínhamos duplicado, atingíamos a Lb. 86.847.000. Em 1920, estávamos em Lb. 115.926.000. Em 1923, beirávamos por Lb. 130.099.000 sem contar o empréstimo de Lb. 9.000.000 do café, hoje resgatado.

O aumento da dívida, como das despesas das nações é um fenômeno comum, apreciado em todos os tratados de finanças, e filiado a estas ou aquelas causas de ordem econômica, financeira, histórica ou política.

O aumento da nossa dívida externa, porém, constitui hoje, um sério problema nacional, porque, pelo *funding* de 1898, renovado em 1914, confessamos aos nossos credores a incapacidade financeira em que nos achávamos de continuar os pagamentos normais da amortização da dívida, segundo os termos dos contratos respectivos de empréstimos.

Essa situação tem abalado o nosso crédito no exterior e não precisamos de outras razões para nos convenceremos de que urge a aplicação de um enérgico programa financeiro, que venha permitir ao Brasil retomar os seus pagamentos em 1927, suspendendo-se o regime da moratória instituído pelo *funding* de 1898.

De um modo geral, se pode dizer que temos aplicado convenientemente os dinheiros tomados de empréstimo ao credor externo. Não há motivo para acusações. O país tem, no período republicano, acelerado o seu surto de expansão, desenvolvendo impetuosamente as suas forças, em iniciativas arrojadas e eficazes.

Chegamos, porém, a um ponto de saturação, em nossa dívida externa. É preciso usarmos de uma terapêutica adequada, para evitarmos males maiores ou a paralisia de movimentos. Já em 1914, foi em vão o apelo do ministro da Fazenda Rivadávia Corrêa à praça de Londres. Fecharam-nos a porta, ou foram tão duras as condições impostas que seria ignomínia sua aceitação. A Argentina acaba de ver fracassada a tentativa de um grande empréstimo nos Estados Unidos. Vemos como estão a arder as barbas do vizinho... Acautelemo-nos...

Temos aumentado nossa dívida, sem cuidarmos de sua amortização. Em cem anos de independência, temos contraído empréstimos externos no valor de 137 milhões. Destes só resgatamos, até hoje, uma ninharia de 29 milhões de libras!... Bem insignificante o esforço do resgate, e é isso exatamente que deprecia o nosso crédito.

A nossa dívida atual externa de 130 milhões de libras, dos quais 102 milhões à Inglaterra, não é de assombrar. O país comporta o peso dessa cifra. O perigo é a atonia do sistema de amortização, em que infelizmente temos-nos entorpecido. Com um método regular de amortização, poderíamos, em cem anos, ter pedido ao estrangeiro importância dez ou cem vezes superior a esta, sem que nos desamparasse a confiança das praças de Londres ou Nova Iorque.

O crédito público não difere aqui do crédito particular em um banco. A firma que paga no vencimento as suas promissórias, tem renovado sempre seu crédito nos estabelecimentos bancários. Se, porém, falta aos prazos, reforma letras, pede demora, consolida com o penhor ou a hipoteca - está então irremediavelmente perdida. O banco lhe fechará as facilidades de dinheiro.

O *funding* de 1898 poderia ser justificado. Eram as feridas da revolução e da mudança das instituições políticas, que estavam a sangrar. Não "deveríamos" tê-lo renovado em 1914. Em 1927 havemos de retomar a amortização, porque desejamos sincera e patrioticamente levantar o nome do Brasil no exterior.

A dívida externa dos estados do Brasil é calculada em Lb. 43.000.000; a dos municípios em Lb. 24.000.000. Somadas à da União, perfaz-se mais ou menos, a dívida global externa do país em Lb. 200.000.000.

O nosso tormento é o câmbio; porque, fazendo-se em ouro o serviço dessa dívida, temos de efetuar os pagamentos com papel desvalorizado: o que nos custa 200 com o câmbio a 12, custará 300 com o câmbio a 6, ou somente 100 com o câmbio a 18. O programa financeiro, que nos levar em 1927, à suspensão da moratória, dar-nos-á, ao mesmo tempo, taxas cambiais mais favoráveis porque os problemas do crédito externo e da valorização do meio circulante se entrelaçam de modo notável.

Brasileiros de hoje, sofremos até aqui um triste labéu: somos a "geração da moratória". Devemos redimir nosso nome em 1927, realizando a vitória para figurarmos com brilho na história financeira, como a geração do ressurgimento do crédito do Brasil no exterior.

### *Dívida Interna*

Na orientação financeira do Império, acusara Rui Barbosa com uma formidável rudeza no seu relatório de 1891, os pontos cardeais eram o "empréstimo", o "imposto" e o "papel-moeda".

Dissecando a política dos empréstimos da Monarquia, tinha palavras de assombro ante as cifras da dívida interna fundada, que se elevava de 5 mil contos, em 1827, a 542 mil contos em 1889. A elevação anual se processara incansavelmente, sem que quase nada se fizesse pelo resgate dessa dívida.

No primeiro decênio da República, tivemos cautela na emissão de apólices: em 1910 a nossa dívida interna era de 547 mil contos de réis. No segundo decênio, porém, vieram se avolumando as emissões: em 1918 atingíamos um milhão de contos de réis. Em dezembro de 1923 alcançamos a cifra de um milhão e setecentos mil contos.

Nos últimos vinte anos, elevamos ao quádruplo as nossas emissões de apólices, abusando abertamente do crédito público interno.

Algumas administrações, fugindo do papel-moeda, têm recorrido às apólices internas. Temos emitido em massa títulos da dívida pública, já depreciados na cotação da praça, para pagamento de dívidas dos credores do Tesouro. Outras administrações têm emitido por todos os modos, acendendo a vela do nosso crédito público pelos dois pavios: papel-moeda e empréstimos.

O expediente de pagar dívidas do Tesouro com apólices depreciadas é fator poderoso da desvalorização dos títulos.

Financistas dos mais reputados, entre nós, sustentam que o país suporta, sem dificuldades, a emissão de cinquenta ou cem mil contos em apólices anualmente. Essa determinação de valor é, ao nosso ver, muito arbitraria e de todo empírica. O

termômetro verdadeiro de nossa capacidade para receber as emissões de apólices da dívida interna é a sua cotação na praça e a facilidade ou dificuldade da colocação dos títulos, por ocasião do levantamento do empréstimo.

A situação atual, por exemplo, dificilmente comporta a emissão de um empréstimo interno. Os títulos estão em cotações ínfimas na praça e, certamente, o governo teria dificuldade em fazer circular esses títulos. Os bancos, que são geralmente os intermediários na disseminação das apólices, se negariam provavelmente a receber títulos que seriam pesados em suas carteiras, pela dificuldade de saída.

O sistema econômico do crédito público encontra, por esta forma, no seu natural funcionamento, as peças com que se advertem aos poderes públicos da necessidade de suspender o recurso ao empréstimo interno. O governo cessa de apelar pela confiança da praça, porque esta fica surda às solicitações, a menos que não se ofereçam na emissão dos novos empréstimos vantagens tentadoras de taxa de juros conjugadas com a desvalorização, que transformem os novos títulos em papéis privilegiados para rendimento.

Chegado ao ponto de saturação do crédito interno, é, porém, perigoso insistir. A emissão de títulos tentadores é arma contra o próprio governo emissor, porque desequilibra a massa das apólices dos antigos empréstimos, depreciando-as ainda mais, e põe a nu as necessidades inadiáveis do Tesouro público.

Nessa emergência financeira, é preferível deixar operar o fator "tempo", que ainda e sempre é o melhor meio para fazer reverdecer os ramos e amadurecer os frutos da árvore do crédito dos Tesouros abalados.

O empréstimo forçado, ao qual recorreram algumas pequenas nações depois da guerra, não figura, felizmente, em nossa história financeira. Na Grécia, há dois anos, operou-se um empréstimo forçado, com o expediente do corte, pelo meio da nota emitida, que valeria exatamente a metade do seu valor, recebendo o interessado em títulos de longo prazo a outra metade desse valor, o empréstimo forçado é despotismo financeiro em época de calamidade pública.

A dívida interna avolumada é um duende para os ministros da Fazenda. É o compromisso de seu pagamento agravado pelo desespero de ter diante de si, seca e morta por algum tempo, uma preciosa fonte de recursos. Sendo dívida "consolidada", não é um pesadelo premente, porque dá tempo para seu pagamento. Como os prazos para o crédito das nações atravessam, às vezes, gerações e gerações, pode o ministro da Fazenda descansar em certos casos, livre da obrigação de enfrentar uma dívida que terá de estotirar nas mãos dos seus descendentes em quarta ou quinta geração.

O verdadeiro pavor do ministro da Fazenda não é tanto a dívida interna ou externa, que se acham consolidadas, em um regime, por conseguinte, de moratória legítima. A dívida consolidada não pede urgência. Já a ironia boêmia de Paula Nei fundara o seu regime financeiro com este programa edificante; contrair sempre dívidas novas, consolidando as antigas... É a política dos países de finanças avariadas, desde que aplicam mal os empréstimos, abusam do crédito, não resgatam, não amortizam.

A dívida consolidada não mete medo. A dívida que dá insônia aos ministros da Fazenda é a dívida flutuante. Esta é premente, urgentíssima, inadiável, exigente e feroz. O Tesouro tem necessidade de atender aos pagamentos diários e a dívida flutuante exige também pagamentos imediatos, com juros altos e prazos curtos.

Em 1889, a República encontrou uma dívida flutuante de 60 mil contos de réis. Em 1923, a administração atual acusava uma dívida flutuante de um milhão de contos de réis, e, ao avaliar a gravidade da situação financeira, dava a esta dívida um grande peso na balança. É um problema premente, dizia o Sr. ministro da Fazenda na sua mensagem de 30 de novembro de 1922. E acrescentava: "Não podemos ter tranquilidade para administrar com semelhante encargo sobre os ombros. É um monólito formidável que pesa e tolhe todos os movimentos da máquina administrativa".

A dívida flutuante, originariamente, é quase sempre interna. Pode se converter em externa ou interna, conforme o processo de sua consolidação. Nasce de compromissos urgentes a que o Tesouro teve de fazer face, sem que houvesse arrecadação suficiente, ou para o qual o Congresso não tivesse concedido recursos. Os déficits orçamentários redundam igualmente em dívidas flutuantes ao fim de cada exercício.

Na dívida pública há muitos princípios que não se compadecem com as regras do crédito particular. Em matéria financeira, há a moral pública e a moral privada. A ética das nações é diferente, neste assunto, da dos indivíduos.

Variam os prazos, a forma dos compromissos, o tecido dos contratos. Há um ponto de coincidência, porém, em que ambos se encontram inelutavelmente: a regularidade dos pagamentos. Os indivíduos, como as nações, que não satisfazem seus compromissos pecuniários, cavam sua própria ruína. Deve ser banida a política dos expedientes. Só o trabalho dá riqueza, faz a saúde física e moral dos povos, e paga as suas dívidas.

### *Papel-moeda*

Uma controvérsia perene versa, entre nós, sobre a influência que exerce a massa do papel-moeda em circulação sobre as taxas cambiais.

Os antipapelistas atribuem o câmbio baixo ao excesso do papel-moeda em circulação. Os papelistas sustentam que esse fator não é a causa motriz das taxas cambiais aviltadas.

Essas correntes se colocam em pontos de vista extremados, a que são conduzidas pela paixão doutrinária. Fácil, porém, é o meio de harmonizá-las com a declaração de uma verdade que ambas são obrigadas a aceitar porque vem atestada pelos fatos. Basta excluirmos uma proposição radical: o papel-moeda é o fator exclusivo do câmbio. Em vez dessa, admitamos sem discrepância esta outra: o papel-moeda é o mais poderoso fator do câmbio.

Papelistas e antipapelistas não podem negar a influência que uma grande circulação de papel exerce sobre o câmbio, deprimindo-o na proporção de sua quantidade excessiva.

Só os papelistas desabusados, que não merecem lugar na ciência financeira, podem hoje sustentar a nenhuma influência do papel-moeda sobre o câmbio.

Os próprios papelistas mais representativos do nosso meio nunca se declararam adeptos entusiastas do papel-moeda; aceitam-no como um mal inevitável, atendendo às necessidades do nosso momento histórico e financeiro, que não permite ainda reservas de ouro para o serviço normal de conversão da moeda corrente nacional.

Murtinho iniciou na República a reação vigorosa contra o papel-moeda, desenvolvendo em torno dessa tese toda a atividade de sua gestão financeira. Nesse caminho lançou-se, com a sua natural energia de espírito e de ação, na execução do programa de saneamento da moeda.

Encouraçavam-no, por um lado, as tradições do Império, e as regras nítidas do contrato do *funding-loan* de 1898, que obrigavam a queima do papel-moeda. Por outro lado, e aqui está uma circunstância de grande valor que nunca foi articulada, contribuíam para temperar a sua mentalidade antipapelista os pareceres e conselhos técnicos do sr. Wileman, a quem incumbiu de fundar a Estatística Comercial, e que, já em 1896, havia publicado em Buenos Aires o seu livro *Brazilian Exchange* no qual estuda o problema do câmbio e da circulação no Brasil, fazendo uma aplicação inteligente dos princípios básicos da ciência monetária inglesa, absolutamente infensa às emissões inconsistentes de papel-moeda.

Murtinho, para prestígio de sua ação, levou aos extremos a sua teoria antipapelista, e, no seu relatório de 1899, lançava, reproduzindo-a do livro de Wileman, a sua fórmula, pela qual a taxa cambial é sempre o quociente da divisão do valor total da nossa exportação pela massa de papel-moeda em circulação. Essa fórmula reproduz matematicamente o fenômeno da lei da oferta e da procura, em torno do ouro de que

necessitamos para os pagamentos no exterior. A equação Murtinho-Wileman tinha, em 1899, algarismos que lhe prestavam os melhores visos de verdade. Seu valor absoluto deve ser admitido, porém, ao nosso ver, com muitas reservas, porque, se essa teoria fosse exata, teríamos de admitir a unilateralidade do fator sobre o câmbio, o que sempre se nos afigurou absurdo, insustentável, por contrário à realidade do fenômeno econômico. O câmbio obedece a vários fatores, de ordem econômica, financeira, política, social, e até psicológica.

A equação Murtinho-Wileman é, entretanto, aproveitável na apreciação de qualquer momento cambial, porque, sendo o papel-moeda o fator preponderante das taxas, basta que se complete o estudo com a aproximação dos demais elementos e circunstâncias, que entram como necessários no conjunto de que resulta a relação do ágio do ouro no nosso país. A fórmula de Murtinho deve ser o ponto de partida no estudo do câmbio, desde que joga com a importância da exportação e da circulação, os valores primordiais para o exame do problema.

Em 1889, a massa de papel-moeda de curso forçado atingia a pequena importância de 192 mil contos. Proclamada a República, as emissões precipitaram-se de tal forma que, ano a ano, se elevou a 297, 513, 561, 631, 712, 768, 711, 720 e 785 mil contos. Esses números, clamava Murtinho, em seu relatório, formam a escada da decadência econômica e financeira que a República devia descer logo nos seus primeiros anos de existência. Com a ação do resgate e de outras medidas de Murtinho, o câmbio se elevava de 5 em 1898 a 12 em 1901, e com a administração de Leopoldo Bulhões chegou a atingir os extremos de 18 em 1905.

A onda emissora foi levemente contida. Nos últimos quinze anos, tem de novo se avolumado em proporções inéditas em nossa história financeira. A massa da circulação atingiu em 1912 a um milhão de contos, vem aumentando, em cada ano, e em 1921 dobrávamos a parada, alcançando a cifra de dois milhões de contos. Em fins de 1923, já passamos de dois milhões e quinhentos mil contos, computando-se nesse cálculo: 1.851.000 contos do Tesouro, 9.900 da Caixa de Conversão, 399.000 da Carteira de Redesconto, e 389.000 do Banco do Brasil.

Estamos em tempo de reagir. A nossa exportação em 1923 foi de libras 73.184.000 com o valor, pela média cambial, de 3.297.033 contos. Se aplicarmos a fórmula Murtinho-Wileman, dividindo essa importância pela massa de papel-moeda de 2.649.342 contos, o nosso câmbio deveria se expressar por um algarismo tão miserável, que passaria levemente de uma unidade, quando, na realidade as taxas cambiais oscilam ainda entre 5 e 6, tendo em 1923 descido, passageiramente, a 4.

A reação contra o excesso de papel-moeda é medida oportuna de patriotismo. Com o governo Hermes arredondamos um milhão de contos de circulação. A crise de 1913 e a guerra posteriormente, desequilibrando os câmbios, precipitaram os déficits e as emissões. A Carteira de Redesconto fundada para emitir sobre valores

comerciais, foi deturpada em seus fins com a lei que autorizou a emissão sobre títulos do Tesouro. Como resultado, as emissões dessa Carteira subiram ao limite de 400 mil contos, para negócios com o Governo, transformando-se em um instrumento de inaudita prosperidade para o Banco do Brasil, e deixando, afinal, esses remanescentes de 399 mil contos em circulação. O Banco Emissor, de julho a dezembro de 1923, lançou na praça 389 mil contos, certamente a contragosto do seu ilustre presidente, do qual sempre ouvimos a declaração de que seu desejo seria emitir em proporções mínimas. Felizmente, esse surto emissora parece estar sustado, pois que em janeiro e fevereiro últimos, o Banco do Brasil, em vez de aumentar, fez descer o volume das notas em circulação a 372 mil contos de réis.

A política financeira que conseguir, a despeito dos eternos obstáculos da nossa vida interna, a redução do meio circulante e a criação de saldos orçamentários — será uma política de salvação nacional e de redenção econômica.

### *Empréstimos Estaduais*

O problema dos empréstimos estaduais do Brasil torna-se, ano a ano, cada vez mais premente.

Com os empréstimos estaduais e municipais sofre o crédito do país no exterior. O mercado financeiro de Londres, Paris ou Nova York, não distingue, como um professor de direito constitucional, as várias entidades de direito público — a União, os estados e os municípios — com as suas responsabilidades determinadas pelo nosso estatuto político. Para as praças estrangeiras, tudo é Brasil, quando não atribuem à Argentina os nossos municípios e estados, ou vice-versa... Vêm tudo em bloco; o crédito do Brasil no exterior, a sua capacidade, o seu volume, a sua pontualidade nos pagamentos.

Ora, os estados e municípios brasileiros, em matéria de empréstimos externos, se têm lançado como crianças às guloseimas de açúcar, com grande arrojo, extraordinária voracidade e uma encantadora irresponsabilidade e imprevidência.

Em cem anos, de 1824 para cá, o governo da União, que devia dar o bom exemplo, contraiu no exterior uma dívida de 130 milhões esterlinos. Avultada, não acham? Pois os estados e municípios, só em 1889, isto é, 66 anos depois, iniciaram, com a República, os seus empréstimos externos. Nestes 34 anos de atividade financeiras, têm-se havido com tal veemência que já atinge a mais de Lb. 50.000.000 a dívida global externa de todos os estados e municípios do Brasil.

Em três décadas, os estados e municípios contrairam dívida correspondente a quase metade da dívida geral externa da União.

Há um sério problema de "ordem financeira" a ser resolvido. Incumbe-se à União defender o crédito do Brasil no exterior, e evitar, em benefício da Nação, que seja o mesmo desbaratado pela incontinência das pessoas menores da Federação.

Todas as soluções apresentadas encontram formidáveis obstáculos de ordem constitucional. É a resistência obstinada dessa "arteriosclerose mental dos juristas contra as inovações substanciais", a que, certa vez, se referiu Aquile Loria.

Arde a nau. O fogo devora travamentos, panos, máquinas e cordoalhas. Golpeado o crédito no exterior, a Nação cai vitimada pela morte moral. A União vai opor-se aos desmandos da caudilhagem financeira. Não! Bradam os constitucionalistas placidamente, não podemos violar a Federação, ferir os princípios cardeais do regime! Em plena democracia do século XX, temos que assistir ao aniquilamento completo de toda a Federação, sem nenhum socorro, como os válidos da Corte, que deixaram morrer a rainha da Espanha, com as vestes em fogo, porque a etiqueta proibía terminantemente tocar-se, mesmo de leve, nas roupas ou na epiderme de Sua Majestade!

Em 1902, Brício Filho apresentava, na Câmara, um projeto vedando aos estados contrair empréstimos sem autorização do Congresso Nacional. Em 1912, no Senado, Sá Freire levantava a questão, defendendo um dispositivo, pelo qual a União, os estados e os municípios, não poderiam, sob pena de nulidade, contrair empréstimos externos, nem realizar emissão de títulos de obrigações nas praças estrangeiras, sem que nos respectivos contratos se declarasse: 1.º — a lei federal de autorização; 2.º — o prazo do seu resgate e a importância da amortização anual. A comissão de Constituição não aceitou estes termos, sob o fundamento de que atentavam contra a independência constitucional dos estados. Propôs um substitutivo, no qual se declarava que a União não se responsabilizava por dívidas contraídas pelos estados ou municípios, salvo quando autorizados pelo Congresso Nacional. Em outro artigo ameaçava com a intervenção da União, para manter a integridade do território nacional e a forma republicana federativa, quando, porventura, credores estrangeiros quisessem exercer pressão sobre os estados e municípios, a pretexto de cobrança de dívidas.

A questão hiberna ainda até hoje. Seria difícil obter que os embaixadores dos estados, de que se compõe o Senado, criassem uma autolimitação em matéria financeira, com diminuição das liberdades gozadas por essas unidades da Federação.

Rodrigues Alves, em três mensagens consecutivas, clamou contra a faculdade irrogada pelos estados de contraírem, por sua própria autoridade, empréstimos externos, salientando quanto, em um momento dado, o uso dessa atribuição poderia ser prejudicial ao crédito do país, à regularidade de suas finanças, e às suas relações internacionais. Em 1922, em um dos capítulos de sua mensagem, secundava-o Epitácio Pessoa no mesmo sentido.

Leôncio de Carvalho, em 1900, no Congresso Jurídico Americano, defendeu a prerrogativa dos estados e municípios, sustentando-lhes a faculdade de contrair empréstimos externos, sem autorização do Governo Federal. Viveiros de Castro, porém, nos seus *Estudos de Direito Público*, provou abundantemente a constitucionalidade do projeto Sá Freire.

Leopoldo Bulhões não aceitava o projeto Sá Freire, por considerações de ordem financeira e política. Temia, por um lado, agravar as responsabilidades da União, com a fiança em que importaria a sua autorização. Os pequenos estados, por outro lado, ficariam diminuídos em sua capacidade ante a dificuldade de obter votação no Congresso para os seus empréstimos, o que seria sempre fácil aos estados que possuem grandes bancadas.

Com este ou aquele projeto, dentro da Constituição, ladeando a Constituição, ou mesmo, com a reforma da Constituição, urge resolvermos o magno problema financeiro, substancial sobretudo, em um momento da vida nacional, em que se empreende a reabilitação do crédito do Brasil no exterior.

A história dos empréstimos externos dos estados e municípios está cheia de circunstâncias deprimentes para o país. Ainda, há pouco, o Sr. Hélio Lobo nos mandava dizer de Nova Iorque coisas bem tristes a esse respeito, a propósito da ação do Governo, para impedir, como impediu, que um dos nossos estados alienasse extensões consideráveis de suas terras, por meio de um empréstimo. Entre os intermediários, com procuração de governadores dos estados, se contavam: um fotógrafo, um negociante de objetos de electricidade e um caixeiro viajante. Eram os nossos representantes perante a praça de Nova Iorque...

É preciso ter lido, por dever de ofício, como o fizemos durante vários anos seguidas, as mensagens dos presidentes e governadores dos estados, para ver quantas histórias curiosas, outras infelizmente cômicas, se escondem na trama dos empréstimos estaduais e municipais. Conhece-se o topete daquele gajo de um dos estados do Norte, que seguiu para Paris com procuração do governador, associou-se a uns banqueiros pândegos, levantou empréstimos, levou vida alegre, pagou os primeiros cupons da dívida... e só muito mais tarde foi levado à cadeia...

A União deve intervir sempre, com rapidez, e até mesmo com violência, para impedir o mau passo dos estados em matéria de empréstimos.

A Federação não é uma barra de ferro, sem elasticidade, dentro da qual tenhamos de perecer, por amor aos princípios. Deixamos às soltas alguns estados ainda não preparados para esse regime, ao lado de outros já educados para a vida livre. O trabalho de coesão e de consolidação nacional consiste em evitar os males da Federação, cabendo à União essa tutela de ordem superior, em benefício da grandeza nacional.

A União compete a defesa permanente do crédito externo orientando e corrigindo a ação menos providente dos estados e municípios.

### *Comércio Exterior*

Como uma das colunas do seu programa de reconstrução econômica e financeira, criou Murtinho, em 1900, a Estatística Comercial. Graças a esta iniciativa, possuímos hoje um serviço normal de estatística do nosso comércio exterior (importação e exportação), da cabotagem, do movimento marítimo e do movimento bancário. Não é tudo ainda de que necessitamos em matéria de estatística econômica e financeira. Faltam-nos os dados sobre o comércio e a produção interna. Esses elementos são fornecidos pelas repartições dos estados. Se algumas unidades da federação os fornecem, outras descuram em absoluto do assunto. Se São Paulo serve de modelo, com a sua excelente estatística. Se Minas, Rio Grande do Sul e Bahia tentam acompanhá-lo, os demais estados deixam em abandono este serviço indispensável a qualquer administração.

A Estatística Geral da República, que acaba de levantar, com tanta glória, o recenseamento do país, tem desenvolvido a sua parte econômica. Com a expansão da estatística comercial, e conjugados os resultados apurados pelas duas repartições, poderá o homem do governo se orientar na direção dos negócios da administração pública, iluminado pelos dados numéricos positivos referentes à situação econômica e financeira do país.

Sem estatísticas organizadas, temos de caminhar às escuras, tropeçando, às apalpadelas e experiências. A proporção do erro torna-se então, prodigiosa.

Passou a época do empirismo governamental. Sem o facho da estatística, não pode haver governo orientado. Por outro lado, as estatísticas abrem os olhos do povo e não toleram os ilusionismos e passes de magia do charlatanismo político e administrativo.

Para nossa felicidade, e como prova do esforço brasileiro e da nossa capacidade de produção, a estatística fundada há 24 anos por Murtinho tem nos permitido a apreciação do crescente desenvolvimento do nosso comércio exterior.

Os algarismos de 1923 não fazem má figura em nosso quadro geral das importações e exportações.

O admirável surto da exportação do Brasil durante os anos da guerra puderam estadear brilhantemente a vitalidade da nossa economia perante o mundo, que nos abria os novos mercados, ávidos de todas as mercadorias de nossa produção. Se tomarmos como ponto de referência os algarismos de 1913, ano anterior à guerra, temos comparações bem edificantes e muito honrosas para a atividade econômica do

país. Em 1913 exportamos 1.382.000 toneladas, em 1917 chegávamos a 2.017.000 toneladas, e em 1920 a 2.101.000 toneladas. Quase elevamos ao dobro a tonelagem das exportações. No valor, em papel-moeda, passamos de 981 mil contos, em 1913, a mais de dois milhões de contos em 1919, isto é, a mais do dobro. No valor em libras, excedemos igualmente a mais do duplo, passando de 65 milhões de libras em 1913, a mais de cento e trinta milhões em 1919. Em 1913, acusávamos um *deficit* de 1.700.000 libras na balança comercial; importávamos mais do que exportávamos. Em 1919 acusamos o saldo monstro de 51.000.000 libras, excesso das nossas exportações sobre as nossas importações!

Não faltaram pessimistas, as aves negras desalentadas e tristes, prognosticando o declínio do nosso comércio exterior depois da guerra. Passaria a época das vacas gordas e dos nabos em sacos. Os mercados externos, depois da guerra, declamavam os Mmes. Thebes da nossa economia, fechar-se-ão ao Brasil, repelindo a banha com água e o feijão podre. A exportação será apurada, escolhidos os tipos finos e definidos, e o Brasil decairá de sua passageira posição nos mercados da Europa e dos Estados Unidos.

Os tristes resultados de 1920 e 1921, apresentando *deficits* na balança comercial respectivamente de 17.484.000 libras e de 1.881.000 libras — pareciam confirmar o canto de poente das aves agoureceiras.

O Brasil retrocedia, amolentava-se. Era o "jeca", de novo a sentar-se nas pernas, meio de cócoras, com o cigarro no canto dos lábios, na apatia dos anêmicos ou ancilostomiase...

Vieram, porém, 1922 e 1923, que aí estão para desmentido destes prognósticos. Suportamos valentemente o choque da paralisação da guerra, mas retomamos logo o ritmo ascensional nos dois últimos anos. Em 1922 acusávamos já o saldo de 19.937.000 libras. Fechamos 1923 com o belo saldo de 22.571.000 libras, no valor de 996.593.000\$000 réis.

Continuamos em 1923 o impulso de 1922, com algarismos magníficos, mesmo, em relação aos melhores anos da guerra. Em 1923, exportamos 2.204.000 toneladas, a maior tonelagem apurada em nossa história econômica. Em 1913, ficamos quase na metade.

A exportação de 1923 representa, em papel-moeda, 3.175.238\$000 réis, mais de três milhões de contos de réis, cifra que bate igualmente o recorde em todo o quadro de nossa exportação, em todos os tempos. É mais do triplo do valor da exportação, em todos os tempos. É mais do triplo do valor da exportação de 1913.

A mesma exportação de 1923 representa 71.736.000 libras contra 65.451.000 libras em 1913. No valor em libras não batemos os anos da guerra, que fulguram com 130 milhões em 1920.

A baixa cambial explica o excessivo valor em papel-moeda. O excesso da tonelagem, porém, prova que não diminuiu o Brasil a sua atividade produtora. A importância em papel-moeda, por outro lado, não obstante ter sua explicação, não deve ser deixada de lado, porque, bem ou mal, representa o prêmio do exportador.

A nós, brasileiros, conforta verificar que a exportação, em vez de declinar, aumenta promissoramente. Somos um grande país de matérias-primas, e de produtos agrícolas. É pela exportação que temos de consolidar o nosso lugar ao sol, na fase presente do nosso desenvolvimento histórico e econômico.

Exportar é conquistar ouro, produzir, crescer, para atingir a opulência. A obra das nossas "bandeiras" deve levar o rumo à exportação. E assim o vão compreendendo os paulistas, que foram os "bandeirantes" ousados de antanho, e ainda são os maravilhosos "bandeirantes" de hoje, pois concorreram, em 1923, com uma exportação de café de dois milhões de contos de réis, quando a exportação total do Brasil, de todas as suas mercadorias, atingiu a três milhões de contos. São Paulo continua a fornecer mais de dois terços da exportação do país!

Sigamo-lo na obra grandiosa da nossa riqueza e desenvolvimento econômico!

#### *Política Orçamentária*

As verdades eternas são simples e claras. A obra de Homero ou de Cervantes, duradoura como a própria espécie humana está ao alcance da inteligência das crianças. Os "Mal Secreto", de Raimundo Corrêa, ou o "Ouvir Estrelas", de Bilac, não apresentam dificuldades de interpretação. A luz da beleza imperecível ilumina essas obras de pensamento e de arte. Assim também na ciência das finanças. Os seus princípios fundamentais são os mais mezinhos e populares. Quem, como o fazemos nestas páginas, pretende falar com probidade em matéria financeira, está condenado a repetir quase sempre coisas que todo o mundo sabe. Irritem-se os amantes de novidades bem viçosas ou de coisas complicadas. Não haveremos de ceder a essa degeneração do gosto, embora tenhamos de afrontar as turbas com alguma audácia e nenhum temor.

O belo espírito de Gilberto Almado, em artigo recente no *O País*, apregoava, com abundante generosidade, a "utilidade" das conversações financeiras que temos desafiado por estas páginas. Referindo-se aos nossos estudos, assim se exprimia: "Nele se repefem em forma simples e com precisão (o que é raro entre nós) certas noções, observações e conclusões, que, quanto mais repetidas, melhor. Acabarão por ser afinal compreendidas, assimiladas".

Fortalece-nos o aplauso para continuarmos no mesmo programa iniciado, talvez com mais coragem e vivacidade.

Mais de uma vez nos arriscamos, para declarar, em alto e bom som, destemerosamente, uma verdade eterna, em torno de um grande problema nacional: a política orçamentária do Brasil deve ser orientada com vigor e decisão inflexível, para obtenção do "equilíbrio orçamentário", sem o qual nada poderemos edificar de sólido e durável. O *deficit* é o monstro de nossas finanças. Precisamos matá-lo e ter a fortaleza de sonhar com a miragem de "saldos orçamentários" em alguns anos seguidos.

O presidente, o ministro, ou o Congresso, que conceber autorizar e realizar o programa dos saldos orçamentários ficará inscrito, em nossa história financeira, com as maiores glórias em um século das nossas finanças.

Quem obtiver o equilíbrio orçamentário, efetivo, real, continuado, terá promovido a grandeza do país, realizando a maior "revolução financeira" em toda a nossa vida de nação independente.

O equilíbrio orçamentário, a compressão da despesa dentro dos limites da receita! Saldos orçamentários, excesso da receita sobre a despesa! Que verdades tão simples e fáceis de serem ditas e tão difíceis e complicadas de serem realizadas na prática!

Nem no Império, nem na República, não faltaram nunca ministros, financistas, escritores, jornalistas, para discorrer com brilho e percuciência de visão sobre o equilíbrio orçamentário e os meios de obtê-lo. Entretanto, nada temos conseguido. O Império é o *deficit*, diziam os republicanos da propaganda, mas a República erigiu também "el-rei" *deficit* como o soberano anual dos seus orçamentos.

A tarefa do equilíbrio orçamentário é ingente, pesada, quase impossível. Serão consagrados heróis, com justo título, os que conseguirem traçar o programa necessário e realizá-lo com mão-de-ferro, patrioticamente, sabiamente, inflexivelmente.

Para isso, o homem de Estado tem de fechar os olhos e sacrificar-se contando com os louros da posteridade. É a maior, a mais extraordinária prova de grandeza que poderá ser dada por um homem político em nossos dias.

O orçamento é, sobretudo, um "plano de ação", na definição vivaz de Gaston Jéze. Nesse plano de ação, especialmente em uma democracia ainda infante, e não amadurecida como a nossa, vive um mundo de problemas. E a vida da nação ali se resume. Todos os interesses, gerais, ou particulares e pessoais, ali gritam, brigando uns com os outros. É uma desarmonia infernal, um jogo formidável de elementos que se chocam e entrechocam no embate de forças desencontradas. É o pandemônio, o orçamento de uma República ainda não educada suficientemente na sua vida política.



Para dominar e dirigir essa orquestração funambulesca, o homem de Estado tem de fechar o coração, abrir os olhos para a Pátria e desenvolver uma energia de aço, sem descontinuar, manejando a sua maioria política dentro do Congresso Nacional. Levantará contra si a grita, não só dos amigos, como dos inimigos, sangrará, dilacerado pelas amarguras, e coberto de apodós e baldões dos interesses feridos.

Se tiver, porém, a coragem de levar a termo a sua ação, conquistará a glória eterna neste céu do patriotismo de cujas venturas espirituais só gozam os efeitos para os destinos superiores da vida dos povos.

Basta seccionarmos, em nossa vida financeira, o último decênio, para termos noção do mau caminho que havemos trilhado. De 1910 a 1920, os nossos *deficits* orçamentários montaram a dois milhões e duzentos mil contos de réis, isto é, importância que quase atinge ao valor do numerário atualmente em circulação na República. Nesses dez anos, a despesa chegou a exceder à receita em 55, 59, 68 e até 84%, como no orçamento de 1914, primeiro ano da guerra, ano seguinte a nossa crise financeira de 1913.

Esse *deficit* representa um desfalque vital em nossas energias financeiras concorrendo para a anemia e conseqüentes efeitos em nossa economia.

O atual orçamento para 1924 nos dá esperanças de uma reconstituição orçamentária, se o Governo conseguir executá-lo com economias e se novos acontecimentos de ordem administrativa não o forçarem a despesas imprevistas.

A receita ouro de 102 mil contos contra a despesa ouro de 87 mil contos, dá-nos o saldo ouro de 15 mil contos.

A receita papel de 899 mil contos contra a despesa papel de 916 mil, dá-nos o *deficit* de 16 mil contos papel.

Feitas as conversões, temos um saldo final de 75 mil contos em papel.

Se considerarmos, porém, que a despesa de 75 mil contos da tabela lira, tendo sido destacada das rubricas, foi incluída na cauda orçamentária, fica anulado o saldo orçamentário acusado, restando, porém, um saldo real da fração, que importa em 500 e tantos contos.

Há a cauda orçamentária e os seus perigosos venenos, pois a nossa serpente orçamentária não guarda nos dentes, como os répteis naturais, os seus terríveis tóxicos. Contra estes, entretanto, poderá o Governo agir, isolando-os no Butantã da prudência e da continência nas despesas.

Podem se considerar fundadas as esperanças de um bom exercício financeiro em

1924. Unam-se os patriotas para obtê-lo, sufocando os interesses regionais, particulares ou políticos, em benefício dos interesses do país.

Consertar o orçamento é normalizar o centro de nossa economia financeira. Seus reflexos se fazem sentir imediatamente sobre a situação do Tesouro, a circulação monetária, o câmbio, a dívida pública. Como um sistema de vasos comunicantes, todos esses fatores entram em conjugação. Orçamento equilibrado é boas finanças, regime regular de vida financeira. Orçamento com saldo é prenúncio de longa prosperidade.

Costumam professar, em medicina, que a mulher é o útero, tal a importância deste órgão no seu sistema orgânico. Se nos permitem a comparação, podemos dizer que o orçamento é o útero da República, tal a importância de suas funções no sistema financeiro do país.

República de *deficits* orçamentários é país de finanças avariadas.

## O Idealismo da Constituição

*Oliveira Vianna*

### I

Estava muito longe da grandeza épica da Constituinte Imperial a Constituinte Republicana.

Na Constituinte Imperial os nomes que nela concorriam eram os maiores do país pelo prestígio da cultura, da inteligência, do caráter ou da situação social. Os grandes estadistas que consolidaram o Império e construíram o poder político da nação saíram dela ou nela estavam, com exceção de Feijó e Bernardo de Vasconcelos. Eles tinham, ademais, a imensa autoridade de um mandato verdadeiramente nacional – pois eram realmente, e não ficticiamente, “representantes da nação”. Embora, na sua totalidade, futuante nos intermúndios do utopismo doutrinário, eram espíritos fortemente compenetrados das suas idéias; todos fundamentalmente empenhados numa grande tarefa, aos seus olhos sagrada, de construção nacional; todos repassados daquele “tremendous sense of personal responsibility”, de que fala van Dyke. Erraram largamente; mas, dos seus erros se pode dizer o que dos erros dos japoneses disse alguém – que foram “erros de força” e não “erros de fraqueza”.

Na Constituinte Republicana, nada disto. Já as próprias fontes da sua autoridade não eram de pureza absoluta: o mandato que receberam não lhes vinha de uma delegação nacional, comparável a de que resultara a Constituinte Imperial; mas, sim, de um embuste formidável, conscientemente preparado através do famoso “regulamento Alvim”, com o fito declarado de abafar qualquer manifestação do povo contrária à idéia republicana. Emanando de fontes tão suspeitas, a Constituinte Republicana não podia ter, decerto, grande autoridade moral sobre o país – e, realmente, não a teve: o seu presidente, Prudente de Moraes, homem austero e digno, confessara, ao encerrá-la, que a Constituinte fora recebida “com muito desfavor e muita prevenção pela opinião pública”.

O grupo republicano, por ocasião do movimento de 89, era, realmente, uma minoria relativamente insignificante, disseminada pelo país, tendo como centros de

maior atividade o Rio e São Paulo. O grosso da massa politicante se distribuía entre as duas facções tradicionais: a liberal e a conservadora. Com a irrupção republicana, esses velhos quadros partidários desapareceram, quebrando-se em milhares de fragmentos, cada um constituído de um pequeno clã agrupado em torno de um pequeno chefe. Era regra, esse pequeno chefe não representava – pelo menos na província – o elemento local mais prestigioso do ponto de vista político: o que havia de mais prestigioso e fino na velha aristocracia local, quando se deu o golpe de 15 de novembro, ou retraiu-se, fechando-se dentro do culto platônico da monarquia, ou tomou uma atitude discreta aguardando o rumo ulterior dos acontecimentos. De modo que, em sua maioria, os clãs partidários, que se organizaram por todo o país, em substituição das velhas organizações monárquicas, não tinham propriamente à sua frente as figuras de mais autoridade no seio das elites politicantes. Havia ali – com notáveis e brilhantes exceções – muita entidade entrelopa, muito arrivista, muito *nouveau-riche* político, sem grande solidez de estrutura no caráter e sem grande lastro de escrúpulos na consciência, e que se haviam arremessado sobre as situações políticas, abandonadas pela velha guarda, com a mesma despreocupação de linha e de atitudes de uma patrulha de assalto pondo em saque uma cidade deserta.

Há ainda um outro traço, que discrimina as duas grandes assembléias constituintes. Os constituintes do Império eram homens todos animados de altos ideais políticos: como já vimos, todos se uniam no ardente e claro pensamento de construir uma pátria. Na Constituinte da República, o pensamento político, que a animou, não tinha, no espírito da maioria, a clareza e a intensidade do ideal que inspirara os constituintes imperiais. Para muitos, a República era uma aspiração de última hora; para outros, um simples movimento de represália; e para outros ainda – os “históricos” por exemplo – puro tema para declamações sonoras, e nunca uma convicção clara e profunda, “written on the fleshly tablets of the hearts”. De modo que, quando se deu a queda do velho regime, o pensamento republicano não havia atingido a sua plena maturidade: não havia ainda saturado a consciência do país. Por isto, os expoentes do ideal republicano, na Constituinte ou fora dela, não pareciam muito senhores da sua idéia matriz: a impressão que nos dão é que não sabiam bem o que queriam, nem bem o que era preciso fazer. Bons rapazes, que se haviam adestrado em atirar pedras no Governo, colhidos de surpresa para a grave missão de estadistas, tiveram que improvisar às pressas um programa de construção. Preocupados, desde 70, em fazer oposição ao poder (como se costuma fazer oposição entre nós), eles realmente não haviam pensado nisto até 14 de novembro de 89, e, quando, a 16 do mesmo mês e ano, foram forçados a pensar nisto, sentiram-se visivelmente embaraçados.

Eles se haviam contentado até então com um vago programa de aspirações vagas formulado em frases vagas: os “imortais princípios”, o “regime da opinião”, a “soberania do povo”, a “organização federativa”, o “princípio da liberdade”, a “democracia”, a “república”, etc. O manifesto de 70 é um magnífico exemplo desse culto das generalidades sonoras, que constitui o fundo da mentalidade dos

republicanos da propaganda. Quando, vinte anos depois, se apossaram do governo do país, essa mentalidade não se havia modificado um ápice no seu feitio literário, declamador e doutrinário.

O traço mais distintivo dessa mentalidade era a crença no poder das fórmulas escritas. Para esses sonhadores, pôr em letra de forma uma idéia era, de si mesma, realizá-la. Escrever no papel uma Constituição era fazê-la para logo coisa viva e atuante: as palavras tinham o poder mágico de dar realidade e corpo às idéias por elas representadas.

Dizia Ihering que ninguém pode mover uma roda lendo apenas diante dela um estudo sobre a teoria do movimento. Os republicanos históricos, especialmente os constituintes de 91, dir-se-iam que estavam convencidos justamente do contrário disto – e que, pelo simples poder das fórmulas escritas, não só era possível mover-se uma roda, como mesmo mover-se uma nação inteira.

Neste estado de espírito é que elaboraram a Constituição de 24 de fevereiro.

## II

Disse Eça de Queirós que, dos males que afligiam Portugal, uns eram devidos ao próprio temperamento do povo, mas que outros eram “traduzido do francês”. Com os nossos podemos dizer a mesma coisa. Dos males que nos têm afligido desde a nossa emancipação em 22, uns resultam das condições mesmas da nossa formação social, mas outros são simples translações dos males alheios em vernáculo: e os idealistas republicanos, os construtores da Constituição de 24, infelizmente parece terem-se devorado mais aos males desta última espécie do que aos males da primeira categoria. Excelentes tradutores de males estranhos; péssimos intérpretes dos nossos próprios males. É natural, pois, que a sua obra máxima – a Constituição Federativa –, não tenha sido outra coisa senão uma obra doutrinariamente bela, mas fatalmente votada ao fracasso imediato. Em verdade, esta Constituição nunca foi posta em prática, como veremos: pode-se dizer que ela, como as crianças malnascidas, morreu do mal de sete dias. Ela trazia, aliás, no sangue aravés a própria Constituinte, eleita pelo regulamento Alvim, a carga da *heredo-syphilis*, que haveria de gafar-lhe, desde o berço, a inocência de recém-nascida e exantemar-lhe de placas suspeitas a epidermezinha delicada.

Esta Constituição resume, entretanto, nas suas páginas, tudo o que havia de mais liberal nas correntes idealistas da época; de modo que nos artigos deste código fundamental podemos ver uma bela síntese de toda a ideologia republicana dos primeiros dias.

Esta ideologia era uma mistura um tanto internacional e, por isso mesmo, heterogênea do democracismo francês, do liberalismo inglês e do federalismo

americano. Tinha os seus crentes e também tinha os seus fanáticos: o que não parecia ter eram os seus céticos e os seus negadores. Por aquela época, a crença nas virtudes do Liberalismo, do Federalismo e da Democracia era tão profunda como a dos feiticeiros nas virtudes dos seus esconjuros e das suas mandingas: a mais leve expressão de dúvida sobre a excelência destas fórmulas políticas acarretaria para o dissidente as agruras da lapidação; quando menos, ele sofreria a dor de se ver alcunhado de "retrogrado" – ofensa tremenda para aqueles tempos. Os que se agrupavam em torno dos chamados "propagandistas" esperavam as bem-aventuranças da República, da Democracia e da Federação no mesmo estado de exaltação mística com que os camponeses, que acompanhavam Jesus pelas estradas da Galiléia, esperavam o "reino de Deus".

Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada – e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão. Os mais fortemente desiludidos foram precisamente os mais ardentes evangelizadores do novo credo. Os Cristos da Nova Revelação foram justamente os que mais alto fizeram ressoar o refrão do seu desânimo. Não era esta a República dos meus sonhos! Diziam; sucumbidos. E suspiravam com melancolia.

Houve, portanto, uma força estranha, um fator oculto, que transmutou o ouro da idealidade mais pura no chumbo vil da mais triste realidade? Sim, houve. Esse fator foi: 1.º – o momento histórico; 2.º – a própria nação.

### III

O "momento" em que os novos ideais republicanos foram postos em prática era realmente o menos próprio para objetivá-los: tudo conspirava para fazê-los fracassar. Mesmo que eles se ajustassem à estrutura da nacionalidade e ao seu espírito, ainda assim o momento condenava-os a uma falência inevitável.

Em primeiro lugar, faltou-lhes uma classe social que os encarnasse. A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja, que, quando vitoriosa, lhe dá realidade e lhe assegura a execução. Ora, tudo isto faltou inteiramente à Constituição Republicana – síntese das aspirações dos evangelizadores do novo regime.

O grupo republicano, como já vimos, era, com efeito, diminutíssimo – e não representava nem um núcleo fortemente solidário, nem uma classe prestigiosa da sociedade. Formava-se de elementos esparsos, vindos de todas as classes, e, afinal, não passava de um bando reduzidíssimo de sonhadores agitando-se numa atividade intermitente e dispersiva, através a incuriosidade ou indiferença de um país imenso. Os elementos políticos, portanto, que iam pôr em ação o delicado mecanismo das

novas instituições, eram, na sua maioria, principalmente nos estados, elementos inteiramente estranhos ao idealismo dos evangelistas republicanos – e, ao agirem, agiam, não como homens de ideal, transfigurados pela fé, mas apenas como homens do seu meio, do seu tempo e da sua raça – o que equivale dizer, como veremos, que agiam em completo desacordo com o espírito idealista da Constituição.

Em segundo lugar, as condições econômicas da sociedade eram perfeitamente impróprias a qualquer surto de idealidade política. O decreto da abolição do trabalho servil havia estourado com a violência de uma mina subterrânea, e a sociedade inteira, de cima abaixo, se abalou, estremeceu e, em muitos pontos, destruiu completamente. Todas as classes sofreram uma profunda perturbação na sua estrutura – umas diretamente, como a agrícola; outras, indiretamente, com a repercussão do abalo sofrido pelas primeiras.

Foi nesse meio agitado e instabilíssimo que a República surgiu e a nova Constituição foi promulgada. No fundo, a abolição do trabalho escravo desorganizara o sistema de meios de vida da aristocracia nacional – e a República a encontrou na situação de quem procura "urgentemente" uma nova base econômica. Ora, essa situação, como era de ver-se, era a menos própria para as atitudes desprendidas e desinteressadas, indispensáveis à objetivação dos altos princípios idealistas consubstanciados no texto da Constituição.

Tanto mais quanto essa aristocracia, deslocada da sua grande indústria da terra, passou a encontrar no Estado uma nova base econômica que lhe substituiu a antiga base econômica destruída. Essa nova base econômica foi a indústria do emprego público, que o novo regime fundou e que se tornou para a grande aristocracia nacional mais vantajosa e lucrativa do que a velha indústria da exploração da terra, então profundamente desorganizada. O novo regime, aliás, pelo seu caráter democrático, como pelo seu espírito descentralizador e federativo, multiplicara prodigiosamente, na União, nos estados e nos municípios, os cargos administrativos e os cargos de representação; de modo que a elite política, constituída justamente, na sua maioria, pelos "desplacados" da abolição, orientou-se toda para as funções eletivas e administrativas e fez do emprego público o pólo de todas as suas aspirações.

Nestas condições, os cargos públicos – administrativos ou políticos – passaram a ser disputados, não como meio mais eficiente para realizar o "ideal", o "sonho", mas, pura e materialmente, como meio de vida. O que se procurava, nessa corrida para a burocracia eletiva ou vitalícia era não realizar o grande ideal de 70, mas simplesmente viver. E todos pareciam dizer como Caliban: "– Eu devo comer o meu jantar". Ou, mais sinteticamente: – Eu devo comer. Em virtude das condições excepcionais do momento, "comer" fez-se assim o imperativo categórico das novas instituições em ensaio, um verdadeiro dever, que todos – uma boa parte dos "históricos"; os "post-históricos" na sua totalidade e, mesmo, alguns "pré-históricos" – cumpriram, como o negro personagem shakespeariano, gostosamente.

Os que conseguiam, destarte, alcandorar-se nos postos oficiais ou eletivos, viam neles logicamente uma situação definitiva e vitalícia – e a defendiam, por todos os meios, contra o assalto dos novos invasores. Estes, premidos também pela força do mesmo imperativo categórico, disputavam as situações do poder com a áspera agressividade dos escaladores de trincheiras. E, para estes, como para aqueles, todos os meios pareciam bons: da fraude desabalada à ilegalidade manifesta e ao esbulho clamoroso; da fuzilaria das diatribes e calúnias impressas ao argumento mais poderoso e reboante dos canhões da força armada.

Está claro que num ambiente destes, tão trepidante e perigoso, Ariel, isto é, a Constituição não podia sentir-se bem – e só lhe restava alar-se no ar sutil. O ideal inspirador dos homens deixara de ser aquela *bona lubido patriae gratificandi*, de Salústio, e passara a ser apenas o *avarus venter* horaciano.

#### IV

O idealismo republicano falhou, destarte, logo no início da sua experiência constitucional, porque eram completamente hostis a qualquer surto idealista as circunstâncias do momento histórico que envolveram os primeiros anos do novo regime. Mesmo, porém, que essas circunstâncias lhe fossem favoráveis, ainda assim a bela ideologia da Constituinte teria que fracassar da mesma forma, senão imediatamente, como aconteceu, pelo menos com o correr dos tempos à medida que se fosse acentuando o desacordo entre os seus princípios e as condições mentais e estruturais do nosso povo.

Este desacordo, a princípio, ninguém pareceu percebê-lo bem. Como já vimos, os republicanos viviam então na crença do poder transfigurador das fórmulas escritas. Todos eles acreditavam que se um dia o Congresso decretasse que todos os brasileiros, mesmo as crianças de peito, se tornassem para logo patriotas perfeitos e abnegados, para logo todo o Brasil se cobriria de abnegados e perfeitos patriotas; ou se a Constituição declarasse, num dos seus lapidares artigos, que todos os políticos, que – nos estados, nos municípios e na União – estavam atualmente felicitando o país, passassem a possuir o gênio político de um Washington ou de um Bismarck, para logo repulularia, no Brasil, nos estados e nos municípios, toda uma floração miraculosa de gênios políticos, quando não maiores, ao menos iguais a Bismarck ou Washington.

Era esta a mentalidade dos primeiros tempos republicanos. Ou melhor, era esta a mentalidade dos republicanos da propaganda e, por contágio, dos post-republicanos do adesismo.

Com esta mentalidade, está claro que eles não poderiam compreender a verdadeira causa do fracasso dos seus ideais; nem poderiam procurá-la nas circunstâncias eventuais do momento; nem muito menos, no desacordo entre os

dogmas da sua ideologia e a realidade nacional. Para eles, a causa do fracasso não estava no regime, tal como foi ideado na Constituição; mas apenas nos homens – ou porque “inexperientes”, ou porque “corruptos”.

Daí duas grandes correntes de opinião, ou duas atitudes típicas, que dividiram os republicanos dos primeiros tempos e, ainda hoje, os continuam a dividir: a dos “intolerantes”, que atribuem a falência do regime à corrupção dos que detêm eventualmente o poder; e a dos “tolerantes”, para os quais a falência do regime era apenas aparente, porque oriunda da falta de “experiência” ou de “aprendizagem” das novas instituições.

Estes, longânimes e um tanto fatalistas, pareciam repetir a legenda d’annunziana de que “o Tempo é o pai dos prodígios” – e ainda hoje os seus epígonos continuam a esperar messianicamente na ação do grande milagreiro...

Os primeiros, porém, os da corrente intolerante, menos longânimes e nada fatalistas, confiam, não no Tempo, mas na Força, ou mais propriamente, naquela personagem muda da tragédia esquiliiana: a Violência. Embora nem sempre tenham o desassombro de proclamar como certo filósofo que “o assassinio político é a arma do patriotismo desarmado”, apela frequentemente para os quartéis, fazem-se empreiteiros quadrienais de “salvações”, para despejar do poder os “corruptores das instituições”, os “violadores da Lei suprema”. Quando vitoriosos, tentam, eles mesmos, dar realidade à ideologia da Constituição; mas, o fato é que até hoje todas essas tentativas do partido da Força têm sido invariavelmente coroadas pelo fracasso: nenhuma até agora tem conseguido objetivar o “sonho” dos sonhadores de 70 e 91.

Evidentemente, deve haver uma causa mais profunda, que explique tamanha incapacidade e tão longo e continuado insucesso. Esta causa existe e é, como já assinalamos, o desacordo entre o idealismo da Constituição e a realidade nacional.

Realmente, todo o sistema político engenhado na Constituição assenta-se sobre um certo número de presunções, que entre nós, não tem, nem pode ter, nenhuma objetividade possível. São presunções de natureza meramente especulativa, inteiramente fora das condições reais da nossa vida coletiva.

Tomemos, por exemplo, a primeira delas – porque fundamental: a presunção da existência aqui dessa coisa que, nos povos da raça saxônia principalmente, se chama “opinião pública”. Todo o mecanismo do regime estabelecido na Constituição gira em torno dessa presunção central. O que ali se institui é, com efeito, o regime democrático; portanto, um regime que deriva da “vontade do povo soberano”, manifestada pela “opinião pública”.

Daí, essa instituição basilar: o sufrágio universal. Neste ponto, aliás, a nossa ideologia constitucional não se inspira apenas no magnífico espetáculo das demo-

cracias anglo-saxônicas, mas também nas doutrinas individualistas do convencionalismo francês. O sufrágio que ela estabelece é, por isso, o sufrágio de classe: cada cidadão, considerado individualmente, se presume possuir a independência bastante e a competência necessária para eleger com critério e consciência os dirigentes eventuais da nação, isto é, os executores da "vontade do povo". O conjunto dessas opiniões individuais forma a massa majestosa da "opinião democrática", que elege os governos, que dirige os governos, que aplaude os governos, quando bons, e que também condena os governos, quando maus, isto é, quando desobedientes à dita opinião.

Esta opinião deve revelar-se, porém, através dos partidos. Para os ideólogos republicanos, os partidos políticos, à maneira inglesa, são a forma mais legítima, senão a única, da manifestação do povo soberano. Daí o empenho, senão a mania de todos eles em organizar partidos políticos estáveis, com os seus imponentes diretórios estaduais, com os seus ainda menos imponentes diretórios municipais ou distritais, coroado tudo isto por grandiosos programas de idéias e reformas perfeitamente liberais, democráticas e republicanas.

Por esse meio, os milhões de opiniões individuais, sequiosas de se revelarem, se aglutinariam em grandes massas, em dois ou três grandes grupos, representando dois ou três grandes partidos. E teríamos, portanto, estabelecido o pleno regime da opinião — à maneira do que acontece na América do Norte e na Inglaterra. Com essa opinião pública, assim partidariamente arregimentada, poderíamos desde então fruir, com tranquilidade e orgulho justificado, todas as bem-aventuranças do regime do povo pelo povo, a democracia em suma, a República na sua luminosa pureza e formosura.

Contando com isto é que os constituintes de 91, segundo, aliás, as inspirações dos evangelistas de 70, estabeleceram no seu Código Fundamental várias prescrições tendentes a facilitar a livre expressão dessa opinião democrática. Daí a eletividade e a periodicidade, não só da Câmara, como também do Senado. Daí a eleição direta e popular do presidente da República. Daí os curtos mandatos presidenciais. Daí o *self-government* local, assegurado pela autonomia dos estados e também pela autonomia dos municípios. São tudo outras tantas válvulas por onde se pode manifestar e exteriorizar-se a vontade livre, a opinião consciente e soberana do povo, ou, pelo menos, dos partidos.

Como se vê, os republicanos da Constituinte constituíram um regime político baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante. Ora, esta opinião não existia entre nós: logo, ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dinamismo. Daí a sua falência.

## V

Realmente, todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem, em síntese, esta causa geral: somos um povo em que a "opinião

pública", na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe.

Quando imaginam um "regime de opinião" os nossos ideólogos políticos pensam logo na Inglaterra. Dá-lhes a Inglaterra o mais belo exemplo do governo segundo a vontade do povo.

Ora, o que se chama "opinião" na Inglaterra é coisa muito diversa do que o que aqui se costuma chamar — opinião.

Em primeiro lugar, na Inglaterra essa opinião, que elege, que governa, que julga os detentores eventuais do poder, tem uma maravilhosa organização. É justamente esta maravilhosa organização que dá à opinião do povo inglês esta formidável força compulsória sobre os órgãos do poder de modo a torná-los inteiramente obedientes às suas inspirações e desejos. Esta organização é constituída por um conjunto majestoso de "fontes de opinião", representadas, em parte, pelas várias associações de classe, poderosamente unidas e federalizadas, e, em parte, por esses grupos ativos e militantes nascidos do admirável espírito de solidariedade da raça saxônica (*leagues, clubs, committees, societies, etc.*).

Estes grupos extraordinariamente vivazes, por um lado, e aquelas associações, não menos extraordinariamente vivazes, por outro lado, se solidarizam em entendimentos mútuos, e acabam compelindo o poder a obedecê-los (*pressure from without*), ou, quando este recalcitra em fazê-lo, depõem-no pelo jogo do mecanismo parlamentar e substituem-no por um outro da sua confiança e inspiração.

O "regime da opinião" na Inglaterra não resulta, pois, exclusivamente do fato dos cidadãos ingleses terem a prerrogativa de escolher, pelo direito do voto, os representantes do poder; mesmo sem o direito do voto, essa poderosa solidariedade de classes, esse espírito popular, militante e infatigável, acabaria por obrigar, pela simples força moral da sua opinião, os detentores do poder e a classe propriamente política e considerá-los, a ouvi-lo e a atendê-lo. O regime da opinião preexiste à prerrogativa eleitoral — e a sua razão de ser está nestes dois atributos intransferíveis do cidadão inglês: a sua índole ativa e combativa (a *aggressive vitality*, de Whitman), por um lado; por outro, o espírito de solidariedade, o sentimento instintivo do interesse coletivo, aquilo que van Dyke chama — *the spirit of common order and social co-operation*. Estes dois atributos — um de natureza biológica, porque se prende ao temperamento da raça, outro de natureza moral, porque se prende à formação social e política do povo — é que asseguram à democracia inglesa esta surpreendente vitalidade, que faz a admiração e também o desespero de todos os povos não saxônicos do mundo.

Ora, entre nós nada disso acontece — e a simples concessão do sufrágio a todos os cidadãos não bastaria para criar aqui estas condições que constituem o ambiente da democracia inglesa.

Não existe solidariedade de classe. Não há nenhuma classe entre nós realmente organizada, exceto a classe armada. Essas grandes classes populares – que são os órgãos principais da elaboração da opinião britânica – não tem aqui organização alguma, ou tem uma organização rudimentar, sem eficiência apreciável sobre os órgãos do poder, dada a enorme dispersão demográfica do país – e são a classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária. Todas essas classes vivem em estado de semiconsciência dos seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico, em estado de desintegração profunda. Quando, porventura, algumas frações delas se organizam aqui ou ali (Centros Industriais, Sociedades Agrícolas, Associações Operárias, etc.) ainda assim esses pequenos núcleos de solidariedade profissional não têm espírito militante, nem poder eleitoral próprio, nem influência direta sobre os órgãos do poder.

Não existe o sentimento do interesse coletivo. Este sentimento, tão profundo nas raças germânicas em geral, especialmente na raça inglesa, é inteiramente nulo no cidadão brasileiro. Já explicamos alhures a razão histórica desta nossa incapacidade – e não é aqui o lugar mais próprio para renovar-lhe a demonstração. Os que aqui se consagram ao bem público desinteressadamente são tipos excepcionais, cujos esforços se perdem no meio da indiferença, ou da inércia, ou do retraimento da maioria. De modo que falta aqui terreno propício a esses brilhantes movimentos em prol do bem coletivo, de que são tão férteis os grupos anglo-saxônicos.

Esta ausência do sentimento dos interesses gerais é que explica o insucesso de todas aquelas instituições sociais, em que os serviços são gratuitos, ou em que não há em jogo o interesse pessoal dos cooperadores. O serviço do júri, por exemplo: ninguém entre nós o presta com o sentimento de estar cumprindo um dever de cidadão – como entre os ingleses; ao contrário, presta-o contrafeito e esforça-se por evadir-se a ele por todos os meios. O mesmo se dá com o serviço militar, ou o serviço eleitoral. Em relação a este último, sabemos bem o que se passa: o eleitor vai à urna para comprazer o chefe local, ou porque ali leva o *boss* do partido; nunca, porém, por um impulso superior de civismo, por um movimento espontâneo da sua consciência – para o fim de constituir os órgãos do governo político da sociedade. Ir às urnas, como servir no júri, como exercer qualquer cargo não-remunerado, mas benéfico à coletividade, representa tudo isto, para 99% de nós brasileiros, um “sacrifício”, um “incômodo”, uma “maçada”. Este é um dos traços mais característicos da nossa psicologia social – e, infelizmente, estamos muito longe de vê-lo desaparecer como elemento determinante da nossa conduta na vida pública.

Um ambiente como este, portanto, é o menos propício ao florescimento de um regime de opinião, à maneira saxônica. Este regime tem aqui tantas condições de vitalidade, quantas teria uma cobra dentro de uma campânula, em que se fizesse o vácuo. Pretendendo instituir entre nós um regime de opinião, os constituintes republicanos foram vítimas inconscientes de uma grande ilusão. O edifício que

construíram, de tão majestosa fachada, não se assenta, como se vê, sobre alicerces de realidades; assenta-se sobre ficções – e nada mais.

## VI

Desta ausência de opinião organizada, desta ausência de opinião pública, de opinião democrática – o que é, aliás, consequência da nossa própria formação social – resulta, como vimos, o fracasso do regime estabelecido pela Carta de 24 de fevereiro, bem como todos os “males” e “corrupções”, de que o estamos, há mais de trinta anos, acusando: o monopólio dos órgãos do poder pelas pequenas parcerias politicamente, que entre si distribuem os cargos públicos; consequentemente, os congressos federais unânimes, as assembleias estaduais unânimes, as câmaras municipais unânimes; e, portanto, a inevitável subordinação de todos esses corpos legislativos e representativos aos chefes do executivo municipal, do executivo estadual e do executivo federal. Tudo isto são fatos naturais, perfeitamente lógicos, num povo que não tem – nem podia ter – nem espírito democrático, nem sentimento democrático, nem, portanto, hábitos e tradições democráticas. Fazendo dos cargos públicos e, consequentemente, do tesouro público coisa da sua propriedade privativa, os nossos clãs partidários, que manipulam o governo da União, dos estados e dos municípios, estão na mesma situação de um indivíduo que se apoderasse de uma *res derelicta*.

Realmente, em boa verdade – e considerando de um ponto de vista objetivo o fenômeno – talvez devamos ser, de um certo modo, gratos a estes clãs politicamente; pelo menos, eles nos prestam o serviço de organizar essa coisa essencial e que, entretanto, o povo, o nosso povo, pela sua inaptidão democrática, se mostra incapaz de organizar: o quadro dos poderes públicos do país.

Porque é natural que se pergunte: Entregue a si mesmo, à sua própria espontaneidade, o nosso povo seria capaz de constituir a nossa superestrutura político-administrativa? É duvidoso: o que se observa nos municípios do país parece indicar que, sem a atividade dessa *coterie* politicamente, os conselhos comunais, as nossas famosas câmaras municipais, não se constituíam. Como supor então que, sem a intervenção desses grupos politicamente, poderíamos constituir o aparelho ainda mais complexo dos poderes públicos da União e dos estados?

Estas grandes e pequenas oligarquias não são, pois, em si mesmas, condenáveis. Num povo como o nosso, elas são mesmo inevitáveis. Diremos mais: elas são necessárias.

O grande problema não está em destruí-las; está em educá-las, em discipliná-las, em reduzir-lhes a capacidade de fazer o mal e aumentar-lhes a capacidade de fazer o bem. Todo o mal, de que as acusamos, provém de que elas atuam, por assim dizer, no vácuo – sem o corretivo ou a compressão disciplinada de uma atmosfera de opinião

pública, que não se formou nem organizou, e que, portanto, não as pode orientar nem inspirar. Conduzindo-se por sua própria inspiração, sem nenhuma outra contrapressão exterior, essas oligarquias se deixam naturalmente tomar de todos os exclusivismos, de todos os unilateralismos, de todas as perversões do senso julgador, devidos à lógica gregária e ao espírito de partidarismo.

Daí a sua conduta sempre em contradição com o interesse geral. Este é ferido, é esquecido, é desprezado, porque não se faz valer junto do poder, não se organiza de uma maneira eficiente para compelir o poder a respeitá-lo e atendê-lo.

## VII

Os inconvenientes desse funcionamento no vácuo das oligarquias politicantes têm a sua mais esplendente exemplificação no modo por que se faz o governo da União. Cada presidente da República improvisa um programa administrativo. Diremos melhor: cada presidente da República é forçado a improvisar um programa administrativo. E isto porque todas as vezes que ascende ao poder um novo presidente, a Nação inteira fica atenta, toda ouvidos e toda olhos, num grande silêncio, à espera que ele diga o que ela, a Nação, precisa para a sua salvação e prosperidade.

Nenhuma classe vem a ele para dizer-lhe com dignidade: Nós, que conhecemos os nossos interesses melhor do que vós, queremos para nosso bem tais e tais providências.

Nenhuma classe vem a ele para dizer-lhe com império: Somos alguns milhares, ou alguns milhões de interesses espalhados por todo o país, todos unidos e confederados numa poderosa solidariedade. E, em nome deles, pedimos isto e mais isto.

Nenhuma classe vem a ele para dizer-lhe com arrogância: Somos unidos, somos organizados, somos fortes. Podemos, se quisermos, agitar o país. Exigimos, pois, para o nosso bem, para a melhoria dos nossos interesses, tais e tais medidas, tais e tais reformas.

Nada. Em vez disso, toda a Nação limita-se a esperar. Toda a Nação espera na onisciência do governo, na onisciência do poder, na onisciência do presidente. — do presidente que, em regra, é apenas um excelente e honrado bacharel! É o presidente — sorte de Júpiter prodigioso — que tem de arrancar de si mesmo, da sua mente olímpica, toda uma série de programas salvadores:

- um programa de salvação para a classe agrícola;
- um programa de salvação para a classe industrial;
- um programa de salvação para a classe comercial;

- um programa de salvação para a classe operária;
- um programa de salvação para cada uma das outras classes em que se divide a Nação!

Na Inglaterra é o contrário disto. Lá ninguém confia na onisciência do governo. Pode-se dizer mesmo que ninguém cultiva ali a crença, tão generalizada entre nós, no patriotismo espontâneo do governo. Cada classe organiza-se e defende os seus interesses da melhor maneira, movimenta-se, reclama, protesta e, se for preciso, revolta-se e luta. Não espera passivamente que o governo, tocado de sentimentos de carinho paternal, vá a ela inquirir do que ela precisa para o seu bem e prosperidade. Ela mesma é que vai ao governo, cheia de consciência robusta e clara dos seus próprios interesses, e o esclarece, e o provoca, e o inquieta, com a frequência dos seus reclamos, com a constância das suas sugestões, com a impertinência mesma das suas ameaças.

Os governos ali não têm propriamente um programa seu, brotado da sua mente como Minerva da mente de Zeus: são apenas meros executores, vão realizar programas já elaborados cá fora, na imprensa, nos comícios, nas cátedras, nos livros, à ação dos grandes partidos e das grandes solidariedades de classe: as ligas, as associações, os sindicatos e os *committees* de toda ordem.

Não é, pois, o silêncio o que se faz em torno de cada novo governo. Nenhuma classe ali espera, muda e queda a solicitude paternal do poder. Ao contrário disto, todas pedem, todas exigem: em suma — todas querem dirigir o poder. Isto é o que constitui a democracia inglesa. Nisto é que está o que os ingleses chamam — “governo da opinião”.

Compreende-se então porque há ali governos devotados à causa pública, governos nacionais: governos patrióticos, em síntese. Eles assim se mostram, não propriamente por um movimento espontâneo da sua alma, por um impulso generoso do seu coração de patriotas; mas, porque são compelidos a isto por essa incoercível e irresistível *pressure from without* da opinião organizada e militante.

Entre nós nada disso se vê. Não há aqui nem organização de classes, nem organização da opinião: a única organização que os presidentes encontram em torno de si, cercando-os, suggestionando-os, exigindo, impondo, são os clãs facciosos, que os elegem. Estes é que acabam dominando-os inteiramente e reduzindo-os, por fim, a simples instrumentos dos seus interesses e ambições. Eis porque o “governo do povo”, idealizado pelos sonhadores da Constituinte, se torna aqui apenas o governo das *côteries* politicantes.

Não culpemos, pois, os detentores do poder. Eles são apenas as vítimas das próprias circunstâncias, em que atuam; no meio do silêncio geral do país, nada mais natural que eles acabem ouvindo exclusivamente a única voz que se faz ouvir com insistência e persuasão: a voz dos interesses partidários que os cercam.



O nosso grande problema político, portanto, não está em atacar os governos por não serem patrióticos, ou por não se resolverem a ser patrióticos; o nosso grande problema político está em obrigar os governos a serem patrióticos.

Ora, só há um meio legal de obrigar os governos a agirem patrioticamente, isto é, a servirem à causa pública e aos interesses coletivos, em vez de servirem, de preferência, os interesses dos seus grupos partidários e dos seus clãs eleitorais: é organizar a opinião, isto é, organizar a *pressure from without*, à maneira inglesa. Ou isto, ou a democracia republicana no Brasil será apenas um eterno sonho.

Nós, com efeito — em parte pela ação da intoxicação ideológica dos dourinadores do liberalismo; em parte pela ação quotidiana da imprensa, que (quando amiga) proclama sonoramente o “patriotismo do governo” — (quando inimiga) nega sonoramente o “patriotismo do governo” — nós, brasileiros, vivemos budicamente mergulhados nessa doce expectativa utópica de esperar do “patriotismo dos governos” — um patriotismo-geração espontâneo, de origem endógena, sorte de *factus animi* lucreciano, surgido das próprias entranhas dos patriotas que governam!

Neste ponto, não há dúvida que somos ingênuos como um poeta lírico de vinte anos... Porque a verdade é que não há governos patrióticos — isto é, governos que sejam patrióticos espontaneamente. Todo governo — desde que, como o nosso, atue no vácuo, sem a pressão de uma opinião pública organizada — acaba sempre, inevitavelmente, fatalmente, humanissimamente, governo de partido; ingo, governo de facção; logo, governo de clã; logo, mau governo!

Estas verdades é que se devem fixar bem, com nitidez e sugestividade, na mente popular. É preciso destruir na mentalidade do nosso povo esse funesto preconceito dos governos patrióticos. É preciso convencê-lo de que nada há a esperar do patriotismo espontâneo dos que estão no poder, e que o único meio de torná-los patriotas é obrigá-los a isso por uma pressão externa — vasta, organizada, poderosa.

## VIII

Todas essas considerações nos deixam ver que o problema da nossa reorganização política é muito mais complexo do que parece àqueles que pensam poder resolvê-lo com simples reformas constitucionais. Decerto, os que assim pensam são espíritos que ainda cultivam a velha crença supersticiosa no poder das fórmulas escritas e devem naturalmente ser também espíritos bem-aventurados, ou, pelo menos, com a bem-aventurança assegurada; porque o que os fatos têm demonstrado e a experiência comprovado é que somente pela virtude dos textos constitucionais não conseguiremos reorganização alguma.

O erro destes espíritos teorizadores, ou antes, a ilusão deles, está na convicção em que todos eles vivem — de que uma reforma política só é possível por meios políticos.

Eles não concebem que haja outros meios capazes de modificar as condições da vida política de uma sociedade senão a modificação das suas instituições de direito público.

Ora — para o nosso caso, por exemplo — a verdade é que as reformas políticas, isto é, as reformas constitucionais, serão apenas auxiliares de outras reformas maiores, de caráter social e econômico, que deveremos realizar, se quisermos estabelecer aqui o “regime democrático”, o “regime da opinião”, o “regime do povo pelo povo”. Pode-se dizer mesmo que o estabelecimento deste regime político em nosso povo é antes de tudo um problema social e econômico — e só secundariamente um problema político e constitucional.

Um exemplo bastará para esclarecer este ponto. O grosso do nosso eleitorado, como sabemos, está no campo e é formado pela nossa população rural. Ora, os 9/10 da nossa população rural são compostos — devido à nossa organização econômica e à nossa legislação civil — de párias, sem terras, sem lar, sem justiça e sem direitos, todos dependentes inteiramente dos grandes senhores territoriais; de modo que — mesmo quando tivessem consciência dos seus direitos políticos (e, realmente, não têm...) e quisessem exercê-los de um modo autônomo — não poderiam fazê-lo. E isto porque qualquer veleidade de independência da parte desses párias seria punida com a expulsão ou o desejo imediato pelo grande senhor de terras. O grosso de nossa massa eleitoral não tem, portanto, independência de opinião. Ora, os meios mais eficazes para assegurar essa independência não serão, por certo, o “sufrágio universal”, nem a “eleição direta”, nem o “voto secreto”, nem o “*self-government* local”; mas sim outros meios, de natureza econômica e social: o estabelecimento da “pequena propriedade”; um sistema de “arrendamentos a longo prazo” ou um “regime de caráter enfiteutico” a difusão do “espírito corporativo” e das “instituições de solidariedade social”; uma “organização judiciária” expedita, pronta e eficaz; uma “magistratura autônoma”, com força moral e material para dominar o arbitrio dos mandões locais, etc. Nenhuma dessas reformas tem qualquer caráter político ou constitucional; mas somente elas serão capazes de dar à nossa plebe rural, base do eleitorado nacional, esses indispensáveis atributos de independência e altivez, sem os quais a famosa “soberania do povo” não tem significação alguma.

É um exemplo apenas entre mil; mas, este exemplo basta para nos mostrar como as grandes modificações da nossa vida política escapam ao domínio exclusivo das reformas de caráter puramente constitucional. Estas reformas no texto da Constituição representarão apenas um dos meios da nossa reorganização política, e, ainda assim, meio subsidiário ou acessório; mas, nunca meio principal e, muito menos ainda, meio único.

## IX

Esta maneira de encarar o problema de nossa reorganização está em evidente antagonismo com o velho idealismo dos "históricos".

Estes eram espíritos dedutivos, que partiam de certos postulados utópicos e deles extraíam os elementos estruturais dos seus sistemas políticos. Careciam do sentido objetivo da realidade e nem julgavam necessário possuí-lo. Tendo de organizar uma Constituição para o Brasil ou para o Camboja, para o povo inglês ou para um kraal de Hottentocia, criariam o mesmo sistema de governo, com as mesmas peças, as mesmas articulações, a mesma estrutura, o mesmo modo de funcionamento, os mesmos freios e as mesmas válvulas de segurança: não lhe modificariam nada, não alteraria sequer o tamanho da cabeça de um parafuso — porque isto equivaleria a comprometer a "beleza do regime" ou quebrar a "harmonia do sistema".

Ora, nós não podemos continuar a cultivar este ingênuo estado d'alma de estetas de Constituições. O nosso objetivo não será a "harmonia" nem a "beleza", mas, sim a "conveniência" e a "adaptação". O que devemos querer não são regimes belos ou harmônicos, mas sim regimes convenientes e adaptados ao nosso povo.

Por isso mesmo, o problema político do Brasil há de ser resolvido com uma mentalidade diversa da mentalidade "sonhadora" dos "históricos", ou dos que lhes continuam a tradição. Devemos, pois, reagir desde já contra esses dois preconceitos do velho idealismo republicano: o preconceito do poder das fórmulas escritas e o preconceito das reorganizações políticas só possíveis por meios políticos.

Já não nos podemos inspirar mais nestes princípios abstratos, nem nos constringir dentro das estreitezas desse unilateralismo doutrinário. O nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realística e objetiva, uma consciência mais humana da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiossincrasias, das nossas falhas, das nossas insuficiências, da nossa condição de povo em formação; de modo que, na elaboração das suas reformas e na arquitetura do novo sistema político, possa — como o Jesus, de Renan — *rester toujours près de la nature*. Isto é, antes de se mostrar homem do seu tempo, possa mostrar-se homem da sua raça e do seu meio.

BIBLIOTECA DO  
PENSAMENTO POLÍTICO  
REPUBLICANO

Fundação Joaquim A

A margem da história

98 1/M328

Prove que sabe horri-  
missos devolvendo com pon-  
a Biblioteca.

- 1) *Bibliografia do Pensamento Político Republicano* (1870/1970). Organização de Evelyse Maria Freire Mendes. Revisão final de Edson Nery da Fonseca.
- 2) *O Apostolado Positivista e a República* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.
- 3) *O Socialismo Brasileiro* (Antologia). Organização e introdução de Evaristo de Moraes Filho.
- 4) *A Igreja na República* (Antologia). Organização e introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.
- 5) *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado* (Antologia). Organização e introdução de Antônio Paim.
- 6) *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Seleção e introdução de Simon Schwartzman.
- 7) Annibal Freire — *O Poder Executivo na República Brasileira* (1916). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho.
- 8) Vicente Licínio Cardoso (organizador) — *A Margem da História da República* (1924). 2.ª edição. Introdução de Alberto Venâncio Filho. 2 tomos.
- 9) Júlio Maria — *A Igreja e a República* (1900). 3.ª edição. Introdução de Anna Maria Moog Rodrigues.
- 10) R. de Monte Arraes — *O Rio Grande do Sul e suas Instituições Governamentais* (1925). 2.ª edição. Introdução de Antônio Paim.
- 11) Azevedo Amaral — *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (1938). 2.ª edição. Introdução de Bolívar Lamounier.
- 12) Joaquim Luís Osório — *Constituição Política do Rio Grande do Sul. Comentários* (1911).